

A STAR ALLIANCE MEMBER 

Relatório de Gestão e Contas Consolidadas

1º Semestre 2023

Transportes Aéreos Portugueses, S.A.

 **AIRPORTUGAL**



Relatório de Gestão Consolidado

1º Semestre de 2023



Índice

01	Evolução da atividade no 1º Semestre de 2023	06
	1.1 Introdução	08
	1.2 Enquadramento Setorial	10
	1.3 Performance Operacional e Económico-Financeira	12
	1.4 Rede e Frota	21
02	Perpectivas para o 2º Semestre de 2023	23
03	Eventos Subsequentes	27
04	Gestão do Risco	31
	4.1 Sistema de Controlo Interno	33
	4.2 Processo de Gestão do Risco	35
05	Anexos	37
	5.1 Órgãos Sociais	39
	5.2 Participações Qualificadas, Valores Mobiliários detidos por titulares de Órgãos Sociais e Declarações de Conformidade	44
	5.3 Glossário	47
	5.4 Demonstrações Financeiras Consolidadas	48

01

Evolução da atividade no 1º Semestre de 2023

- 1.1 Introdução
- 1.2 Enquadramento Setorial
- 1.3 Performance Operacional e Económico-Financeira
- 1.4 Rede e Frota



Introdução

- O primeiro semestre de 2023 foi marcado pela continuação da recuperação do transporte aéreo iniciada no ano de 2022. A Transportes Aéreos Portugueses, S.A. ("TAP", "Grupo" ou "Empresa") tem vindo a recuperar significativamente da pandemia COVID-19, tendo a capacidade (medida em ASK) superado os níveis pré-crise em 4,3% no primeiro semestre de 2023 ("1S23"), aumentando em 21,4% em comparação com o primeiro semestre de 2022 ("1S22"). O *Load Factor* aumentou 5,5 p.p. em termos homólogos atingindo 80,2% no 1S23, melhorando também em 0,5 p.p. face ao primeiro semestre de 2019 ("1S19").
- As receitas da TAP no primeiro semestre de 2023, totalizaram EUR 1.906,3 milhões, o que representou um aumento de 44,3% face ao 1S22 e um aumento de 31,6% face ao 1S19, impulsionadas pelo aumento das yields em conjunto com um aumento da capacidade.
- Apesar do aumento dos custos e dos desafios operacionais, a TAP gerou um EBIT Recorrente de EUR 124,5 milhões, com uma margem de 6,5% no 1S23, representando uma melhoria de EUR 123,1 milhões face ao 1S22.
- O desenvolvimento dos custos recorrentes operacionais face ao 1S19 reflete a capacidade de adaptação a um ambiente operacional desafiante e uma abordagem equilibrada da TAP, uma vez que o custo unitário dos ASK excluindo custos com combustível aumentou 1,6% (+EUR 0,08 cêntimos) de EUR 4,87 cêntimos para EUR 4,95 cêntimos.
- No final do primeiro semestre, e continuando a estratégia de desalavancagem do balanço, crucial para a sua sustentabilidade financeira, a TAP procedeu ao reembolso total das Obrigações 2019-2023 no valor total de EUR 200 milhões.
- Durante o primeiro semestre, a TAP continuou as negociações com os sindicatos com o intuito de celebrar novos acordos coletivos de trabalho, tendo chegado a acordo, no final do semestre, com o Sindicato dos Pilotos da Aviação Civil ("SPAC"). Adicionalmente, as negociações com os representantes das restantes categorias profissionais encontram-se em curso.



Enquadramento Setorial

De acordo com os dados da *International Air Transport Association* ("IATA"), a indústria continua a sua forte recuperação da crise pandémica, estando agora mais próxima dos níveis de 2019, o ano de referência pré-crise.

Prevê-se que tanto o tráfego de passageiros (medido em RPK) como a capacidade (medida em ASK) global do setor aumentem em 2023, 28,3% e 24,8%, respetivamente, seguindo-se à melhoria registada em 2022 de 64,2% e 39,6%, respetivamente.

O maior dinamismo do setor deve-se sobretudo ao contributo dado pela região Ásia-Pacífico, estimando-se um crescimento no tráfego na ordem dos 63,0% para 2023. Também segundo a IATA, a região europeia irá acompanhar a tendência, ainda que de forma mais moderada, depois de ter registado um aumento de 102,0% em 2022, é previsto agora um crescimento anual de 19,6% para 2023.

Regiões	Capacidade (ASK) var % vs. ano anterior			
	/ 2020	/ 2021	/ 2022E	/ 2023F
Global	-56,6%	18,7%	39,6%	24,8%
Europa	-62,3%	29,8%	68,0%	18,8%
América do Norte	-50,3%	41,1%	29,0%	16,4%
América Latina	-59,0%	37,3%	54,0%	13,5%
Ásia-Pacífico	-53,8%	-6,0%	15,3%	48,5%
África	-62,1%	18,5%	51,0%	22,7%
Médio Oriente	-63,0%	21,2%	67,0%	15,9%

Regiões	Tráfego de Passageiros (RPK) var % vs. ano anterior			
	/ 2020	/ 2021	/ 2022E	/ 2023F
Global	-65,8%	21,8%	64,2%	28,3%
Europa	-69,5%	27,5%	102,0%	19,6%
América do Norte	-65,1%	74,7%	46,0%	16,5%
América Latina	-62,5%	40,5%	63,0%	14,2%
Ásia-Pacífico	-62,0%	-12,8%	32,0%	63,0%
África	-68,2%	17,0%	84,0%	30,1%
Médio Oriente	-72,1%	8,5%	145,0%	20,8%

Fonte: IATA (Junho 2023)

Estima-se que em 2023, as receitas globais de passageiros aumentem 27,0% face ao ano anterior, permanecendo, ainda assim, 12,2% abaixo dos níveis de 2019. Prevê-se que a *yield* de passageiros seja inferior em 1,1% em comparação com o ano anterior e é expectável que o *Load Factor* deste segmento aumente para 80,9%, um aumento de 2,2 pontos percentuais em relação a 2022 e apenas 1,7 pontos percentuais abaixo de 2019 (82,6%).

No segmento de carga prevê-se que as receitas, que foram anteriormente impulsionadas pela pandemia, diminuam, estimando-se para 2023 uma variação anual negativa de 31,4% em comparação com o ano anterior. Estima-se que o CTK diminua 3,8% em comparação com 2022 e 5,5% em comparação com 2019, e que a *yield* deste segmento reflita a normalização do mesmo com uma redução de 28,6%. Calcula-se ainda que os *Load Factors* se mantenham relativamente estáveis em comparação com o ano anterior e se situem na ordem dos 67%.

Receita Global

USD mil milhões	/ 2020	/ 2021	/ 2022E	/ 2023F
Passageiros	189,0	239,0	430,0	546,0
Yield, % YoY	-9,1%	3,7%	9,8%	-1,1%
Load Factor, %	65,2%	66,9%	78,7%	80,9%
RPK, % YoY	-65,8%	21,8%	64,2%	28,3%
^L vs 2019		-58,3%	-31,5%	-12,2%

Carga	140,4	210,0	207,3	142,3
Yield, % YoY	54,7%	25,9%	7,4%	-28,6%
Load Factor, %	59,5%	61,7%	66,8%	66,6%
CTK, % YoY	-9,9%	18,8%	-8,1%	-3,8%
^L vs 2019		7,0%	-1,7%	-5,5%

Fonte: IATA (Junho 2023)

Performance Operacional e Económico-Financeira

Informação Preliminar Relevante

O Conselho de Administração entende que a preparação das demonstrações financeiras da TAP a 30 de junho de 2023 deve ser realizada com base no princípio da continuidade, tendo por base:

(i) o Plano de Reestruturação Aprovado, o qual perspetiva um crescimento gradual da atividade, conjugada com uma estratégia de redução de frota, de custos operacionais e de investimento, tendo sido obtidos no primeiro semestre de 2023 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 resultados operacionais e líquidos positivos superiores aos estimados no Plano de Reestruturação Aprovado, bem como;

(ii) o valor de disponibilidades a 30 de Junho de 2023 do Grupo TAP de EUR 899,7 milhões decorrente das medidas aprovadas de auxílio de Estado e dos fluxos de caixa operacionais positivos do primeiro semestre de 2023 e do ano de 2022 nos montantes de EUR 675,4 milhões e EUR 773,8 milhões, respetivamente, tendo sido ainda, no âmbito do Plano de Reestruturação Aprovado, subscrito e não realizado um aumento de capital por parte do acionista único no montante de EUR 686 milhões, cuja realização em duas tranches encontra-se prevista para dezembro de 2023 e dezembro de 2024.

Há riscos e incertezas que devem ser considerados quando se analisam as demonstrações financeiras da TAP a 30 de junho de 2023, nomeadamente os referidos na secção 4 (Gestão de Risco), e riscos e incertezas relacionados com (i) as negociações coletivas em curso com alguns grupos de trabalhadores e o risco de impactos negativos nas operações, rentabilidade e imagem da empresa decorrentes de diversas formas de agitação social, e (ii) a escassez de trabalhadores na indústria que se tornou evidente no verão de 2022, que apesar de ter reduzido, ainda não foi totalmente ultrapassada, e por isso, continuam possíveis atrasos e cancelamentos de voos, implicando riscos reputacionais bem como aumento dos custos com compensações e apoio aos passageiros afetados.



Performance Operacional e Económico-Financeira

Performance Operacional

TAP, S.A. Consolidado

	/ 2T23	/ 2T22	/ Variação		/ 1S23	/ 1S22	/ Variação	
			/ Valor	/ %			/ Valor	/ %
Passageiros ('000)	4.069	3.719	+350	+9,4%	7.579	5.823	+1.756	+30,2%
RPK (milhões)	10.626	9.647	+979	+10,1%	20.067	15.392	+4.675	+30,4%
ASK (milhões)	13.070	12.003	+1.068	+8,9%	25.016	20.609	+4.407	+21,4%
Load Factor (%)	81,3	80,4	+0,9	+1,1%	80,2	74,7	+5,5	+7,4%
Block Hours	95.912	90.127	+5.784	+6,4%	184.635	155.879	+28.756	+18,4%
Número de Partidas	30.033	28.304	+1.729	+6,1%	57.590	48.834	+8.756	+17,9%
Etapa média (km)	2.140	2.123	+18	+0,8%	2.149	2.138	+11	+0,5%
Quadro do Pessoal Ativo (final do período) ¹	7.444	6.935	+509	+7,3%	7.444	6.935	+509	+7,3%
PRASK (EUR cents)	7,48	6,16	+1,32	+21,4%	6,86	5,59	+1,27	+22,6%
CASK Recorrente (EUR cents) ²	7,16	6,52	+0,64	+9,8%	7,12	6,40	+0,72	+11,2%
CASK Recorrente ex. fuel (EUR cents)	5,13	4,21	+0,91	+21,6%	4,95	4,42	+0,53	+12,1%

¹ Exclui o Pessoal não colocado e não ativo.

² CASK Recorrente = CASK calculado com base nos Gastos Operacionais - Reestruturação - Outros itens não recorrentes.

No seguimento de 2022, o ano de 2023 continuou praticamente isento de restrições de viagem nos mercados operados pela TAP. No entanto, o sector continuou a ser afetado por efeitos causados a médio e longo prazo pela pandemia e por fortes pressões inflacionárias. Registaram-se novamente, ao longo deste período, várias perturbações na indústria causadas por subidas de preços, greves e problemas nos ATC que afetaram a pontualidade e a fluidez das operações, bem como a prolongada carência de profissionais e problemas nas cadeias de abastecimento. Mesmo com estas perturbações, a TAP demonstrou uma capacidade em se ajustar e principalmente adaptar a sua capacidade e recursos à forte procura registada especialmente por viagens de lazer.

No primeiro semestre de 2023, a TAP transportou um total de 7,6 milhões de passageiros, o que representou um aumento de 30,2% em relação ao ano anterior, atingindo 96% dos valores alcançados em 2019.

A capacidade (medida em ASK) aumentou em 21,4% em relação ao 1S22, tendo atingindo 104% dos valores registados em 2019. O *Load Factor* melhorou 5,5 pontos percentuais para 80,2%.

Performance Operacional e Económico-Financeira

Performance Económico-Financeira

TAP, S.A. Consolidado

EUR milhões	/ 2T23	/ 2T22	/Variação		/ 1S23	/ 1S22	/Variação	
			/ Valor	/ %			/ Valor	/ %
Rendimentos Operacionais	1.070,4	830,6	+239,8	+28,9%	1.906,3	1.321,2	+585,1	+44,3%
Passagens	978,2	740,0	+238,2	+32,2%	1.715,7	1.152,7	+563,1	+48,8%
Manutenção	41,9	18,0	+23,9	+133,2%	85,5	27,2	+58,3	>+200%
Carga e Correio	43,6	67,4	-23,8	-35,3%	92,3	132,0	-39,7	-30,1%
Outros Rendimentos	6,7	5,3	+1,5	+27,8%	12,7	9,3	+3,4	+36,1%
Gastos Operacionais	946,1	764,1	+182,0	+23,8%	1.798,3	1.316,8	+481,5	+36,6%
Combustível para Aeronaves	265,8	277,0	-11,2	-0,4%	542,8	409,1	+133,7	+32,7%
Custos Operacionais de Tráfego	238,5	175,1	+63,4	+36,2%	419,6	302,0	+117,6	+38,9%
Custos com o Pessoal	157,3	106,6	+50,7	+47,5%	281,1	187,7	+93,4	+49,7%
Gastos com Manutenção de Aeronaves	13,0	5,7	+7,3	+128,3%	27,8	13,6	+14,1	+103,7%
Custo dos Materiais consumidos	35,3	13,8	+21,5	+155,9%	68,7	17,2	+51,5	>+200%
Custos Comerciais, Marketing e Comunicação	54,9	44,6	+10,4	+23,3%	97,7	75,5	+22,2	+29,4%
Imparidade de Contas a Receber, Inventários e Provisões	20,1	16,1	+4,0	+25,1%	26,7	19,3	+7,4	+38,4%
Outros Gastos	43,8	34,9	+8,9	+25,5%	80,2	66,2	+14,0	+21,1%
Reestruturação	-0,4	-3,7	+3,3	+90,3%	-0,4	-3,7	+3,3	+90,3%
Outros itens não Recorrentes	10,7	-14,8	+25,6	+172,3%	16,9	0,7	+16,2	>+200%
Depreciações, Amortizações e perdas por imparidade	107,0	108,9	-2,0	-1,8%	237,2	229,1	+8,1	+3,5%
EBIT (Resultado Operacional)	124,3	66,4	+57,9	+87,1%	108,0	4,4	+103,6	>+200%
Margem EBIT	11,6%	8,0%	+3,6 p.p.	s.s.	5,7%	0,3%	+5,3 p.p.	s.s.
EBIT Recorrente ¹	134,7	47,9	+86,8	+181,2%	124,5	1,4	+123,1	>+200%
Margem EBIT Recorrente	12,6%	5,8%	+6,8 p.p.	s.s.	6,5%	0,1%	+6,4 p.p.	s.s.
Juros e Rendimentos similares obtidos	17,6	9,2	+8,4	+91,4%	32,0	17,9	+14,1	+79,2%
Juros e Gastos similares suportados	-66,3	-68,6	+2,3	+3,4%	-129,6	-132,6	+2,9	+2,2%
Diferenças de Câmbio líquidas	19,6	-58,2	+77,9	+133,7%	27,6	-72,9	+100,5	+137,8%
Resultado antes de Impostos	95,3	-51,2	+146,4	>+200%	37,9	-183,2	+221,2	+120,7%
Imposto sobre o Rendimento	-14,9	-29,3	+14,3	+48,9%	-15,0	-18,8	+3,8	+20,4%
Resultado líquido do período	80,3	-80,4	+160,8	+199,9%	22,9	-202,1	+225,0	+111,4%
EBITDA	231,2	175,4	+55,9	+31,9%	345,2	233,5	+111,7	+47,8%
Margem EBITDA	21,6%	21,1%	+0,5 p.p.	s.s.	18,1%	17,7%	+0,4 p.p.	s.s.
EBITDA Recorrente ²	241,6	156,8	+84,8	+54,1%	361,7	230,5	+131,2	+56,9%
Margem EBITDA Recorrente	22,6%	18,9%	+3,7 p.p.	s.s.	19,0%	17,4%	+1,5 p.p.	s.s.

¹ EBIT Recorrente = Resultado Operacional + Reestruturação + Outros itens não recorrentes.
² EBITDA Recorrente = Resultado Operacional + Depreciações, amortizações e perdas por imparidade + Reestruturação + Outros itens não recorrentes.

Performance Operacional e Económico-Financeira

Performance Económico-Financeira

A TAP apresentou rendimentos operacionais de EUR 1.906,3 milhões no 1S23, um aumento de mais de 44,3% quando comparado com o 1S22, impulsionado por uma maior capacidade, *yields* mais elevadas e melhoria do *Load Factor*. Os rendimentos operacionais superaram os níveis pré-crise de 2019 em 31,6%. A repartição deste indicador mostra um forte aumento das receitas de Passageiros de EUR 563,1 milhões (+48,8%) face a 1S22, totalizando EUR 1.715,7 milhões no 1S23.

As receitas da divisão de Manutenção também contribuíram para o crescimento do rendimento operacional total, registando um crescimento superior a 200% em relação ao 1S22, alinhando-se com a tendência de recuperação do sector, totalizando EUR 85,5 milhões. As receitas do segmento de Carga diminuíram em EUR 39,7 milhões para EUR 92,3 milhões, registando uma diminuição de 30,1% em comparação com o 1S22, devido à normalização das *yields* de carga observada nos últimos trimestres, embora superando os níveis de 2019.

Os custos operacionais totais ascenderam a EUR 1.798,3 milhões no 1S23, um aumento de EUR 481,5 milhões (+36,6%) quando comparado com o 1S22. Este aumento foi impulsionado por um aumento dos custos variáveis devido ao maior nível de atividade e ao forte aumento dos preços do jet fuel, tal como refletido nas rubricas de custo Combustível para aeronaves e Custos Operacionais de Tráfego, bem como por um aumento dos Custos com Pessoal devido à reposição da maioria dos cortes sobre as remunerações.

Numa perspetiva de custo unitário, no 1S23, o CASK dos custos operacionais recorrentes excluindo o combustível foi 12,1% superior ao 1S22, e 1,6% superior ao do mesmo período em 2019, evidenciando a capacidade da TAP controlar os custos num ambiente inflacionário.

O Resultado Operacional (EBIT) do semestre totalizou EUR 108,0 milhões aumentando EUR 103,6 milhões YoY (+>+200%). Quando ajustado por itens não recorrentes e custos de reestruturação, o EBIT Recorrente totalizou EUR 124,5 milhões, com uma margem de 6,5%, aumentando EUR 123,1 milhões, enquanto o EBITDA Recorrente atingiu EUR 361,7 milhões (+56,9% YoY), resultando numa margem de 19,0%.

A TAP registou um resultado líquido positivo no primeiro semestre de 2023 de EUR 22,9 milhões, o que representa um aumento de EUR 225,0 milhões, quando comparado com o mesmo período de 2022, e um aumento de EUR 134,9 milhões em relação a 2019.

Posição Financeira

TAP, S.A. Consolidado

EUR milhões	/ 30 Jun 23	/ 31 Dez 22	/ Variação	
			/ Valor	/ %
Total do Ativo	6.129,1	5.913,9	+215,2	+3,6%
Ativo não Corrente	4.086,7	4.010,4	+76,3	+1,9%
Ativo Corrente	2.042,4	1.903,3	+139,1	+7,3%
Capital Próprio	441,1	417,6	+23,5	+5,6%
Total do Passivo	5.688,0	5.496,2	+191,7	+3,5%
Passivo não Corrente	3.332,9	3.297,4	+35,5	+1,1%
Passivo Corrente	2.355,1	2.198,9	+156,2	+7,1%

A expansão do balanço é explicada principalmente pelo aumento de aeronaves, por adições e extensões de contratos, e pelos saldos de capital de exploração mais elevados, relacionados com o aumento do nível de atividade e com o forte desempenho na venda de bilhetes. O capital próprio aumentou essencialmente em linha com o resultado líquido positivo.

Financiamentos e Passivos de Locação

TAP, S.A. Consolidado

EUR milhões	/ 30 Jun 23	/ 31 Dez 22	/ Variação	
			/ Valor	/ %
Dívida Financeira	1.393,0	1.618,1	-225,1	-13,9%
Empréstimos Bancários e Obrigações	669,3	908,8	-239,5	-26,4%
Passivos de Locação com opção de compra	723,7	709,3	+14,4	+2,0%
Caixa e Equivalentes	899,7	916,1	-16,3	-1,8%
Dívida Financeira Líquida	493,3	702,0	-208,8	-29,7%
Passivos de Locação sem opção de Compra	1.930,7	2.038,1	-107,4	-5,3%

Performance Operacional e Económico-Financeira

Financiamentos e Passivos de Locação

A dívida financeira bruta, que exclui passivos de locação sem opção de compra, reduziu em EUR 225,1 milhões, quando comparada com 31 de dezembro de 2022, maioritariamente devido ao reembolso das Obrigações 2019-2023 no valor total de EUR 200 milhões no final do semestre. Os níveis de caixa mantiveram-se relativamente estáveis na ordem dos EUR 900 milhões.

Em abril, a TAP anunciou a confirmação da sua notação de crédito de longo prazo atribuída pela *S&P Global Ratings Europe Limited* ("S&P") em B+ (*Outlook* estável) e a melhoria do *Corporate Family Rating* atribuído pela *Moody's Investors Service* ("Moody's") de B3 para B2 e do *Outlook* de estável para positivo.

Rede e Frota

A TAP continua totalmente empenhada na sua estratégia de desenvolvimento do hub de Lisboa para ligar a Europa e o Médio Oriente a África, Brasil e América do Norte. Embora durante a pandemia a estratégia da rede se tenha centrado na manutenção da rede principal e no direcionamento de capacidade extra para destinos de lazer com menos restrições de viagem, a TAP está agora a redistribuir a capacidade para destinos principais à medida que a procura recupera.

Durante o primeiro semestre, foram abertos dois novos destinos a partir de Lisboa, Palma de Maiorca e Menorca, e reabertos quatro destinos, Nápoles, Porto Santo, Ibiza e Tânger (todos sazonais da época de Verão). A partir do Porto, foi aberto um novo destino durante o ano todo: Luanda.

No final do primeiro semestre de 2023, a frota operacional da TAP era composta por um total de 97 aeronaves.

Assim, a 30 de junho de 2023, 67% da frota operacional de médio e longo curso consistia em aeronaves da família NEO (em comparação com 66% em 30 de junho de 2022 e 27% em 30 de junho de 2019), reforçando a estratégia do Grupo de utilizar aeronaves mais eficientes em termos de combustível, com benefícios tanto em termos de custos como de sustentabilidade.



02

Perspetivas para o 2º Semestre de 2023



Perspetivas para o 2º Semestre de 2023

Apesar da boa performance financeira da TAP no primeiro semestre de 2023, este foi também um período caracterizado por desafios macroeconómicos e operacionais significativos, sendo espectável que os mesmos continuem durante o segundo semestre do ano e que possam ter impacto no desempenho económico e financeiro da TAP.

O Conselho de Administração da TAP está cautelosamente otimista para a segunda metade do ano, baseando-se no facto de os *forward booking Load Factors* apresentarem-se em linha com os valores de 2022. No entanto, a elevada inflação, o risco de recessão e o abrandamento do crescimento do PIB poderão impactar negativamente a procura, bem como o aumento dos preços dos combustíveis, a evolução cambial desfavorável e a continuação das perturbações na indústria poderão igualmente afetar a performance financeira da TAP. O Conselho de Administração espera igualmente a manutenção dos *load factors* estáveis e um ligeiro aumento das *yields* quando comparadas com 2022.

Neste contexto, a TAP continuará a acompanhar de perto o desenvolvimento da procura numa base de região e rota, e a ajustar a sua capacidade, rede, e utilização de aeronaves em conformidade, se necessário.

No segundo semestre de 2023, a TAP continuará também a concentrar-se na sua transformação, impulsionando diversas iniciativas com forte ênfase na renegociação e modernização dos restantes acordos coletivos de trabalho, bem como em projetos de eficiência operacional e redução de custos.

Baseado no plano publicado para a época de Inverno da IATA, o número de voos no segundo semestre crescerá em cerca de 6% quando comparado com o segundo semestre de 2022, atingindo 87% do nível pré-crise de 2019. Esta variação resulta do aumento das frequências na sua maioria para a América do Norte, Brasil e Telavive e dos novos destinos sazonais como Palma de Maiorca e Menorca. A juntar a isto acresce ainda o facto da operação do segundo semestre de 2022 ter sido afetada por problemas operacionais que levaram a diversos cancelamentos.



03

Eventos Subsequentes



Alterações no conselho de administração e comissão executiva

Em 20 de julho de 2023, a TAP SA tomou conhecimento da deliberação unânime por escrito tomada no dia 19 de julho de 2023 pela sua acionista única, a República Portuguesa, representada pela Direção Geral de Tesouro e Finanças, nos termos da qual foi deliberada a eleição do Senhor Eng.º José Mario Cruz Henriquez como membro do Conselho de Administração da TAP, para o período remanescente do mandato em curso (quadriénio 2021/2024), com efeitos a contar do dia 18 de julho de 2023. Em 27 de julho de 2023, o Conselho de Administração da TAP deliberou eleger o Senhor Eng.º José Mario Cruz Henriquez como membro da Comissão Executiva da TAP, para o período remanescente do mandato em curso (quadriénio 2021/2024), com efeitos a contar da referida data.



04

Gestão do Risco

- 4.1 Sistema de Controlo Interno
- 4.2 Processo de Gestão do Risco



Sistema de Controlo Interno

A Direção de Auditoria Interna, através da monitorização dos sistemas de controlo interno, tem um papel ativo no desenvolvimento e robustez do processo de mitigação do risco, acompanhando a sua efetividade, eficácia, adequação e alinhamento com os objetivos estratégicos da Empresa, assim como no desenvolvimento de novos controlos internos preventivos e reativos, de forma a fortalecer a sua cultura de *compliance*.

Considerando a complexa envolvente externa da TAP, com uma multiplicidade de riscos inerentes à sua atividade, é fundamental a implementação de sistemas de controlo interno e de gestão do risco adequados, que mitiguem a exposição da Empresa.

O controlo interno surge assim, como um instrumento de melhoria e aperfeiçoamento de processos, baseado nas normas, procedimentos e estruturas da TAP, que permitem à Administração gerir a sua estratégia e objetivos de forma eficiente, otimizando os seus recursos.

O ambiente de controlo interno na TAP tem uma filosofia *Top Down*, com o patrocínio da gestão de topo, sendo comunicado a todos os colaboradores a importância do cumprimento dos procedimentos instituídos, em linha com elevados padrões de conduta, refletindo um compromisso com os valores éticos, responsabilidades, políticas, normas e procedimentos.

A TAP segue um modelo de governo do risco baseado no conceito de 3 linhas de defesa.

Cada uma das várias linhas de defesa tem definidos responsáveis e Comissões de debate e decisão, estabelecidos para materializar cada uma a nível corporativo e dos diversos departamentos e áreas de negócio, de forma clara, evitando duplicação de esforços e/ ou a existência de lacunas e promovendo a cooperação e articulação entre as várias áreas.



Processo de Gestão do Risco

As organizações encontram-se constantemente sujeitas a diversos acontecimentos que as podem favorecer ou expor a novos desafios, alguns dos quais com potenciais impactos negativos, nas mais diversas vertentes, podendo afetar a sua atividade, os seus mercados, a sua imagem, a sua rentabilidade e o seu valor patrimonial.

O processo de gestão do risco pretende determinar os eventos que podem potencialmente ter impacto no Grupo e impedi-lo de alcançar os seus objetivos. Permitindo, por um lado, às diferentes áreas e, por outro, à Comissão Executiva da TAP e à Comissão de Finanças, Auditoria e Risco, monitorizar os principais riscos, a sua evolução ao longo do tempo e as medidas em vigor para gerir estes riscos. O seu objetivo é, assim, criar e preservar valor, e salvaguardar os bens e a reputação da Empresa.

O processo global de gestão de risco também serve de base para o documento de registo de riscos e representa um importante contributo para a definição do Plano Anual de Auditoria.

A TAP procura ter uma visão abrangente sobre os principais riscos a que está exposta, a nível estratégico e comercial, financeiro, *compliance* e *governance* e operacional, estando definidos processos para assegurar o seu acompanhamento e respetiva gestão proactiva.

A TAP definiu uma metodologia que lhe permite adquirir uma visão global dos seus principais riscos, de acordo com a sua materialidade, quantificando o seu impacto e avaliando a probabilidade de ocorrência, identificando, sempre que possível, as respetivas medidas de mitigação eficazes.

Os principais riscos aplicáveis à TAP encontram-se identificados no Relatório de Gestão de 2022.

Adicionalmente, considerando o contexto atual, é de salientar o seguinte:

- Foi já possível concluir a negociação coletiva com alguns grupos de trabalhadores, no entanto existem ainda acordos a serem negociados, não podendo, por isso, ser descartado o risco de impactos negativos nas operações, rentabilidade e imagem da empresa decorrentes de diversas formas de agitação social. Deve ainda ser realçado o potencial aumento de custos decorrente das negociações (concluídas e por concluir).
- A escassez de trabalhadores na indústria que se tornou evidente no verão de 2022, em resultado das dificuldades operacionais em muitas das áreas funcionais necessárias para o bom processamento do tráfego aéreo internacional, encontra-se agora reduzida, mas ainda não foi totalmente ultrapassada. Continuam a ser possíveis atrasos e cancelamentos de voos, implicando riscos para a companhia aérea, que vão desde os danos reputacionais até ao aumento dos custos com compensações e apoio aos passageiros afetados. Foram, por isso, tomadas diversas medidas para melhorar os processos operacionais, tendo também sido efetuados programas de recrutamento para aumentar a capacidade interna e minimizar estes impactos.



05

Anexos

5.1 Órgãos Sociais

5.2 Participações Qualificadas, Valores Mobiliários detidos por titulares de Órgãos Sociais e Declarações de Conformidade

5.3 Glossário

5.4 Demonstrações Financeiras Consolidadas



Anexos

Órgãos Sociais

Composição dos órgãos sociais da sociedade durante o 1º semestre de 2023

Mesa da Assembleia Geral

Presidente		A nomear
Vice-Presidente		David Fernandes de Oliveira Festas
Secretário		Manuela Ferreira e Silva de Vasconcelos Simões

/ António de Macedo Vitorino apresentou renúncia ao cargo de Presidente da Mesa da Assembleia Geral a 20 de fevereiro de 2023, com efeitos a 31 de março de 2023.

/ Na sequência da renúncia apresentada por Ana Maria Sirgado Malheiro, ao cargo de Secretário da Sociedade, a 12 de maio de 2023, Manuela Ferreira e Silva de Vasconcelos Simões foi nomeada para o cargo de Secretário da Mesa da Assembleia Geral, com efeitos a 18 de maio de 2023. Nos termos do disposto no artigo 12º dos Estatutos da Sociedade, a Mesa da Assembleia Geral é constituída por um Presidente e pelo Secretário da Sociedade, que assume o cargo de Secretário da Mesa da Assembleia Geral, podendo os acionistas deliberar que a Mesa inclua também um vice-presidente.

Conselho de Administração

Presidente		Luís Manuel da Silva Rodrigues
Vogal		Gonçalo Neves Costa Monteiro Pires
Vogal		José Mario Cruz Henriquez
Vogal		Maria João Santos Gomes Cardoso
Vogal		Mário Rogério Carvalho Chaves
Vogal		Sofia Norton Dos Reis Lufinha
Vogal		Ana Teresa C. P. Tavares Lehmann
Vogal		João Pedro Conceição Duarte
Vogal		Patrício Ramos Castro
Vogal		Ramiro José Oliveira Sequeira

/ Manuel Beja e Christine Ourmières-Widener foram destituídos dos cargos de, respetivamente, Presidente e Vogal, do Conselho de Administração, com efeitos a 14 de abril de 2023.

/ Luís Manuel da Silva Rodrigues foi nomeado para o cargo de Presidente do Conselho de Administração, com efeitos a 14 de abril de 2023.

/ Silvia Mosquera Gonzalez apresentou carta de renúncia ao cargo de Vogal do Conselho de Administração a 21 de março de 2023, com efeitos a 23 de junho de 2023.

/ Maria João Santos Gomes Cardoso foi nomeada para o cargo de Vogal do Conselho de Administração, com efeitos a 17 de maio de 2023.

/ Mário Rogério Carvalho Chaves foi nomeado para o cargo de Vogal do Conselho de Administração, com efeitos a 17 de maio de 2023.

/ José Mario Cruz Henriquez foi nomeado para o cargo de Vogal do Conselho de Administração, com efeitos a 18 de julho de 2023.

Anexos

Órgãos Sociais

Composição dos órgãos sociais da sociedade durante o 1º semestre de 2023

Comissão Executiva

Presidente	Luís Manuel da Silva Rodrigues
Vogal	Gonçalo Neves Costa Monteiro Pires
Vogal	José Mario Cruz Henriquez
Vogal	Maria João Santos Gomes Cardoso
Vogal	Mário Rogério Carvalho Chaves
Vogal	Sofia Norton Dos Reis Lufinha

/ Christine Ourmières-Widener foi destituída do cargo de Presidente da Comissão Executiva, com efeitos a 14 de abril de 2023.

/ Luís Manuel da Silva Rodrigues foi nomeado para o cargo de Presidente da Comissão Executiva, com efeitos a 14 de abril de 2023.

/ Silvia Mosquera Gonzalez apresentou carta de renúncia ao cargo de Vogal da Comissão Executiva a 21 de março de 2023, com efeitos a 23 de junho de 2023.

/ Ramiro José Oliveira Sequeira passou a Administrador não Executivo, com efeitos a 18 de maio de 2023.

/ Maria João Santos Gomes Cardoso foi nomeada para o cargo de Vogal da Comissão Executiva, com efeitos a 18 de maio de 2023.

/ Mário Rogério Carvalho Chaves foi nomeado para o cargo de Vogal da Comissão Executiva, com efeitos a 18 de maio de 2023.

/ José Mario Cruz Henriquez foi nomeado para o cargo de Vogal da Comissão Executiva, com efeitos a 27 de julho de 2023.

Secretário da sociedade

Secretário da Sociedade	Manuela Ferreira e Silva de Vasconcelos Simões
Secretário da Sociedade Suplente	Ana Maria Sirgado Malheiro

/ Na sequência da renúncia apresentada por Ana Maria Sirgado Malheiro, ao cargo de Secretário da Sociedade, a 12 de maio de 2023, Manuela Ferreira e Silva de Vasconcelos Simões foi nomeada para o cargo de Secretário da Sociedade, com efeitos a 18 de maio de 2023.

/ Na sequência da renúncia apresentada por João Carlos Pugliese do Espirito Santo, ao cargo de Secretário da Sociedade Suplente, a 12 de maio de 2023, Ana Maria Sirgado Malheiro foi nomeada para o cargo de Secretário da Sociedade Suplente, com efeitos a 18 de maio de 2023.

Conselho Fiscal

Transporte Aéreos Portugueses, S.A.

Mandato (Início - Fim)	Posição	Nome	Designação Doc.	Mandatos exercidos na Empresa	
				Número	Data da 1ª designação para o CF
2021-2024	Presidente	Baker Tilly, PG & Associados, SROC, S.A, representada por Paulo Jorge Duarte Gil Galvão André	Assembleia Geral	3	13 nov 2015
	Vogal Suplente	José Manuel Fusco Gato	Assembleia Geral	1	24 jun 2021

/ Em face da renúncia apresentada pelo anterior membro efetivo do Conselho Fiscal, Sérgio Sambade Nunes Rodrigues, foi provida a sua substituição pelo membro suplente, José Manuel Fusco Gato, nos termos e para os efeitos do nº 3 e do nº 4 do artigo 415º do Código das Sociedades Comerciais.

Anexos

Órgãos Sociais

Composição dos órgãos sociais da sociedade durante o 1º semestre de 2023

Revisor Oficial de Contas

Efetivo	António Joaquim Brochado Correia, ou Hugo Miguel Patrício Dias em representação de Pricewaterhousecoopers & Associados, SROC, Lda.
Suplente	Carlos Figueiredo Rodrigues

Comissão de Vencimentos

Presidente	A Nomear
Vogal	Pedro Miguel Nascimento Ventura
Vogal	A Nomear

/ Tiago Aires Mateus apresentou carta de renúncia ao cargo de Presidente da Comissão de Vencimentos a 18 de maio de 2023.

Comissão de Monitorização dos Auxílios de Estado

Presidente	Patrício Ramos Castro
Vogal	A Nomear
Vogal	A Nomear

Participações Qualificadas, Valores Mobiliários Detidos por titulares de Órgãos Sociais e declarações de conformidade

1. Participações Qualificadas no capital da Sociedade a 30 de junho de 2023

Titulares com Participação Qualificada	/ Capital / Direitos de Voto (%)	/ Nº de Ações
Acionistas Diretos		
República Portuguesa, através da Direção-Geral do Tesouro e Finanças	100%	196.000.000
Acionistas Indiretos		
Não Aplicável		

2. Indicação do número de valores mobiliários emitidos pela TAP AIR PORTUGAL e por sociedades com as quais esteja em relação de domínio ou de grupo, detidos por titulares de órgãos sociais, e todas as aquisições, onerações ou transmissões durante o período considerado

Nenhum valor mobiliário é detido pelos órgãos sociais, nem ocorreram aquisições, onerações ou transmissões durante o período considerado.

3. Declaração da Administração

Os membros do Conselho de Administração da Transportes Aéreos Portugueses, S.A., abaixo identificados, declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, as demonstrações financeiras do primeiro semestre de 2023, foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Sociedade e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, e que o relatório de gestão expõe fielmente os acontecimentos relevantes que ocorreram em tal período e o impacto nas respetivas demonstrações financeiras, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas para os seis meses seguintes.

Lisboa, 26 de setembro de 2023

Conselho de Administração

Luís Manuel Da Silva Rodrigues
Presidente do Conselho de Administração
e Presidente da Comissão Executiva

Gonçalo Neves Costa Monteiro Pires
Vogal do Conselho de Administração
e Vogal da Comissão Executiva

José Mario Cruz Henriquez
Vogal do Conselho de Administração
e Vogal da Comissão Executiva

Maria João Santos Gomes Cardoso
Vogal do Conselho de Administração
e Vogal da Comissão Executiva

Mário Rogério Carvalho Chaves
Vogal do Conselho de Administração
e Vogal da Comissão Executiva

Sofia N. dos Reis Lufinha de Mello Franco
Vogal do Conselho de Administração
e Vogal da Comissão Executiva

Ana Teresa C. P. Tavares Lehmann
Vogal do Conselho de Administração

João Pedro Conceição Duarte
Vogal do Conselho de Administração

Patrício Ramos Castro
Vogal do Conselho de Administração

Ramiro José Oliveira Sequeira
Vogal do Conselho de Administração

Anexos

Glossário

ASK | Available Seat Kilometer

Lugar-quilómetro; número total de lugares disponíveis para venda multiplicado pelo número de quilómetros voados.

ATC | Air Traffic Control

Controlo do tráfego aéreo.

HUB

Termo utilizado para designar a base operacional de uma companhia aérea, em que chegadas e partidas são coordenadas, por forma a reduzir ao máximo, o tempo de trânsito.

IATA | International Air Transport Association**Load Factor**

Número total de passageiro pagante-quilómetros (RPK) dividido pelo número total de lugar-quilómetros (ASK).

RPK | Revenue passenger kilometer

Passageiro-quilómetro; número total de passageiros multiplicado pelo número de quilómetros voados.

Yield

Receita de passagens dividida pelo número total de passageiro-quilómetros (RPK), ajustada pela etapa média.

YoY | Year-over-year

Year-over-year, ou seja, uma variação face ao período homólogo do ano anterior.

Demonstrações Financeiras Consolidadas



TRANSPORTES AÉREOS PORTUGUESES, S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS CONDENSADAS
30 DE JUNHO DE 2023

ÍNDICE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DA POSIÇÃO FINANCEIRA	4
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS	5
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RENDIMENTO INTEGRAL	6
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS	7
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA	8
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	9
1 Introdução	9
1.1 IMPACTO PANDEMIA COVID-19	18
2 Resumo das principais políticas contabilísticas	29
2.1. BASE DE PREPARAÇÃO	29
2.2. COMPARABILIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	32
2.3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS	33
3 Ativos fixos tangíveis	38
4 Propriedades de investimento	42
5 Ativos intangíveis	43
6 Outros ativos financeiros	43
7 Ativos e passivos por impostos diferidos	44
8 Outras contas a receber	46
9 Inventários	49
10 Imposto sobre o rendimento a receber/pagar	50
11 Outros ativos correntes e não correntes	50
12 Caixa e seus equivalentes	51
13 Capital	52
14 Reservas	53
15 Pensões e outros benefícios pós-emprego	55
16 Provisões	60
17 Passivos remunerados e Passivos de locação com e sem opção de compra	62
18 Outras contas a pagar	67
19 Outros passivos correntes	68
20 Documentos pendentes de voo	69
21 Instrumentos financeiros derivados	70
22 Relato por Segmentos	70
23 Outros rendimentos	71
24 Gastos por natureza	72
25 Custos com o pessoal	74
26 Imparidades de contas a receber, inventários e provisões	74
27 Outros gastos	75
28 Reestruturação	75
29 Outros itens não recorrentes	75

30	Depreciações, amortizações e perdas por imparidade	77
31	Resultados financeiros	77
32	Imposto sobre o rendimento	78
33	Resultados por ação.....	79
34	Compromissos.....	79
35	Contingências	80
36	Partes relacionadas.....	81
37	Eventos subsequentes	83

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DA POSIÇÃO FINANCEIRA

Valores em Euros	Nota	Jun 23	Dez 22
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	3	3.130.156.425	3.077.640.026
Propriedades de investimento	4	1.435.000	1.690.000
Ativos intangíveis	5	23.260.270	23.290.174
Outros ativos financeiros	6	488.720	488.720
Outros ativos não correntes	11	16.295.177	17.828.667
Ativos por impostos diferidos	7	457.477.141	447.429.851
Outras contas a receber	8	457.579.079	442.009.852
		4.086.691.812	4.010.377.290
Ativo corrente			
Inventários	9	71.663.083	66.384.228
Outras contas a receber	8	998.044.613	875.555.361
Imposto sobre o rendimento a receber	10	929.239	435.046
Outros ativos correntes	11	72.009.286	44.803.368
Caixa e seus equivalentes	12	899.735.931	916.077.051
		2.042.382.152	1.903.255.054
Ativos não correntes detidos para venda		-	225.000
Total do ativo		6.129.073.964	5.913.857.344
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital e reservas			
Capital	13	980.000.000	980.000.000
Reserva legal	14	8.300.000	8.300.000
Reservas de justo valor	14	(28.167.116)	(5.741.822)
Outras reservas	14	(50.116.348)	(76.722.347)
Outras variações no capital próprio	14	(18.854.601)	(28.118.831)
Resultados transitados	14	(472.992.508)	(525.689.915)
Resultado líquido do exercício		22.944.664	65.597.418
Total do capital próprio		441.114.091	417.624.503
Passivo não corrente			
Passivos por impostos diferidos	7	68.727.924	44.000.690
Pensões e outros benefícios pós-emprego	15	118.882.904	108.083.418
Provisões	16	280.600.196	282.879.191
Provisão reestruturação	16	2.120.075	15.072.695
Passivos remunerados	17	622.860.014	551.973.017
Passivo locação com opção de compra	17	643.092.662	634.660.114
Passivo locação sem opção de compra	17	1.596.616.603	1.660.710.136
		3.332.900.378	3.297.379.261
Passivo corrente			
Passivos remunerados	17	46.462.072	356.826.415
Passivo locação com opção de compra	17	80.594.424	74.641.447
Passivo locação sem opção de compra	17	334.071.376	377.402.908
Outras contas a pagar	18	727.545.372	584.355.883
Imposto corrente sobre o rendimento a pagar	10	19.326	19.326
Outros passivos correntes	19	44.163.830	67.827.868
Documentos pendentes de voo	20	1.122.203.095	737.779.733
		2.355.059.495	2.198.853.580
Total do passivo		5.687.959.873	5.496.232.841
Total do capital próprio e passivo		6.129.073.964	5.913.857.344

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada da posição financeira em 30 de junho de 2023.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS

Valores em Euros	Notas	Jun 23	Jun 22
Rendimentos e ganhos operacionais			
Receita			
Passagens	22	1.715.745.576	1.152.692.733
Manutenção	22	85.500.760	27.184.632
Carga e correio	22	92.311.153	131.984.379
Ganhos e perdas em associadas		-	(172.310)
Outros rendimentos	22 e 23	12.700.555	9.502.570
		1.906.258.044	1.321.192.004
Gastos e perdas operacionais			
Combustível para aeronaves	24	(542.802.338)	(409.135.217)
Custos operacionais de tráfego	24	(419.563.287)	(301.966.257)
Gastos com manutenção de aeronaves	24	(27.771.432)	(13.630.247)
Custo dos materiais consumidos	24	(68.678.639)	(17.170.479)
Custos comerciais, marketing e comunicação	24	(97.728.007)	(75.520.162)
Custos com o pessoal	25	(281.101.961)	(187.733.099)
Imparidade de contas a receber	26	(2.923.859)	(2.529.025)
Imparidade de inventários	26	(2.020.754)	1.839.731
Provisões	26	(21.790.964)	(18.631.605)
Outros gastos	27	(80.186.126)	(66.200.201)
Reestruturação	28	359.905	3.698.324
Outros itens não recorrentes	29	(16.882.830)	(699.788)
Depreciações, amortizações e perdas por imparidade	30	(237.204.310)	(229.120.841)
Resultados operacionais		107.963.442	4.393.138
Juros e rendimentos similares obtidos	31	32.006.085	17.862.158
Juros e gastos similares suportados	31	(129.636.287)	(132.568.013)
Diferenças de câmbio líquidas	31	27.591.493	(72.935.911)
Resultados antes de impostos		37.924.733	(183.248.628)
Imposto sobre o rendimento	32	(14.980.069)	(18.826.123)
Resultado líquido do exercício		22.944.664	(202.074.751)
Resultado líquido atribuível aos acionistas da TAP, SA		22.944.664	(202.074.751)
Resultado líquido atribuível aos interesses que não controlam		-	-
Resultados por ação			
Resultados básicos e diluídos por ação	33	0,1	(1,1)

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada dos resultados em 30 de junho de 2023.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RENDIMENTO INTEGRAL

Valores em Euros	Notas	Jun 23	Jun 22
Resultado líquido		22.944.664	(202.074.751)
Elementos que poderão vir a ser reclassificados subseqüentemente por resultados:			
Ganhos e perdas em instrumentos de cobertura de fluxos de caixa	21 e 31	9.352.558	(80.428.674)
Imposto diferido de instrumentos de cobertura de fluxos de caixa	7	(5.171.852)	27.538.946
			-
Elementos que não serão reclassificados por resultados:			
Remensurações de planos de benefícios definidos pós-emprego	15	(18.297.889)	33.543.215
Imposto diferido de remensurações	7	5.397.877	(10.337.861)
Outros impactos		-	(34.686.049)
Outros rendimentos integrais líquidos de imposto		(8.719.306)	(64.370.423)
Rendimento integral do exercício		14.225.358	(266.445.174)
Atribuível a:			
Acionistas da TAP SA		14.225.358	(266.445.174)
Interesses que não controlam		-	-
		14.225.358	(266.445.174)

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada do rendimento integral em 30 de junho de 2023.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS

Valores em Euros	Notas	Capital	Reserva legal	Reservas de justo valor	Outras reservas	Outras variações no capital próprio	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Subtotal	Interesses não controlados	Total
Capital próprio em 1 de janeiro de 2022		904.327.865	8.300.000	184.106	(200.588)	-	218.425.483	(1.599.110.889)	(468.074.023)	-	(468.074.023)
Aplicação do resultado líquido do exercício 2021		-	-	-	-	-	(1.599.110.889)	1.599.110.889	-	-	-
Aumentos e reduções de capital, prestações suplementares e prémios de emissão	14	75.672.135	-	-	-	(28.118.831)	904.327.865	-	951.881.169	-	951.881.169
Remensurações*	7 e 15	-	-	-	-	-	(21.681.433)	-	(21.681.433)	-	(21.681.433)
Justo valor de instrumentos financeiros derivados*	7 e 21	-	-	(5.925.928)	-	-	-	-	(5.925.928)	-	(5.925.928)
Derivados de cobertura do risco cambial*	7 e 31	-	-	-	(76.521.759)	-	-	-	(76.521.759)	-	(76.521.759)
Outros impactos		-	-	-	-	-	(27.650.941)	-	(27.650.941)	-	(27.650.941)
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	65.597.418	65.597.418	-	65.597.418
Capital próprio em 31 de dezembro de 2022		980.000.000	8.300.000	(5.741.822)	(76.722.347)	(28.118.831)	(525.689.915)	65.597.418	417.624.503	-	417.624.503
Aplicação do resultado líquido do exercício 2022		-	-	-	-	-	65.597.418	(65.597.418)	-	-	-
Aumentos e reduções de capital, prestações suplementares e prémios de emissão	14	-	-	-	-	9.264.230	-	-	9.264.230	-	9.264.230
Remensurações*	7 e 15	-	-	-	-	-	(12.900.011)	-	(12.900.011)	-	(12.900.011)
Justo valor de instrumentos financeiros derivados*	7 e 21	-	-	(22.425.294)	-	-	-	-	(22.425.294)	-	(22.425.294)
Derivados de cobertura do risco cambial*	7 e 31	-	-	-	26.605.999	-	-	-	26.605.999	-	26.605.999
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	22.944.664	22.944.664	-	22.944.664
Capital próprio em 30 de junho de 2023		980.000.000	8.300.000	(28.167.116)	(50.116.348)	(18.854.601)	(472.992.508)	22.944.664	441.114.091	-	441.114.091

*Montantes líquidos de impostos diferidos, quando aplicável.

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada das alterações nos capitais próprios em 30 de junho de 2023.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA

Valores em Euros	Notas	Jun 23	Jun 22
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes		2.447.849.080	1.702.160.663
Pagamentos a fornecedores		(1.498.192.386)	(1.039.396.139)
Pagamentos ao pessoal		(267.569.525)	(175.397.770)
Pagamentos de rendas de locação de curto prazo e baixo valor		(2.903.648)	(2.832.627)
Fluxos gerados pelas operações		679.183.521	484.534.127
(Pagamentos)/recebimentos do imposto sobre o rendimento		(412.559)	(102.128)
Outros (pagamentos)/recebimentos da atividade operacional		(3.333.335)	(9.661.510)
Fluxos das atividades operacionais (1)		675.437.627	474.770.489
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Outros ativos financeiros	3, 6, 8 e 16	4.340.004	34.768.422
Ativos fixos tangíveis	3	8.645.252	-
Empréstimos concedidos		394.152.399	323.910.000
Juros e proveitos similares		24.155.913	12.481.642
		431.293.568	371.160.064
Pagamentos respeitantes a:			
Outros ativos financeiros	3, 6, 8 e 16	(29.367.006)	(48.386.083)
Ativos fixos tangíveis	3	(108.288.269)	(60.062.938)
Ativos intangíveis		(2.688.755)	(1.997.724)
Empréstimos concedidos		(407.290.000)	(353.116.498)
		(547.634.030)	(463.563.243)
Fluxos das atividades de investimento (2)		(116.340.462)	(92.403.179)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Passivo locação com opção de compra	17	-	6.100.510
		-	6.100.510
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos	17	(241.392.517)	(17.059.160)
Passivo locação com opção de compra	17	(36.966.875)	(28.663.513)
Locação sem opção de compra	17	(251.266.294)	(234.992.660)
Juros e custos similares	17	(44.084.070)	(37.954.085)
		(573.709.756)	(318.669.418)
Fluxos das atividades de financiamento (3)		(573.709.756)	(312.568.908)
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES (1)+(2)+(3)		(14.612.591)	69.798.402
EFEITO DAS DIFERENÇAS DE CÂMBIO		(1.728.529)	7.469.920
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	12	916.077.051	812.578.316
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO EXERCÍCIO	12	899.735.931	889.846.638

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada dos fluxos de caixa em 30 de junho de 2023.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 Introdução

A Transportes Aéreos Portugueses, S.A. (“TAP Air Portugal”, “TAP S.A.” ou “Empresa”) é uma sociedade anónima que se dedica, no essencial, à exploração de serviços públicos de transporte aéreo de passageiros, carga e correio, bem como à prestação de serviços e à realização das operações comerciais, industriais e financeiras relacionadas direta ou indiretamente com a referida exploração.

Em 30 de dezembro de 2019, a TAP S.A. constituiu a TAP Logistics Solutions, S.A. (“TAP Logistics”; a TAP S.A. e a TAP Logistics em conjunto designadas por “Grupo TAP S.A.” ou “Grupo”). Como tal, a TAP S.A. apresenta demonstrações financeiras consolidadas, de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho (conforme alterado).

O Grupo TAP S.A. presta serviços em Portugal (Continente e Regiões Autónomas), na Europa, em África, na América do Norte, na América do Sul e no Médio Oriente. O Grupo TAP S.A. tem 19 representações em países estrangeiros e 3 em Portugal.

Sede Social Edifício 25 do Aeroporto de Lisboa, 1700-008 Lisboa

Capital Social 980.000.000 Euros dos quais se encontram realizados 294.000.000 Euros

N.I.P.C. 500 278 725

A Empresa encontra-se filiada na IATA – *International Air Transport Association* (“IATA”), entre outras associações do setor do transporte aéreo.

Na sequência da eclosão da pandemia da doença COVID-19 e à semelhança da generalidade das empresas que atuam no setor da aviação, todas as empresas do Grupo TAP (entendendo-se para este efeito como “Grupo TAP” a TAP S.A. e respetivas subsidiárias, bem como a TAP – Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. (“TAP SGPS”) e respetivas subsidiárias) sofreram, a partir de março de 2020, uma redução significativa da sua atividade em resultado de uma acentuada quebra da procura, da qual resultaram elevadas perdas de exploração. Estas perdas decorreram maioritariamente da imposição, pelo Estado Português e por muitos países de destino da TAP S.A., de restrições às viagens para limitar a propagação da doença COVID-19.

Para fazer face ao impacto da pandemia da doença COVID-19, o Grupo TAP adotou um conjunto de medidas iniciadas em 2020, tendo em vista o controle e a redução de custos, incluindo a suspensão ou o adiamento de investimentos não críticos, a renegociação de contratos e prazos de pagamento, o corte de despesas acessórias, a suspensão de contratações de novos trabalhadores e de progressões, e a implementação de programas de licenças sem vencimento temporárias.

A 9 de junho de 2020, o Estado Português notificou a Comissão Europeia acerca da sua intenção de conceder um auxílio de Estado, sob a forma de um empréstimo, a favor daquela que, a essa data, era a acionista única da TAP S.A., a TAP SGPS, no montante de 1,2 mil milhões de Euros. Este apoio teve como objetivo disponibilizar recursos suficientes para que a TAP SGPS pudesse fazer face às necessidades de liquidez imediatas do Grupo TAP, e em especial da TAP S.A., tendo em vista a concretização de um plano de viabilidade de longo prazo.

A 10 de junho de 2020, a Comissão Europeia anunciou a sua decisão de aprovar o referido auxílio do Estado ao Grupo TAP, por entender que o mesmo era compatível com as regras da União Europeia relativas a auxílios de Estado.

Na sequência da referida decisão da Comissão Europeia, e tal como aprovado pela Comissão Europeia, foi concedido, por parte do Estado Português, um empréstimo remunerado a favor do Grupo TAP no montante de 1,2 mil milhões de Euros, formalizado através da celebração, em 17 de julho de 2020, de um contrato de financiamento entre a República Portuguesa, a TAP S.A., a TAP SGPS e a Portugalia - Companhia Portuguesa de Transportes Aéreos, S.A. ("Portugalia"), bem como de um acordo complementar ao mesmo entre as referidas partes do contrato de financiamento, a Atlantic Gateway e a Parpública – Participações Públicas, SGPS, S.A. ("Parpública") – "Contrato de Financiamento").

Relativamente ao empréstimo remunerado por parte do Estado Português acima referido, no montante de 1,2 mil milhões de Euros, a primeira tranche (no montante de 250 milhões Euros) foi efetuada no dia 17 de julho de 2020; a segunda tranche (no montante de 224 milhões Euros) foi efetuada no dia 30 de julho de 2020; a terceira tranche (no montante de 25 milhões Euros) foi efetuada no dia 31 de agosto de 2020; a quarta tranche (no montante de 79,6 milhões Euros) foi efetuada no dia 30 de setembro de 2020; a quinta tranche (no montante de 92 milhões Euros) foi efetuada no dia 5 de novembro de 2020; a sexta tranche (no montante de 171,4 milhões de Euros) foi efetuada no dia 21 de dezembro de 2020; e a última tranche (no montante de 358 milhões Euros) foi efetuada no dia 30 de dezembro de 2020.

Para garantia do cumprimento das obrigações que para o Grupo TAP resultavam do empréstimo concedido pelo Estado Português, foi concedido um penhor financeiro sobre a totalidade das ações representativas do capital social da TAP S.A. e da Portugalia a favor do Estado Português.

Na sequência da verificação de diversas condições precedentes previstas nos Contratos, no dia 2 de outubro de 2020, ocorreu:

- (i) A aquisição, por parte do Estado Português, através da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, de participações sociais, de direitos económicos e de uma parte das prestações suplementares detidas pela Atlantic Gateway na TAP SGPS, passando o Estado Português a deter o controlo efetivo sobre 72,5% do capital social da TAP SGPS, sobre igual percentagem de direitos

económicos na TAP SGPS e sobre uma parte das prestações suplementares realizadas pela Atlantic Gateway na TAP SGPS; e

- (ii) A amortização da quota detida pela HPGB na Atlantic Gateway, contra o recebimento de ações representativas de 22,5% do capital social e dos direitos de voto da TAP SGPS e de uma parte das prestações suplementares realizadas pela Atlantic Gateway na TAP SGPS, deixando a Atlantic Gateway de ser acionista da TAP SGPS e passando a HPGB a deter uma participação direta na TAP SGPS.

Neste contexto, no dia 2 de outubro de 2020, a TAP SGPS passou a ter a seguinte estrutura acionista (a qual já sofreu alterações à presente data):

- A Parpública, com 750.000 ações ordinárias, representativas de 50% do capital social e dos direitos de voto da TAP SGPS;
- O Estado Português, através da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, titular de 337.500 ações ordinárias, representativas de 22,5% do capital social, dos direitos de voto e dos direitos económicos da TAP SGPS;
- A HPGB com 337.500 ações ordinárias, representativas de 22,5% do capital social, dos direitos de voto e dos direitos económicos da TAP SGPS; e
- Um conjunto de acionistas com um total de 75.000 ações ordinárias, representativas de 5% do capital social, dos direitos de voto e dos direitos económicos da TAP SGPS.

Em 24 de maio de 2021, o Estado Português, através da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, realizou um aumento de capital na TAP S.A. no montante de 462 milhões de Euros.

Na sequência daquele aumento de capital, a estrutura acionista da TAP S.A. (que até à data era detida a 100% pela TAP SGPS) passou a detalhar-se da seguinte forma:

- A República Portuguesa, através da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, passou a deter 91,8% das ações representativas do capital social e dos direitos de voto; e
- A TAP SGPS passou a deter 8,2% das ações representativas do capital social e dos direitos de voto da TAP S.A.

No dia 31 de agosto de 2021, a data de reembolso do Contrato de Financiamento foi prorrogada de 1 de setembro de 2021 para 31 de dezembro de 2021, em caso de não adoção de decisão final pela Comissão Europeia sobre o auxílio à reestruturação ao Grupo TAP até aquela data.

Na sequência das aprovações pela Comissão Europeia, em 21 de dezembro de 2021, dos auxílios de Estado para (i) a reestruturação do Grupo TAP e (ii) para a compensação de prejuízos sofridos pela TAP S.A. em resultado da pandemia COVID-19, no dia 30 de dezembro de 2021, foram aprovadas, em

Assembleia Geral Extraordinária da TAP S.A. e submetidas a registo junto da Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, as seguintes operações societárias (“Operações de 2021”):

- a) O aumento do capital social da TAP S.A. de 503.500.000 Euros para 657.853.400 Euros, subscrito integralmente pela TAP SGPS, através da conversão de prestações suplementares, no valor total de 154.353.400 Euros;
- b) A redução do seu capital social para 0,00 Euros, para cobertura parcial de prejuízos;
- c) O aumento do seu capital social de 0,00 Euros para 1.794.544.230 Euros, subscrito integralmente pela República Portuguesa, através da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, sendo o montante de 1.258.544.230 Euros realizado exclusivamente por entradas em espécie, por conversão dos créditos da República Portuguesa sobre a TAP S.A. decorrentes do Contrato de Financiamento (o qual representa o valor do financiamento acrescido dos juros incorridos até à data da conversão), e o montante de 536.000.000 Euros (resultante das compensações de prejuízos sofridos em resultado da pandemia de COVID-19), realizado por entradas em dinheiro;
- d) A redução do seu capital social de 1.794.544.230 Euros para 904.327.865 Euros, para cobertura parcial de prejuízos.

Na sequência das Operações de 2021 acima descritas, o capital social da TAP S.A. passou a ser de 904.327.865 Euros, encontrando-se representado por 180.865.573 ações, com o valor nominal unitário de 5,00 Euros, passando a ter como acionista único e direto a República Portuguesa, através da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, não se alterando materialmente o controlo exercido sobre a TAP S.A., na medida em que a República Portuguesa já era o beneficiário efetivo da TAP S.A.

Ainda na sequência da decisão da Comissão Europeia datada de 21 de dezembro de 2021 que aprovou o Plano de Reestruturação do Grupo TAP e a concessão de auxílios à reestruturação, nos termos da qual se previa a concessão de uma tranche do referido auxílio até ao final do exercício de 2022, no dia 27 de dezembro de 2022 foram aprovadas, por meio de decisão por escrito da acionista única da TAP S.A., as seguintes operações societárias (“Operações de 2022”):

- a) A redução do capital social da TAP S.A. de 904.327.865 Euros para 0,00 Euros, para cobertura parcial de prejuízos;
- b) O aumento do seu capital social de 0,00 Euros para 980.000.000 Euros, subscrito integralmente pela República Portuguesa, através da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, a ser realizado por novas entradas em dinheiro, da seguinte forma:
 - i) 294.000.000 Euros no dia 27 de dezembro de 2022;
 - ii) 343.000.000 Euros no dia 20 de dezembro de 2023;
 - iii) 343.000.000 Euros no dia 20 de dezembro de 2024.

Em resultado das Operações de 2022 acima descritas, o capital social da TAP S.A. passou a ser de 980.000.000 Euros, representado por 196.000.000 ações, com o valor nominal unitário de 5,00 Euros, dos quais se encontram realizados 294.000.000 Euros. A TAP S.A. mantém como acionista único direto e beneficiário efetivo a República Portuguesa, através da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças.

As presentes demonstrações financeiras consolidadas condensadas do período de seis meses findo em 30 de junho de 2023 (adiante designadas por demonstrações financeiras ou demonstrações financeiras consolidadas), aprovadas em reunião do Conselho de Administração de 26 de setembro de 2023, foram preparadas com o objetivo de apresentação aos diversos *stakeholders*.

Os membros do Conselho de Administração que assinam o presente relatório declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação nele constante foi elaborada em conformidade com as Normas Contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados do Grupo.

Plano de Reestruturação em curso do Grupo TAP – Auxílio de Estado

No âmbito da decisão da Comissão Europeia de 10 de junho de 2020 que autorizou a concessão de um auxílio de Estado a favor da acionista única da TAP S.A. a essa data, a TAP SGPS, sob a forma de um empréstimo, no montante de 1,2 mil milhões de Euros (“Decisão da Comissão Europeia”), e do Contrato de Financiamento que concretizou a concessão do referido auxílio de Estado ao Grupo TAP, previa-se a possibilidade de a data de reembolso do empréstimo concedido ao Grupo TAP, inicialmente fixada em 10 de dezembro de 2020, ser prorrogada caso o Estado Português submetesse um Plano de Reestruturação do Grupo TAP (“Plano de Reestruturação” ou “Plano”) à Comissão Europeia até essa data, i.e. no prazo de 6 (seis) meses contados da data da Decisão da Comissão Europeia.

Nesse contexto, o Estado Português submeteu à Comissão Europeia, no dia 10 de dezembro de 2020, um projeto de Plano de Reestruturação com vista à sua discussão e aprovação.

No âmbito da preparação do Plano de Reestruturação que envolveu as áreas chave do Grupo TAP, foi criado um *steering committee* tendo sido contratada uma consultora estratégica para auxiliar o Grupo TAP na elaboração do Plano.

O Plano de Reestruturação apresentado incorporou uma transformação significativa da operação da TAP S.A., de forma a garantir a sua viabilidade económica em 2023 e sustentabilidade em 2025. Esta reestruturação engloba medidas de melhoria de eficiência operacional, um redimensionamento da frota e de redução de despesas com pessoal.

O Plano de Reestruturação apresentado tinha como objetivos assegurar a sobrevivência e a sustentabilidade do Grupo TAP, a manutenção de cerca de 7 (sete) mil postos de trabalho diretos, bem

como a preservação de todo o ecossistema de fornecedores do Grupo TAP, garantindo que o mesmo continua a contribuir para a economia portuguesa.

O Plano de Reestruturação assentou em quatro eixos: (i) foco no *core business*; (ii) ajustamento da capacidade (dimensionamento de frota e otimização de rede); (iii) otimização dos custos operacionais (negociação de locações, revisão de custos com terceiros e ajuste dos custos laborais); e (iv) melhoria da receita (receitas de passageiros e outras receitas). Todas estas iniciativas visam atingir o equilíbrio do fluxo de caixa e, conseqüentemente, balancear a estrutura de capital do Grupo TAP.

Ao nível da otimização dos custos operacionais, previa-se 1,3 mil milhões de Euros decorrentes de negociações relacionadas com frota, bem como 200 a 225 milhões de Euros por ano em negociações com outros fornecedores operacionais do Grupo TAP. Do ponto de vista de custos laborais, previu-se o redimensionamento das operações do Grupo TAP, através, entre outros, da implementação de medidas voluntárias, como rescisões por mútuo acordo, trabalho a tempo parcial e licenças não remuneradas de longo prazo, sem prejuízo de outros mecanismos adicionais, além de uma redução dos salários dos trabalhadores do Grupo.

Estes ajustamentos à capacidade, à frota e ao quadro de pessoal fariam com que o Grupo TAP, e em particular a TAP S.A., possam ter uma dimensão apta a responder à retoma, mantendo a liderança no *hub* de Lisboa e a sua estratégia de conexão entre a Europa, as Américas e África.

No quadro dos trabalhos relacionados com o processo de preparação do Plano de Reestruturação, foi aprovada a 22 de dezembro de 2020, uma Resolução do Conselho de Ministros que declarou a TAP S.A. (bem como a Portugália e a Cateringpor – Catering de Portugal, S.A.) em situação económica difícil, atribuindo a essa declaração os efeitos previstos na legislação aplicável, nomeadamente a redução de condições de trabalho e a não aplicação ou a suspensão, total ou parcial, das cláusulas dos acordos de empresa ou dos instrumentos de regulamentação coletiva aplicáveis, com estabelecimento do respetivo regime sucedâneo (Resolução do Conselho de Ministros n.º 3/2021, de 22 de dezembro de 2020, regulamentada através do Despacho n.º 818-A/2021, de 14 de janeiro de 2021). O estatuto de situação económica difícil atribuído à TAP S.A. (e à Portugália e Cateringpor – Catering de Portugal, S.A.) foi renovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 185/2021, de 29 de dezembro, com efeitos até 31 de dezembro de 2022, e novamente renovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 138/2022, de 28 de dezembro, com efeitos até 31 de dezembro de 2023.

Em conformidade com esta determinação, foi desenvolvido logo em dezembro de 2020, um processo de negociação conjunta, entre sindicatos, Administração e Governo Português, tendo em vista a celebração dos denominados “Acordos de Emergência”, procurando-se encontrar uma solução consensual sobre o caminho para viabilizar a reestruturação e a recuperação da TAP S.A. Este processo concluiu-se favoravelmente, tendo todos os sindicatos que representam uma vasta maioria dos trabalhadores da TAP S.A. ratificado os acordos de emergência negociados (“Acordos de Emergência”). Os Acordos de

Emergência entraram em vigor no dia 1 de março de 2021, permitindo, sem prejudicar as métricas propostas no âmbito do Plano de Reestruturação, a proteção de um maior número de postos de trabalho, quando comparado com o regime sucedâneo. Os colaboradores da TAP S.A. não sindicalizados beneficiaram de um regime sucedâneo em tudo igual aos Acordos de Emergência em vigor no seu grupo profissional.

Em paralelo, entre fevereiro e junho de 2021, a TAP S.A. desenvolveu um conjunto de medidas laborais de adesão voluntária para os colaboradores da TAP S.A., que contemplou rescisões por mútuo acordo, reformas antecipadas, pré-reformas, trabalho a tempo parcial e licenças sem vencimento. Como consequência das referidas medidas voluntárias, a meta inicial de redimensionamento do Plano de Reestruturação pôde ser ajustada em baixa e permitiu que o número de trabalhadores elegível para medidas unilaterais fosse reduzido para 124 trabalhadores (ou seja menos cerca de 94% face ao número inicial previsto e imposto pelo Plano de Reestruturação). A continuação da execução do Plano de Reestruturação conduziu a que, em 8 de julho de 2021, a TAP S.A. tivesse iniciado um procedimento de despedimento coletivo envolvendo estes 124 trabalhadores, o qual seguiu os seus trâmites de acordo com um calendário indicativo.

Com estas medidas, a TAP S.A. obteve o compromisso de vários sindicatos nos Acordos de Emergência, indo ao encontro dos objetivos de custos laborais incluídos no Plano de Reestruturação.

A TAP S.A. continuou a oferecer aos trabalhadores visados condições semelhantes às das fases voluntárias para aqueles que optassem por reconsiderar a sua decisão anterior de não aderir às medidas voluntárias, e manteve a possibilidade de candidatura às restantes vagas na Portugaláia e outras vagas na TAP S.A. que foram surgindo de acordo com as necessidades da Empresa, tendo estas iniciativas reduzido o número de trabalhadores com saídas unilaterais em processo de despedimento coletivo para 62.

No contexto do auxílio de Estado à TAP S.A., aprovado pela Comissão Europeia por decisão de 23 de abril de 2021, a título de compensação de danos COVID-19 verificados durante o período de 19 de março a 30 de junho de 2020, como já referido, foi realizado em 24 de maio de 2021 um aumento de capital da TAP S.A., mediante a realização de uma entrada em dinheiro, no montante de 462.000.000 Euros, pela República Portuguesa, através da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, e a subscrição, pela mesma, de 92.400.000 novas ações ordinárias representativas do capital social da Empresa, com o valor nominal unitário de 5,00 Euros. Na sequência do referido aumento de capital, o capital social da TAP S.A. foi aumentado de 41.500.000 Euros para 503.500.000 Euros, passando a República Portuguesa, através da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, a ter uma participação social representativa de cerca de 92% da TAP S.A., continuando os remanescentes cerca de 8,2% do capital social da TAP S.A. a ser detidos diretamente pela TAP SGPS. Conforme referido acima, esta estrutura acionista manteve-se até ao dia 30 de dezembro de 2021, data em que a República Portuguesa passou a ser acionista única da TAP S.A.

Na sequência das interações com a Comissão Europeia, a 10 de junho de 2021, o Estado Português atualizou o Plano de Reestruturação submetido inicialmente em 10 de dezembro de 2020, tendo notificado à Comissão Europeia um auxílio à reestruturação de 3,2 mil milhões de Euros, com o objetivo de financiar um Plano de Reestruturação do Grupo TAP, que estabelece o pacote de medidas para racionalizar as operações da TAP S.A. e para a redução de custos.

No dia 16 de julho de 2021, a Comissão Europeia aprovou as seguintes duas decisões autónomas:

(i) Re-aprovação do auxílio de emergência de 1,2 mil milhões de Euros

A Comissão Europeia decidiu re-aprovar o empréstimo de emergência de 1,2 mil milhões de Euros à TAP SGPS, que já havia anteriormente aprovado por decisão de 10 de junho de 2020, especificando a fundamentação para a aprovação do auxílio (relacionada com a situação do Grupo TAP e dos seus acionistas em junho de 2020), conforme exigido nos termos do acórdão do Tribunal Geral da União Europeia de 19 de maio de 2021 (processo T465/20), que anulou a decisão inicial de auxílio de emergência, suspendendo simultaneamente os efeitos da anulação até à adoção de uma nova decisão pela Comissão Europeia.

Por conseguinte, esta nova decisão da Comissão Europeia confirmou a anterior decisão desta autoridade de 10 de junho de 2020, que entendeu que o referido auxílio de emergência de 1,2 mil milhões de Euros era compatível com o mercado interno, nos termos do artigo 107.º, n.º 3, alínea c) do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia e de acordo com os requisitos das Orientações da Comissão Europeia relativas aos auxílios estatais de emergência e à reestruturação concedidos a empresas não financeiras em dificuldade.

(ii) Plano de Reestruturação do Grupo TAP

A Comissão Europeia decidiu dar início a um procedimento de investigação aprofundada para complementarmente avaliar a conformidade do Plano de Reestruturação proposto e do correspondente auxílio com as condições estabelecidas nas Orientações da Comissão Europeia relativas aos auxílios estatais de emergência e à reestruturação concedidos a empresas não financeiras em dificuldade.

Na sequência das interações com a Comissão Europeia ocorridas após a data da referida decisão da Comissão Europeia, nomeadamente no que diz respeito à obtenção de informação adicional, em 16 de novembro de 2021, o Estado Português atualizou o Plano de Reestruturação submetido em 10 de junho de 2021, o qual apresenta um *update* das projeções financeiras / análises de sensibilidade para o período da reestruturação (até ao ano de 2025), bem como a inclusão dos anos de 2026 e 2027, as quais incorporaram as perspetivas mais recentes, àquela data, do fluxo de transporte aéreo, bem como do preço de *jet fuel* e da taxa de inflação, o que gerou um aumento estimado de receitas e custos para o período de reestruturação até 2025, não existindo variações significativas ao nível dos resultados operacionais.

Esta atualização do Plano de Reestruturação do Grupo TAP, incluindo adicionalmente os anos de 2026 e 2027, foi aprovada pelo Conselho de Administração da TAP SGPS e da TAP S.A em 3 de novembro de 2021.

Tendo por base a investigação aprofundada por parte da Comissão Europeia e das observações das partes interessadas e do Estado Português, a Comissão Europeia aprovou o Plano de Reestruturação do Grupo TAP em 21 de dezembro de 2021 (“Plano de Reestruturação Aprovado”), no quadro das regras da União Europeia em matéria de auxílios estatais que se destinam a vigorar até 31 de dezembro de 2025, o qual se encontra a ser implementado pelo Grupo TAP.

Mais concretamente, a Comissão avaliou o Plano de Reestruturação, que define um pacote de medidas para racionalizar as operações do Grupo TAP e reduzir os custos. O Plano de Reestruturação prevê uma divisão das atividades em i) companhias aéreas TAP S.A. e Portugália (que serão apoiadas e reestruturadas) e ii) perímetro de ativos não essenciais a alienar ou liquidar durante a reestruturação, nomeadamente a SPdH – Serviços Portugueses de Handling, S.A. (“SPdH”) e a TAP ME Brasil. Adicionalmente, a TAP S.A. disponibilizou 18 *slots* por dia no aeroporto de Lisboa a uma transportadora concorrente sendo que a Comissão Europeia considerou relevante que o compromisso de transferência dos *slots* não compromettesse a viabilidade da TAP S.A.

Na perspetiva de ajustamento da sua capacidade, o Plano de Reestruturação apresentado à Comissão Europeia assume como objetivo ajustar a frota do Grupo TAP para 99 aeronaves, um número de aviões superior aos 75 aviões que compunham a sua frota em 2015.

Nesta base, a Comissão Europeia concluiu que o auxílio à reestruturação está em conformidade com as regras da União Europeia, tendo sido considerado que o Plano de Reestruturação Aprovado se apresenta como realista, coerente e credível, de forma a atingir o objetivo de garantir a viabilidade a médio/longo prazo e solucionar os problemas de liquidez e de insolvência do Grupo TAP.

O apoio estatal aprovado pela Comissão Europeia ascende ao valor total de 3,2 mil milhões de Euros, detalhado conforme segue:

- 2,55 mil milhões de Euros referente a medidas de apoio de reestruturação para permitir o regresso à viabilidade do Grupo TAP S.A., incluindo a conversão do empréstimo de emergência de 1,2 mil milhões de Euros em capital próprio;
- 640 milhões de Euros de auxílio a título de compensação de danos COVID-19 verificados durante os anos de 2020 e 2021 entre 19 de março de 2020 e 30 de junho de 2021.

No início de 2023, tendo em consideração a *performance* operacional do Grupo acima do perspetivado no Plano de Reestruturação Aprovado, foram reduzidos os cortes salariais aplicados aos colaboradores.

Adicionalmente, a esta data foi já possível concluir a negociação dos acordos coletivos de trabalho com alguns grupos de trabalhadores, tendo resultado na reposição total dos cortes salariais para esses grupos com efeitos a 1 de julho de 2023, encontrando-se ainda em curso as negociações com os representantes das restantes categorias profissionais.

1.1 Impacto pandemia COVID-19

A Organização Mundial de Saúde (“OMS”) declarou, em 11 de março de 2020, a existência de uma Pandemia relacionada com a doença do novo coronavírus (COVID-19), em resultado da qual foi estabelecido, nos mercados onde o Grupo TAP S.A. opera, um conjunto de medidas excecionais relativas à situação epidemiológica da COVID-19 com a imposição de restrições adicionais à atividade económica nesses mercados, que foram gradualmente levantadas em 2021 e 2022. No primeiro semestre de 2023, a OMS declarou o fim da pandemia COVID-19.

1.1.1 Impacto nos indicadores operacionais

A evolução dos principais indicadores operacionais no primeiro semestre de 2023 face a 2022, 2021, 2020 e 2019 são detalhados conforme segue:

Indicadores operacionais	Jun 23	Jun 22	Jun 21	Jun 20	Jun 19	Variação vs 2022		Variação vs 2021		Variação vs 2020		Variação vs 2019	
						Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Passageiros (000)	7.579	5.823	1.321	3.001	7.900	1.756	+30,2%	6.258	+473,7%	4.578	+152,6%	(321)	-4,1%
RPK (milhões)	20.067	15.392	3.184	7.863	19.119	4.675	+30,4%	16.883	+530,2%	12.204	+155,2%	948	+5,0%
ASK (milhões)	25.016	20.609	6.510	10.957	23.986	4.407	+21,4%	18.506	+284,3%	14.059	+128,3%	1.030	+4,3%
Load Factor	80,20%	74,70%	48,90%	71,76%	79,71%	+5,5p.p.	n.a.	+31,3p.p.	n.a.	+8,4p.p.	n.a.	+0,5p.p.	n.a.
Block Hours	184.635	155.879	59.844	84.137	191.102	28.756	+18,4%	124.691	+208,0%	100.498	+119,4%	(6.467)	-3,4%
Número de Partidas	57.590	48.834	18.684	27.096	64.870	8.756	+17,9%	38.906	+208,2%	30.494	+112,5%	(7.280)	-11,2%
Etapas média (km)	2.149	2.138	2.190	2.035	1.917	11	+0,5%	(41)	-1,9%	114	+5,6%	232	+12,1%

Após a quebra de atividade verificada a partir de março de 2020 em resultado da pandemia de COVID-19, tendo sido significativamente afetada pelas medidas de contenção adotadas pelas autoridades nacionais e internacionais que se refletiram numa acentuada quebra na procura e levaram o Grupo a diminuir a sua capacidade operacional, traduzindo-se numa deterioração da atividade ao longo desse período, em 2023 a atividade do Grupo e da indústria continuam a apresentar uma trajetória de recuperação decorrente, essencialmente, do levantamento das restrições impostas para viajar e do fim da pandemia COVID-19.

No primeiro semestre de 2023, o número de passageiros transportados aumentou 30,2%, a capacidade (medida em ASKs) aumentou 21,4% e a procura em termos de tráfego de passageiros (expressa em RPKs) registou um acréscimo de 30,4%, quando comparado com o primeiro semestre de 2022, traduzindo-se ainda num incremento do *load factor* em 5,5 p.p.

1.1.2 Impacto nos indicadores financeiros

A evolução dos principais indicadores financeiros no primeiro semestre de 2023 face a 2022, 2021 e 2020, são detalhados como segue:

Indicadores financeiros	Jun 23	Jun 22	Jun 21	Jun 20	Jun 19	Variação vs 2022		Variação vs 2021		Variação vs 2020		Variação vs 2019	
						Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Dados demonstração dos resultados													
Rendimentos operacionais	1.906.258.044	1.321.192.004	383.142.239	646.092.306	1.448.855.442	585.066.040	+44,3%	1.523.115.805	+397,5%	1.260.165.738	+195,0%	457.402.602	+31,6%
Recetta de passagens	1.715.745.576	1.152.692.733	240.284.579	545.443.436	1.275.122.771	563.052.843	+48,8%	1.475.460.997	+614,0%	1.170.302.140	+214,6%	440.622.805	+34,6%
EBITDA *	345.167.752	233.513.979	(140.805.793)	(128.762.205)	127.619.358	111.653.773	n.a.	485.973.545	n.a.	473.929.957	n.a.	217.548.394	n.a.
Margem EBITDA	18,1%	17,7%	-36,8%	-19,9%	8,6%	+0,4p.p.	n.a.	+54,9p.p.	n.a.	+38,0p.p.	n.a.	+9,3p.p.	n.a.
EBITDA Recorrente **	361.690.677	230.515.443	(184.651.585)	(124.207.885)	132.174.027	131.175.234	n.a.	526.342.262	n.a.	485.898.562	n.a.	229.516.650	n.a.
Margem EBITDA Recorrente	19,0%	17,4%	-43,0%	-19,2%	9,1%	+1,5p.p.	n.a.	+61,9p.p.	n.a.	+38,2p.p.	n.a.	+9,9p.p.	n.a.
Resultado operacional (EBIT)	107.963.442	4.393.138	(377.356.067)	(427.550.161)	(84.963.610)	103.570.304	n.a.	485.319.509	n.a.	535.513.603	n.a.	192.927.052	n.a.
Margem EBIT	5,7%	0,3%	-98,5%	-66,2%	-5,9%	+5,3p.p.	n.a.	+104,2p.p.	n.a.	+71,8p.p.	n.a.	+11,5p.p.	n.a.
Dados demonstração dos fluxos de caixa													
Fluxos das atividades operacionais	675.437.627	474.770.489	(153.476.814)	90.247.454	269.348.272	200.667.138	+42,3%	828.914.441	-540,1%	585.190.173	+648,4%	406.089.355	+150,8%
Fluxos das atividades de investimento	(116.340.462)	(92.403.179)	(10.240.162)	(48.635.196)	(73.715.558)	(23.937.283)	+25,9%	(106.100.300)	+1036,1%	(67.705.266)	+139,2%	(42.624.904)	+57,8%
Fluxos das atividades de financiamento	(573.709.756)	(312.568.908)	185.997.596	(323.554.205)	(21.610.838)	(261.140.848)	+83,5%	(759.707.352)	-408,5%	(250.155.551)	+77,3%	(552.098.918)	+2554,7%
Dados posição financeira													
Total do ativo	6.129.073.964	5.913.857.344	4.718.062.437	4.967.101.564	5.152.800.895	215.216.620	+3,6%	1.411.011.527	+29,9%	1.171.672.400	+23,6%	976.273.069	+18,9%
Total do passivo	5.687.959.873	5.496.232.841	5.186.136.460	6.111.353.737	5.018.263.972	191.727.032	+3,5%	501.823.413	+9,7%	(423.393.864)	-6,9%	669.695.901	+13,3%
Total do capital próprio	441.114.091	417.624.503	(468.074.023)	(1.154.252.173)	134.536.923	23.489.588	+5,6%	908.188.114	-194,2%	1.595.366.264	-138,2%	306.577.168	+227,9%

* EBITDA = Resultados Operacionais + Depreciações, amortizações e perdas por imparidade.

** EBITDA Recorrente = EBITDA – Reestruturação - Outros itens não recorrentes

A performance financeira no primeiro semestre de 2023 quando comparada com o primeiro semestre de 2022 registou um aumento dos rendimentos operacionais totais em 44,3% e das receitas de passagens em 48,8%. O EBITDA apresentou um montante positivo de 345,2 milhões de Euros (aumento de 111,7 milhões de Euros face ao primeiro semestre de 2022) e o Resultado Operacional (EBIT) apresentou um montante positivo de 108,0 milhões de Euros (aumento de 103,6 milhões de Euros face ao primeiro semestre de 2022).

No que respeita à evolução apresentada na demonstração consolidada dos fluxos de caixa, verifica-se uma variação positiva de 200,7 milhões de Euros nos fluxos de caixa operacionais, resultante, essencialmente, do aumento da receita vendida do Grupo face ao primeiro semestre de 2022. Nos fluxos de caixa de investimento verifica-se uma variação negativa de 23,9 milhões de Euros em resultado, entre outros, do pagamento de *pré-delivery payments*, pagamentos de *redelivery* e de gastos com grandes manutenções (Nota 3). No que respeita aos fluxos de caixa de financiamento, a variação negativa de 261,1 milhões de Euros, deve-se, essencialmente à amortização de um empréstimo obrigacionista em junho de 2023 (Nota 17).

1.1.3 Impacto nas principais estimativas (decorrente da pandemia COVID-19 e da aprovação do Plano de Reestruturação do Grupo TAP pela Comissão Europeia)

O impacto da pandemia COVID-19 e da aprovação do Plano de Reestruturação do Grupo TAP pela Comissão Europeia nas principais estimativas do Conselho de Administração, apresenta-se abaixo detalhadamente.

É entendimento do Conselho de Administração da Empresa que a melhor estimativa, à data de 30 de junho de 2023, encontra-se refletida nas projeções incluídas no Plano de Reestruturação Aprovado, as quais foram aprovadas pelo Conselho de Administração da TAP SGPS e da TAP S.A. em 26 de maio de 2021, atualizadas pelo Conselho de Administração em 3 de novembro de 2021 e submetidas à Comissão Europeia, para os exercícios de 2026 e 2027.

Estas estimativas deverão ser contextualizadas no âmbito do Plano de Reestruturação do Grupo TAP aprovado pela Comissão Europeia em 21 de dezembro de 2021, o qual estabelece todos os pressupostos de receitas e custos incluindo os de rede e frota. Caso a realidade divirja significativamente deste plano nomeadamente ao nível da frota, serviço e vendas, ou caso o Grupo não implemente de forma bem-sucedida o seu atual plano de frota e rotas e de eficiências de custos, os resultados do Grupo podem ser negativamente impactados no futuro, o que pode gerar alterações significativas nas estimativas a utilizar no futuro.

Relativamente ao ano de 2022 e ao primeiro semestre de 2023, importa salientar que se verificou um desvio bastante positivo entre a *performance* real operacional e a estimada no Plano de Reestruturação Aprovado.

Provisão para reestruturação (Nota 16)

No âmbito do Plano de Reestruturação em curso, foram definidas medidas de reestruturação organizacional e eficiência operacional, entre as quais uma redução do número de colaboradores, de forma a garantir a sustentabilidade financeira e económica do Grupo.

Na sequência do processo de reestruturação de colaboradores embutido no Plano de Reestruturação aprovado pelo Conselho de Administração, em 2 dezembro de 2020, e das subseqüentes comunicações efetuadas pela Administração aos seus colaboradores, foi iniciado um processo de adesão a medidas voluntárias que contemplaram, rescisões por mútuo acordo, reformas antecipadas, pré-reformas, trabalho a tempo parcial e licenças sem vencimento e candidaturas à Portugaláia.

Durante o mês de junho de 2021, com a adesão às medidas voluntárias disponibilizadas, o redimensionamento do número de colaboradores passou de 2.000 trabalhadores, previstos, para 124 trabalhadores, representando uma redução de cerca de 94%. Estes trabalhadores estão divididos pelos seguintes grupos profissionais:

- 35 pilotos
- 28 tripulantes de cabina
- 38 trabalhadores da ME Portugal
- 23 trabalhadores da Sede

No segundo semestre de 2021, a TAP S.A. permitiu a alguns dos colaboradores a integração em outras medidas de rescisão voluntárias. Assim, dos 124 colaboradores, verificou-se que:

- 40 aderiram às rescisões por mútuo acordo
- 12 foram transferidos para a Portugaláia com rescisão de mútuo acordo de 50%

- 10 não integraram qualquer medida, nem foram considerados para despedimento (esta situação foi possível tendo em conta as necessidades da Empresa)

Ou seja, dos 124 colaboradores, ficaram em situação de despedimento coletivo 62 colaboradores, decompostos da seguinte forma:

- 20 pilotos
- 16 tripulantes de cabina
- 14 trabalhadores da ME Portugal
- 12 trabalhadores da Sede

Consequentemente, à data de 30 de junho de 2023, e tendo em consideração os pagamentos já efetuados, o Grupo reviu a provisão relativa a gastos a suportar com a reestruturação, a ser concluída no segundo semestre de 2023, para o montante de 2,1 milhões de Euros, o qual refere-se a pagamentos futuros já acordados.

Outras provisões (Nota 16)

O Grupo mantém registadas provisões para diversas contingências, procedendo a Administração à avaliação regular dos critérios usados na mensuração das mesmas.

Em 31 de dezembro de 2021, o Grupo constituiu uma provisão no montante de 140,3 milhões de Euros, correspondente à estimativa de encargos adicionais que a TAP S.A. previa vir a suportar relacionados com a reorganização societária em curso.

Na sequência do Plano de Reestruturação Aprovado, o Conselho de Administração da TAP SGPS aprovou em 29 de dezembro de 2021 o encerramento das operações da sua subsidiária TAP ME Brasil com vista à sua liquidação. Nessa mesma data, e tendo igualmente em consideração o previsto no Plano de Reestruturação Aprovado, a TAP S.A. assumiu a responsabilidade de financiar a TAP SGPS para fazer face às contingências e responsabilidades que pudessem resultar do processo de liquidação, nomeadamente, as que resultassem de processos judiciais, reestruturação e impostos. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram efetuados pagamentos no montante de 26,7 milhões de Euros a reduzir à provisão, tendo o valor remanescente anteriormente provisionado sido revertido, decorrente de alterações de estimativas ocorridas no exercício de 2022, no âmbito das operações de liquidação da TAP ME Brasil, e da revogação da assunção de responsabilidade por parte da TAP S.A. sobre a evolução das operações de liquidação da TAP ME Brasil, considerando a alteração substancial quanto à forma de reestruturação societária em curso do Grupo TAP, prevista à presente data, com impacto na posição financeira da TAP SGPS (Nota 29).

Perdas por imparidade de ativos correntes (Notas 8, 26 e 29)

O Grupo mantém registados ajustamentos para perdas por imparidade de alguns ativos correntes, procedendo a Administração à avaliação regular dos critérios usados na mensuração das mesmas.

Em resultado da aprovação por parte da Comissão Europeia em 21 de dezembro de 2021 do Plano de Reestruturação e da alteração acionista ocorrida na TAP S.A. em 2021, foi identificada pela Administração a necessidade de registar perdas por imparidade em determinados saldos. Em 30 de junho de 2023 o Grupo tinha registado perdas por imparidade acumuladas (i) do saldo do empréstimo concedido à TAP SGPS, no montante de 1.009,9 milhões de Euros (993 milhões de Euros em 31 de dezembro de 2022), (ii) de contas a receber da SPdH. no montante de 10,7 milhões de Euros (10,7 milhões de Euros em 31 de dezembro de 2022) atendendo à situação de insolvência em que a mesma se encontra, (iii) de outras contas a receber no montante de 80,3 milhões de Euros (82,4 milhões de Euros em 31 de dezembro de 2022) (Nota 8), bem como (iv) dos saldos a receber da TAP ME Brasil no montante de 30,8 milhões de Euros (16,9 milhões de Euros em clientes e 13,9 milhões de Euros em outros devedores) (30,4 milhões de Euros em 31 de dezembro de 2022) decorrente do processo de liquidação em curso na subsidiária brasileira da TAP SGPS (Nota 8).

Perdas por imparidade de ativos não correntes – frota aérea (Nota 3)

Em 30 de junho de 2023, o total de ativos consolidados, não corrente, relacionados com a frota aérea, ascende a 3.041 milhões de Euros.

A declaração de pandemia pela Organização Mundial de Saúde resultou num conjunto de limitações à mobilidade das populações, a que se acresceram os efeitos económicos e sociais da própria pandemia, resultando numa forte diminuição das atividades desenvolvidas pelo Grupo, pelo que a Administração entendeu existir a necessidade de realizar os respetivos testes de imparidade dos ativos não correntes relacionados com a frota aérea, com referência a 31 de dezembro de 2022,.

O valor recuperável dos referidos ativos foi apurado tendo como base modelos de fluxos de caixa descontados, o qual requereu a utilização de estimativas e pressupostos por parte do Conselho de Administração, que dependem de projeções económicas e de mercado, nomeadamente no que se refere aos *cash-flows* associados à atividade operacional do Grupo, taxas de câmbio, taxas de crescimento na perpetuidade e taxas de desconto a utilizar no respetivo modelo.

Consequentemente, e tendo em consideração o Plano de Reestruturação Aprovado e a aprovação das projeções financeiras para os anos de 2022 a 2027 pelo Conselho de Administração da TAP SGPS e da TAP S.A. em 3 de novembro de 2021, contendo um conjunto de pressupostos de médio e longo prazo relacionados com a evolução da frota aérea e nível de atividade e performance operacional, que enquadram a conjuntura atual e seus impactos na atividade do transporte aéreo, o mesmo esteve na base

da análise da recuperabilidade dos ativos fixos tangíveis e intangíveis do transporte aéreo efetuada pela Administração do Grupo em 31 de dezembro de 2022, não obstante o desvio positivo entre o real e o previsto no Plano de Reestruturação Aprovado.

Salienta-se que a evolução positiva da operação do Grupo durante o primeiro semestre de 2023 face aos pressupostos considerados no Plano de Reestruturação Aprovado não geraram alterações na avaliação de imparidade aos ativos não correntes efetuada pelo Grupo com referência a 31 de dezembro de 2022. Consequentemente, não foram efetuados testes de imparidade aos ativos não correntes relacionados com a frota aérea com referência a 30 de junho de 2023, por se considerar não existirem indícios de imparidade a essa data.

Importa referir que eventuais variações desfavoráveis nos próximos exercícios entre os fluxos de caixa reais e os estimados no Plano de Reestruturação Aprovado podem originar impactos relevantes no cálculo do valor recuperável dos referidos ativos e afetar consequentemente, de forma significativa, a posição financeira e económica do Grupo.

Impostos Diferidos (Nota 7)

O Grupo reconhece os impostos diferidos nos termos da IAS 12, procedendo ao registo de ativos por impostos diferidos sobre prejuízos fiscais sempre que seja possível aferir sobre a sua recuperabilidade nos termos legais.

Em resultado da pandemia COVID-19, em junho de 2020 foram aprovadas um conjunto de alterações à legislação fiscal no âmbito do Plano de Estabilização Económica e Social, nomeadamente no que respeita ao prazo de caducidade e percentagem de dedução dos prejuízos fiscais gerados em 2020 e 2021, bem como o aumento do prazo de caducidade para mais 2 anos referentes aos prejuízos fiscais gerados antes de 2020.

O Orçamento de Estado aprovado para 2023, colocou fim à limitação temporal para reporte de prejuízos fiscais e reduziu o limite anual da dedução ao lucro tributável de 70% para 65%, aplicando-se estas alterações à dedução de prejuízos aos lucros tributáveis dos períodos de tributação que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023, bem como aos prejuízos fiscais apurados em períodos de tributação anteriores a 1 de janeiro de 2023, cujo período de dedução ainda se encontre em curso. O incremento da percentagem de dedução dos prejuízos fiscais gerados em 2020 e 2021 manteve-se.

Tendo por base o Plano de Reestruturação Aprovado, em 30 de junho de 2023, o Grupo tem registados ativos por impostos diferidos sobre prejuízos fiscais reportados referentes aos exercícios de 2015, 2021 e 2022, correspondentes a impostos diferidos no montante de 154,6 milhões de Euros, e para os quais existe, por parte do Grupo, uma perspetiva de recuperação do referido montante, tendo em consideração as projeções dos lucros tributáveis futuros a gerar resultados fiscais no período 2023 – 2025, conforme

incluído no Plano de Reestruturação Aprovado e nas projeções de lucros fiscais aprovadas pelo Conselho de Administração Grupo TAP na análise de sensibilidade apresentada à Comissão Europeia em novembro de 2021 para o período 2026 – 2027, tendo sido efetuada uma linearização dos resultados fiscais para os períodos remanescentes.

Considerando os pressupostos referidos, é exetável a recuperação dos ativos por impostos diferidos registados em 30 de junho de 2023 num período entre 11 a 13 anos, atendendo a diferentes cenários de sensibilidade.

Para efeitos de análise de recuperabilidade dos impostos diferidos, foi aplicado um *haircut*fator de prémio de risco crescente decorrente do horizonte temporal (7,36%/ano).

Importa salientar que eventuais desvios futuros desfavoráveis entre os resultados reais e os estimados no Plano de Reestruturação Aprovado podem alterar significativamente o valor do registo dos impostos diferidos ativos do Grupo.

1.1.4 Riscos financeiros

Risco de mercado

Depois de um ano de recuperação da indústria da aviação, o ano de 2023 continua a apresentar uma trajetória de recuperação e uma boa performance global, com um aumento muito significativo de passageiros, apesar da evolução menos favorável de algumas variáveis macroeconómicas, tais como as elevadas taxas de inflação e consequente subida das taxas de juro.

De acordo com os últimos valores disponibilizados pela IATA, prevê-se que a indústria da aviação continue a crescer após este período mais desafiante, com a procura a duplicar os valores atuais em 2040. Em relação à recuperação pós pandemia, prevê-se que os RPK globais atinjam cerca de 88% dos níveis de 2019 em 2023, superando os níveis de 2019 em 2024. Em relação ao segmento de carga, o qual ganhou um forte ímpeto nos últimos anos, este deverá representar cerca de 20% dos proveitos operacionais, excedendo em 100% os valores de 2019 (Fonte: IATA – *Global Outlook for Air Transport – June 2023*).

Neste contexto global, a TAP S.A. tem mantido presença geográfica nos seus mercados habituais assumindo os riscos de cada um destes mercados. O Grupo continuou a consolidação da sua operação no mercado norte americano, para além do Brasil que continua a ser o seu principal mercado externo sendo que o mercado do Atlântico Sul e do Atlântico Norte representaram conjuntamente cerca de 49% das receitas de transporte aéreo de passageiros durante o primeiro semestre de 2023, comparativamente com cerca de 45% na primeira metade de 2022 (ainda penalizado por alguns fechos de fronteiras no início do ano). O valor do indicador RPK no primeiro semestre de 2023 representou 105,0% do RPK do mesmo período de 2019 (acima do valor da indústria global).

Risco de preço de combustível

O combustível é um dos principais custos suportados pelo Grupo, existindo uma forte exposição a flutuações do seu preço, a qual é habitualmente reduzida através da contratação de derivados financeiros. Assim, tal como outras companhias aéreas, por forma a fazer face a alterações significativas no preço do combustível, a Empresa contrata diferentes tipologias de instrumentos financeiros derivados para cobertura do preço de combustível, nomeadamente *swaps* e opções.

A 30 de junho de 2023, o preço *spot* do *jet fuel* diminuiu cerca de 21,8% face ao preço de fecho de 31 dezembro de 2022 (983,5 USD por tonelada), contrastando com a performance apresentada no primeiro semestre de 2022, marcado não só pelo aumento significativo do preço do petróleo, como também dos níveis de volatilidade, em virtude do conflito na Ucrânia e da contínua recuperação e reaberturas das principais economias globais após a crise pandémica. Esta diminuição dos preços de *jet fuel*, durante o primeiro semestre de 2023, deveu-se a 3 fatores, em particular: (i) risco de recessão crescente nas principais economias globais, introduzindo, conseqüentemente, incerteza relativamente à procura de petróleo; (ii) fraco crescimento económico da China (principal economia no que respeita ao consumo de petróleo) recorrentemente abaixo das expectativas, reforçando a incerteza da procura; e (iii) ineficácia das sanções ao petróleo russo que continuou a ser escoado a preços significativamente mais baixos, contribuindo para um maior desequilíbrio na relação oferta-procura (i.e., excesso de oferta no mercado) e colocando, assim, ainda mais pressão sobre os mercados. Os preços do *jet fuel* registaram um máximo de 1.142,25 USD por tonelada, em janeiro de 2023, e um mínimo de 689,00 USD por tonelada, em maio de 2023, fechando o semestre a 768,75 USD, em 30 de junho de 2023.

O justo valor dos derivados de *jet fuel* a 30 de junho de 2023, apresenta uma posição desfavorável de 35,7 milhões de Euros (Nota 18).

Eventuais variações acentuadas do preço do *jet fuel* após 30 de junho de 2023 poderão vir a ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras do Grupo.

O Grupo está atualmente sujeito a alterações dos preços das licenças de emissão de CO₂, as quais são adquiridas todos os anos para cumprir com as normas da União Europeia (“EU ETS”) de compensação destas emissões e, mais recentemente, por força do Brexit também do Reino Unido (“UK ETS”). Durante o primeiro semestre de 2023, os preços das licenças elegíveis para o “EU ETS” oscilaram entre os 74,67 EUR e os 97,04 EUR, por licença, registando uma apreciação de 4,8%, e os preços das licenças elegíveis para o UK ETS oscilaram entre os 49,80 GBP e os 82,11 GBP, por licença, registando uma desvalorização de 22,5%, durante este período.

Note-se que nos próximos anos o Grupo ficará também abrangido pelo *Carbon Offsetting and Reduction Scheme for International Aviation* (CORSIA), um esquema de compensação e redução de emissões de CO₂ para voos internacionais.

Com efeito, a longo prazo, o compromisso ambiental da indústria relativamente à neutralidade carbónica da sua atividade até 2050 - o primeiro compromisso deste tipo a nível da indústria - representa outro desafio relevante, uma vez que exige um modelo económico global que seja sustentável, inclusivo e próspero, implicando certamente esforços de investimento adicionais e/ou um incremento das despesas operacionais. Como tal, até que se possam observar progressos reais em direção aos objetivos do Acordo de Paris, as alterações climáticas e as suas múltiplas consequências irão, muito provavelmente, pesar na taxa de crescimento potencial global da indústria da aviação.

Risco cambial

O Grupo adquire uma parte significativa dos bens e serviços de terceiros em USD, assumindo um conjunto de responsabilidades em USD com contratos de locação (Nota 17). Por outro lado, o Grupo tem alguns ativos em moeda estrangeira, nomeadamente contas a receber das suas receitas que são geradas em moedas que não o Euro (essencialmente USD e BRL).

Face a 31 de dezembro de 2022, o EUR valorizou 1,9% face ao USD e desvalorizou 6,4% face ao BRL.

Em relação à evolução do EUR face ao USD, após ter sido quebrada a barreira da paridade em 2022 (o que não acontecia há anos), o primeiro semestre de 2023 ficou marcado por uma recuperação do EUR, em larga medida devido à maior resiliência das economias europeias, mas também, e sobretudo, pelo facto de o Banco Central Europeu ter iniciado o seu ciclo de subida das taxas de juros posteriormente à Reserva Federal dos EUA, perspetivando que o mesmo termine também posteriormente.

No que respeita ao BRL, embora apenas sejam conhecidos os dados relativos ao primeiro trimestre do ano, as evidências demonstram que, durante o primeiro semestre de 2023, a economia brasileira está fortalecida, com os seus indicadores económicos a superarem as expectativas de forma recorrente, destacando-se das demais designadas “economias emergentes”. Na verdade, atualmente o Brasil encontra-se num contexto manifestamente favorável, marcado por: (i) condições internacionais favoráveis, (ii) abrandamento da inflação, conseqüentemente perspetivando um aliviar das taxas de juros, e (iii) um ambiente político mais construtivo. A começar pela envolvente internacional, efetivamente o Brasil continua a beneficiar do conflito na Ucrânia com o aumento das exportações no setor agrícola, nomeadamente de mercadorias como a soja, o açúcar e o café, que com a reabertura da economia chinesa, culminaram num excedente da balança comercial brasileira sem precedentes. Internamente, os indicadores macroeconómicos começam a evidenciar um recuo sustentado da inflação, levando a antecipar um aliviar das taxas de juro por parte do Banco Central do Brasil, uma vez que a SELIC se mantém inalterada nos 13.75% desde setembro de 2022. Se por um lado as elevadas taxas de juro têm sido um fator relevante para fomentar o interesse dos mercados financeiros pelo mercado brasileiro e, por isso, eventuais descidas da SELIC possam condicionar a continuação da valorização do BRL, por outro lado, a descida das taxas de juros irá contribuir positivamente para a economia brasileira uma vez que será crucial para ajudar a acelerar a procura interna e aliviar os consumidores mais endividados e, potencialmente, a fortalecer o

mercado de trabalho. Por fim, o ambiente político é atualmente mais construtivo, quer do ponto de vista da relações internacionais, quer do ponto de vista da governação do próprio país, sendo que no que respeita a este último, as políticas de proteção fiscal e orçamental que têm vindo a ser apresentadas resultantes do equilíbrio entre uma Presidência e um Congresso de quadrantes políticos distintos, têm tido uma perceção positiva por parte dos mercados financeiros e, assim, captado investimento estrangeiro.

Sendo Angola um mercado importante para o Grupo, registre-se que o primeiro semestre de 2023 ficou ainda marcado por uma desvalorização extrema no valor do AOA (66,3% face ao EUR). Após dados menos animadores nas vendas de petróleo (responsável por cerca de 90% das exportações de Angola) e o aumento do peso da dívida em moeda estrangeira, o Banco Nacional de Angola deixou de poder defender a sua moeda, vendo-se forçado a parar de vender e a preservar divisas estrangeiras, o que causou um grande desequilíbrio na oferta e procura dos pares cambiais resultando numa enorme desvalorização do AOA.

Neste contexto, no primeiro semestre de 2023 foram registados ganhos cambiais líquidos de 65,3 milhões de Euros, das quais 27,6 milhões de euros na demonstração consolidada dos resultados (Nota 31), incluindo principalmente o efeito positivo relativo ao impacto da desvalorização do USD nos passivos registados, nomeadamente das rendas futuras afetas a locação de aeronaves. A partir de 1 de janeiro de 2022, o Grupo designou numa relação de cobertura o risco cambial associado às vendas previstas altamente prováveis cuja tarifa é determinada em USD, utilizando como instrumentos de cobertura uma parte dos passivos de locação de aeronaves denominados em USD, de acordo com os montantes e datas dos fluxos de caixa futuros das vendas previstas e dos passivos de locação. O impacto da atualização cambial das vendas cobertas no montante de 37,7 milhões de Euros foi registado na rubrica de outras reservas (Nota 14).

Risco de taxa de juro

A reabertura das principais economias globais após o período de crise pandémica a par do despoletar do conflito geopolítico na Ucrânia culminou num agravamento das taxas de inflação, colocando pressão junto dos bancos centrais para a implementação de políticas monetárias de contenção através do aumento das taxas de juro. Na Europa não foi exceção e, durante o primeiro semestre de 2023, o Banco Central Europeu deu continuidade ao ciclo de subida das taxas de juro, que havia iniciado em julho de 2022, levando a cabo 4 aumentos progressivos das taxas de referência, que se refletiram num total de 150 pontos base. Assim, a 30 de junho de 2023, a EURIBOR a 1, 3, 6 e 12 meses fixava-se nos 3,399%, 3,577%, 3,900% e 4,134%, respetivamente. Prospetivamente, é exetável que, durante o segundo semestre de 2023, os bancos centrais, nomeadamente o Banco Central Europeu e a Reserva Federal dos EUA, coloquem fim aos respetivos ciclos de subida das taxas de juro de referência, com taxas terminais estimadas acima dos 4% e 5%, respetivamente.

O Grupo realizou, em anos anteriores a 2022, três emissões de obrigações a taxas fixas, havendo, por isso, uma parte muito significativa da sua dívida que não está exposta a variações da taxa de juro. Atualmente, o Grupo não apresenta valores significativos de dívida contratada com taxa variável. Ainda assim, os potenciais impactos de uma subida do nível geral das taxas de juro no futuro serão relevantes para o Grupo, essencialmente, no que se refere a valores de dívida que possa vir a contratar e podendo originar um agravamento no custo das locações, com o nível de taxas de juro de longo prazo a ser repercutido na renda da aeronave.

Relativamente ao seu risco de crédito, o Grupo conseguiu melhorar os seus ratings neste semestre. Assim, em abril de 2023, os ratings da TAP S.A. foram revistos em alta pelas agências *Standard & Poor's* e *Moody's Investors Service* que referem melhorias devido ao forte desempenho operacional e à perspetiva de uma redução do endividamento. A *Standard & Poor's* confirmou o rating B+ (*outlook* estável), ainda, segundo a mesma agência o *stand-alone credit profile* (SCAP) da TAP S.A. foi revisto em alta de B- para B. A *Moody's Investors Service* anunciou também um *upgrade* de B3 para B2 (*outlook* estável).

Risco de liquidez e gestão de capital

A pandemia de COVID-19 trouxe ao setor aéreo a maior crise da sua história que se refletiu na dificuldade de obtenção de liquidez das suas empresas, tendo sido a angariação do capital na maior parte das empresas do setor, muito dependente das ajudas de estado. A TAP S.A. recebeu a sua Ajuda de Estado em 2020, 2021 e 2022 estando previsto o recebimento das últimas duas tranches desta ajuda ao abrigo do Plano de Reestruturação Aprovado no valor de 343 milhões de Euros cada em dezembro de 2023 e em dezembro de 2024.

Desde o ano de 2022 e com a recuperação da atividade, o Grupo tem mantido níveis muito confortáveis de liquidez, sendo que a mesma tem continuado a ser criteriosamente gerida tendo em conta a sazonalidade da atividade. Assim, a Empresa terminou o primeiro semestre de 2023 com uma posição de caixa de 899,7 milhões de Euros.

1.1.5 Continuidade das operações

A Administração do Grupo entende que a preparação das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo TAP S.A. em 30 de junho de 2023 deve ser realizada com base no princípio da continuidade, tendo por base o Plano de Reestruturação Aprovado (Nota introdutória) o qual perspetiva um crescimento gradual da atividade, conjugada com uma estratégia de redução de frota, de custos operacionais e de investimento, tendo sido obtidos no primeiro semestre de 2023 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 resultados operacionais e líquidos positivos superiores aos estimados no Plano de Reestruturação Aprovado.

Adicionalmente, em 30 de junho de 2023 o Grupo TAP S.A. apresenta um valor de disponibilidades de 899,7 milhões de Euros decorrente das medidas aprovadas de auxílio de Estado e dos fluxos de caixa operacionais positivos do primeiro semestre de 2023 e do ano de 2022 nos montantes de 675,4 milhões de Euros e 773,8 milhões de Euros, respetivamente, tendo sido ainda, no âmbito do Plano de Reestruturação Aprovado, subscrito e não realizado um aumento de capital por parte do acionista único no montante de 686 milhões de Euros, cuja realização em duas tranches encontra-se prevista para dezembro de 2023 e dezembro de 2024 (Nota Introdutória).

Tendo em consideração o referido acima, é convicção do Conselho de Administração que a continuidade das operações e liquidez do Grupo se encontram asseguradas, tendo por base o financiamento das necessidades de tesouraria estimadas, a esta data, para o prazo de doze meses.

2 Resumo das principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo.

2.1. Base de Preparação

As demonstrações financeiras agora apresentadas reportam-se ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2023, tendo sido preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro adotadas pela União Europeia (“IFRS” – anteriormente designadas Normas Internacionais de Contabilidade – “IAS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e com as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* (“IFRIC”) ou pelo anterior *Standing Interpretations Committee* (“SIC”), em vigor a 1 de janeiro de 2023. De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designados genericamente por “IFRS”.

O Conselho de Administração entende que as presentes demonstrações financeiras e as notas que se seguem asseguram uma adequada apresentação da informação financeira intercalar preparada ao abrigo da IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar, pelo que não incluem toda a informação exigida para as demonstrações financeiras anuais, pelo que devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do Grupo relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Consequentemente, não são divulgadas parte das notas constantes nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, quer por não terem sofrido alteração significativa, quer por não serem materialmente relevantes para a compreensão das presentes demonstrações financeiras.

As presentes demonstrações financeiras condensadas foram preparadas de acordo com os mesmos princípios e políticas contabilísticas, adotadas pelo Grupo na elaboração das demonstrações financeiras anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, incluindo, essencialmente, uma explicação dos

eventos e alterações relevantes ocorridos durante o presente semestre para a compreensão das variações na posição financeira e desempenho operacional do Grupo desde a última data do relatório anual.

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações (Nota 1.1.5), a partir dos livros e registos contabilísticos do Grupo, e tomando por base o custo histórico, exceto quanto aos instrumentos financeiros derivados e propriedades de investimento, que se encontram registados ao justo valor.

Na preparação das demonstrações financeiras, em conformidade com as IFRS, o Conselho de Administração recorreu ao uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos com impacto no valor de ativos e passivos e no reconhecimento de rendimentos e gastos de cada período de reporte. Apesar de estas estimativas terem por base a melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As principais asserções que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade, ou os pressupostos e estimativas mais significativas para a preparação das referidas demonstrações financeiras, estão divulgados na Nota 2.3.

Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em Euros.

Novas normas, alterações às normas e interpretações mandatárias

As novas normas, interpretações e alterações a normas existentes identificadas abaixo, que se tornaram efetivas em 1 de janeiro de 2023, são como segue:

Descrição	Alteração	Data efetiva
1. Novas normas, alterações às normas efetivas a 1 de janeiro de 2023		
• IAS 1 – Divulgação de políticas contabilísticas	Requisito de divulgação de políticas contabilísticas materiais, em detrimento de políticas contabilísticas significativas	1 de janeiro de 2023
• IAS 8 – Divulgação de estimativas contabilísticas	Definição de estimativa contabilística. Clarificação quanto à distinção entre alterações de políticas contabilísticas e alterações de estimativas contabilísticas	1 de janeiro de 2023
• IFRS 17 – Contratos de Seguro	Nova contabilização para os contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária nos resultados, em termos de agregação, reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação	1 de janeiro de 2023
• IFRS 17 – Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 - Informação Comparativa	Esta alteração permite evitar desfasamentos contabilísticos temporários entre ativos financeiros e passivos de contratos de seguro na informação comparativa apresentada, na aplicação da IFRS 17 pela primeira vez. Esta alteração permite a aplicação de um “overlay” na classificação de um ativo financeiro, para o qual a entidade não atualize as informações comparativas do IFRS 9	1 de janeiro de 2023
• IAS 12 – Imposto diferido relacionado com ativos e passivos associados a uma única transação	Exigência de reconhecimento de imposto diferido sobre o registo de ativos sob direito de uso/ passivo da locação e provisões para desmantelamento / ativo relacionado, quando o seu reconhecimento inicial dê lugar a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis, por não serem relevantes para efeitos fiscais	1 de janeiro de 2023

2. Normas (novas e alterações) que se tornam efetivas, após 1 de janeiro de 2024, ainda não endossadas pela EU		
<ul style="list-style-type: none"> • IAS 1 – Classificação de passivos como não correntes e correntes e Passivos não correntes com <i>covenants</i> 	Classificação de um passivo como corrente ou não corrente, em função do direito que uma entidade tem de diferir o seu pagamento para além de 12 meses, após a data de relato, quando sujeito a <i>covenants</i>	1 de janeiro de 2024
<ul style="list-style-type: none"> • IAS 7 e IFRS 7 – Acordos de financiamento de fornecedores 	Requisitos de divulgação adicionais sobre acordos de financiamento de fornecedores (ou “reverse factoring”), o impacto nos passivos e fluxos de caixa, bem como o impacto na análise de risco de liquidez e como é que a entidade seria afetada caso estes acordos deixassem de estar disponíveis	1 de janeiro de 2024
<ul style="list-style-type: none"> • IAS 12 – Reforma da tributação internacional – Regras do modelo Pilar Dois 	Introdução de uma exceção temporária aos requisitos de reconhecimento e divulgação de informação sobre impostos diferidos ativos e passivos relacionados com os impostos sobre o rendimento do modelo Pilar Dois. Exigências de divulgação direcionadas para as entidades afetadas (entidades pertencentes a grupos multinacionais que tenham réditos consolidados de 750 milhões de Euros em pelo menos dois dos últimos quatro anos)	Imediatamente ou 1 de janeiro de 2023
<ul style="list-style-type: none"> • IFRS 16 – Passivos de locação em transações de venda e relocação 	Requisitos de contabilização de transações de venda e relocação após a data da transação, quando alguns ou todos os pagamentos da locação são variáveis	1 de janeiro de 2024

As novas normas e alterações às normas referidas no ponto 1 acima, que entraram em vigor em 1 de janeiro de 2023, não impactaram as demonstrações financeiras do Grupo no primeiro semestre 2023. Relativamente às novas normas e alterações referidas no ponto 2, não se estima que venham a ter impactos significativos nas demonstrações financeiras do Grupo.

2.2. Comparabilidade das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022 e 30 de junho de 2022, apresentadas para efeitos comparativos, são totalmente comparáveis.

2.3. Estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas exige que a gestão do Grupo efetue julgamentos e estimativas que afetam os montantes de rendimentos, gastos, ativos, passivos e divulgações à data de relato.

Estas estimativas são determinadas pelos julgamentos da gestão da TAP S.A., baseados: (i) na melhor informação e conhecimento de eventos presentes e em alguns casos em relatos de peritos independentes e (ii) nas ações que o Grupo considera poder vir a desenvolver no futuro. Todavia, na data de concretização das operações, os seus resultados poderão ser diferentes destas estimativas. Conforme disposto na IAS 8, alterações a estas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, são corrigidas em resultados de forma prospetiva. Em resultado da pandemia COVID-19 e do Plano de Reestruturação Aprovado, algumas destas estimativas foram afetadas materialmente conforme descrito na Nota 1.1.3.

As estimativas e as premissas que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico dos ativos e passivos no período seguinte, são apresentadas abaixo:

→ **Impostos diferidos (Notas 1.1.3. e 7)**

O Grupo reconhece e líquida o imposto sobre o rendimento com base nos resultados das operações apurados de acordo com a legislação fiscal em vigor. De acordo com a IAS 12, o Grupo reconhece os ativos e passivos por impostos diferidos com base na diferença existente entre o valor contabilístico e as bases fiscais dos ativos e passivos. O Grupo analisa periodicamente a recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos com base na projeção do lucro tributável futuro e no período estimado de reversão das diferenças temporais.

→ **Benefícios pós-emprego (Nota 15)**

O valor presente das responsabilidades com benefícios de reforma é calculado com base em metodologias atuariais, as quais utilizam determinados pressupostos. Quaisquer alterações desses pressupostos terão impacto no valor contabilístico das responsabilidades. Os principais pressupostos demográficos e financeiros utilizados no cálculo das responsabilidades com benefícios de reforma estão descritos na Nota 15. O Grupo tem como política rever periodicamente os principais pressupostos demográficos e financeiros.

→ **Reconhecimento de provisões e imparidades (Notas 1.1.3, 8, 9 e 16)**

O Grupo tem diversos processos judiciais em curso para os quais, com base na opinião dos seus consultores legais, efetua um julgamento para determinar se deve ser registada uma provisão para essas contingências.

As imparidades de contas a receber (Nota 8) são calculadas, com base no risco de crédito estimado para cada perfil de cliente e na situação financeira dos mesmos.

As imparidades de inventários são calculadas com base em critérios que atendem à natureza, finalidade de utilização, antiguidade e rotação de materiais.

→ **Programa de fidelização de clientes (Nota 19)**

As obrigações de desempenho associadas à atribuição de milhas aos aderentes do programa “TAP Miles&Go”, são mensuradas, com base em informação histórica no número de milhas atribuídas e não utilizadas nem caducadas no final de cada exercício, ajustadas da estimativa de milhas a expirar sem utilização, e do “*stand-alone price*”, correspondente ao valor médio equivalente do bilhete, considerando o histórico da redenção de milhas. Alterações nos pressupostos utilizados pelo Grupo, no cálculo desta estimativa, podem ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras.

A alteração da percentagem das milhas a expirar em 10% resultaria num impacto em resultados de 8.610 milhares de Euros, e alterar o “*stand-alone price*” em 10% resultaria num impacto em resultados de 1.919 milhares de Euros.

→ **Documentos pendentes de voo (Nota 20)**

Esta rubrica inclui o montante de bilhetes vendidos a clientes cujo voo ainda não ocorreu e de *vouchers* emitidos ainda não utilizados.

O Grupo procede a uma análise periódica do saldo da rubrica “Documentos pendentes de voo” por forma a corrigir os valores de bilhetes vendidos e *vouchers* emitidos cujos cupões já não são válidos. A estimativa do montante desses cupões, que não poderão ser trocados ou reembolsados, requer julgamento por parte do Conselho de Administração, pelo que alterações nos pressupostos utilizados pelo Grupo, no cálculo desta estimativa, podem ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas.

Tendo em conta o impacto da pandemia COVID-19 a Administração reviu a política de utilização de documentos pendentes de voos, nomeadamente no que respeita à possibilidade de remarcação de passagens sem custos adicionais e ao reembolso das passagens em *voucher* com majoração e prazos de validade alargados. Em 30 de junho de 2023, na ótica da prudência, e tendo em conta a diversa legislação

em vigor nos diversos mercados em que o Grupo atua, não foi registada qualquer percentagem de rédito associada a *vouchers* emitidos nos anos de COVID-19 e expirados a 30 de junho de 2023, com exceção do mercado português.

Caso o Grupo tivesse reconhecido receita sobre a totalidade dos *vouchers* emitidos e expirados, os resultados do Grupo teriam um impacto positivo de cerca de 36,9 milhões de Euros.

→ **Vida útil e valor residual dos ativos fixos tangíveis (Nota 3)**

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como a determinação do valor residual e o método de depreciação a aplicar, é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração consolidada dos resultados de cada período.

Estes parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os ativos em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do setor ao nível internacional.

→ **Passivos de locação com e sem opção de compra (Notas 3 e 17)**

O Grupo reconhece ativos sob direito de uso de ativos e passivos de locação com e sem opção de compra (rendas vincendas de contratos de arrendamento) sempre que o contrato preveja o direito de controlar a utilização de um ativo identificável durante um certo período, em troca de uma retribuição. Para aferir quanto à existência de controlo sobre a utilização de um ativo identificável, o Grupo avalia se: i) o contrato envolve o uso de um ativo identificável; ii) tem o direito de obter substancialmente todos os benefícios económicos do uso do ativo durante o período de locação; e iii) tem o direito de controlar o uso do ativo. A análise dos contratos de arrendamento, nomeadamente no que respeita às opções de cancelamento e renovação previstas nos contratos e na determinação da taxa incremental de financiamento a aplicar para cada portfólio de locações identificado requer a utilização de julgamentos pelo Grupo.

O Grupo determina a vida útil destes ativos com base no período não cancelável da locação e revê os prazos de utilização dos mesmos, sempre que ocorrem alterações nos contratos de locação que modifiquem o período não cancelável da locação.

→ **Provisão de *redelivery* (Notas 3 e 16)**

O Grupo TAP S.A. incorre em responsabilidades por custos de manutenção em relação a aeronaves operadas em regime de locação sem opção de compra. Estas resultam de obrigações contratuais legais e construtivas relativas à condição da aeronave quando esta é devolvida ao locador. Para cumprir estas obrigações, o Grupo terá normalmente de realizar intervenções de manutenção estruturais durante o período de locação. O Grupo TAP S.A. especializa esta responsabilidade com base na utilização efetiva

da aeronave, nomeadamente horas ou ciclos voados. Na mensuração desta responsabilidade são considerados vários pressupostos, sendo os mais relevantes: i) a utilização (horas de voo, ciclos, etc.) e condição da aeronave, ii) os custos esperados das intervenções estruturais de manutenção no momento em que se espera que ocorram e iii) a taxa de desconto utilizada.

Os principais pressupostos são revistos periodicamente, tendo em consideração a informação disponível, podendo existir circunstâncias que alterem de forma significativa a referida estimativa, como por exemplo a renegociação das condições de *redelivery* da aeronave, alteração significativa da utilização da aeronave e suas condições de navegabilidade, renegociação de contratos de locação, assim como alterações no custo das referidas manutenções estruturais. A estimativa do custo futuro da manutenção estrutural das aeronaves requer julgamento por parte do Conselho de Administração, pelo que alterações nos pressupostos utilizados pelo Grupo, no cálculo desta estimativa, podem ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas.

→ **Recuperabilidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis (Notas 1.1.3, 3 e 5)**

Nos termos da IAS 36 devem ser realizados testes de imparidade anuais ou sempre que se verificarem fortes indícios de que os ativos não correntes possam estar em situação de imparidade.

Conforme referido na nota 1.1.3, a evolução da operação do Grupo durante o primeiro semestre de 2023 face aos pressupostos considerados no Plano de Reestruturação Aprovado não geraram alterações relevantes na avaliação de imparidade aos ativos não correntes efetuada pelo Grupo com referência a 31 de dezembro de 2022. Consequentemente, não foram efetuados testes de imparidade aos ativos não correntes relacionados com a frota aérea com referência a 30 de junho de 2023, dado que não existem indícios de imparidade a essa data.

Considerando a incerteza quanto ao valor de recuperação do valor líquido contabilístico dos ativos fixos tangíveis e intangíveis pelo facto de se basearem na melhor informação disponível à data, as alterações dos pressupostos poderiam resultar em impactos na determinação do nível de imparidade e, consequentemente nos resultados.

→ **Provisão de reestruturação (Notas 1.1.3 e 16)**

Com base no Plano de Reestruturação em curso, o Grupo disponibilizou aos seus colaboradores um conjunto de medidas voluntárias das quais constam rescisões por mútuo acordo, reformas antecipadas, pré-reformas, trabalho a tempo parcial, licenças sem vencimento e transferências para a Portugalá, com o objetivo de assegurar as métricas do equilíbrio operacional do Plano de Reestruturação.

Tendo em conta a forte adesão por parte dos colaboradores do Grupo a estas medidas voluntárias, conjugada com uma fase final de redimensionamento, o Grupo registou uma provisão para os encargos a

incorrer com as medidas de reestruturação definidas, baseada na melhor informação disponível até à data, tendo em consideração o universo alvo dos colaboradores e das medidas aplicáveis a cada um.

→ **Hedging cambial**

De acordo com a política de gestão do risco financeiro, a partir de 1 de janeiro de 2022, o Grupo designou numa relação de cobertura o risco cambial associado às vendas previstas altamente prováveis cuja tarifa é determinada em USD, utilizando como instrumentos de cobertura uma parte dos passivos de locação de aeronaves denominados em USD, de acordo com os montantes e datas dos fluxos de caixa futuros das vendas previstas e dos passivos de locação.

Considera-se que a transação futura é altamente provável uma vez que o Grupo tem como objetivo a cobertura do risco de variação dos fluxos de caixa com a venda de bilhetes, cuja tarifa é determinada em USD, decorrente do desenvolvimento da sua atividade. Historicamente, à exceção do período pandémico, mais de 50% das vendas têm sido efetuadas em geografias cuja moeda em que a tarifa é determinada é o USD.

Para efeitos de determinação da estimativa de vendas altamente prováveis considerou-se um horizonte temporal de 6 anos, tendo por base o Plano de Reestruturação Aprovado.

Em 30 de junho de 2023 a percentagem de cobertura determinada ascende a 84%, sendo que uma alteração de 5% nesta percentagem teria um impacto no montante de, aproximadamente, 4 milhões de Euros nos resultados financeiros do Grupo.

3 Ativos fixos tangíveis

Durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2023 e durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o movimento ocorrido na rubrica Ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas de imparidade, detalha-se como segue:

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Outros ativos em curso	Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis	Direito de uso de ativos	Total
Custo de aquisição											
Saldo em 1 de janeiro de 2022	41.125.597	159.940.210	1.178.913.676	2.214.005	30.027.032	52.694.820	12.982.278	19.419.125	106.649.950	3.314.040.097	4.918.006.790
Aquisições	-	134.323	247.142.359	22.735	1.558.706	1.001.461	128.483	10.240.550	40.953.413	260.658.752	561.840.782
Alienações	-	-	(9.710.459)	(68.799)	(3.382)	(5.053)	-	-	-	-	(9.787.693)
Regularizações, transferências e abates	-	-	(3.558.367)	(92.421)	(24.369)	(458.456)	(543)	(3.631.605)	(1.373.243)	62.221.482	53.082.478
Saldo em 31 de dezembro de 2022	41.125.597	160.074.533	1.412.787.209	2.075.520	31.557.987	53.232.772	13.110.218	26.028.070	146.230.120	3.636.920.331	5.523.142.357
Aquisições	-	2.607	62.278.149	-	1.619.668	836.789	629.181	7.396.288	17.325.613	115.135.257	205.223.552
Alienações	-	-	(209.591)	-	-	(1.808)	-	-	-	-	(211.399)
Renegociações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	88.328.731	88.328.731
Regularizações, transferências e abates	-	-	25.814.756	(34.913)	(2.631)	(51.155)	(3.300)	(9.741.703)	(14.318.287)	(12.722.403)	(11.059.636)
Saldo em 30 de junho de 2023	41.125.597	160.077.140	1.500.670.523	2.040.607	33.175.024	54.016.598	13.736.099	23.682.655	149.237.446	3.827.661.916	5.805.423.605
Deprec. acumuladas e perdas por imparidade											
Saldo em 1 de janeiro de 2022	-	95.331.101	530.837.737	2.156.140	20.108.199	50.703.046	11.708.686	-	-	1.252.093.831	1.962.938.740
Depreciações (Nota 30)	-	5.700.811	60.562.371	16.894	863.443	1.752.557	245.904	-	-	429.341.572	498.483.552
Perdas por imparidade (Nota 30)	-	-	(438.751)	-	(86.047)	923	-	-	-	-	(523.875)
Alienações	-	-	(8.555.618)	(68.799)	(950)	(4.206)	-	-	-	-	(8.629.573)
Regularizações, transferências e abates	-	-	(6.190.724)	(92.421)	(24.369)	(458.456)	(543)	-	-	-	(6.768.513)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	101.031.912	576.215.015	2.011.814	20.860.276	51.993.864	11.954.047	-	-	1.681.435.403	2.445.502.331
Depreciações (Nota 30)	-	2.818.024	34.875.901	7.881	451.524	325.055	126.658	-	-	192.464.644	231.069.687
Perdas por imparidade (Nota 30)	-	-	769.637	-	(52.318)	-	-	-	-	-	717.319
Alienações	-	-	(57.265)	-	-	(1.682)	-	-	-	-	(58.947)
Regularizações, transferências e abates	-	-	(1.871.210)	(34.913)	(2.632)	(51.155)	(3.300)	-	-	-	(1.963.210)
Saldo em 30 de junho de 2023	-	103.849.936	609.932.078	1.984.782	21.256.850	52.266.082	12.077.405	-	-	1.873.900.047	2.675.267.180
Valor líquido a 31 de dezembro 2022	41.125.597	59.042.621	836.572.194	63.706	10.697.711	1.238.908	1.156.171	26.028.070	146.230.120	1.955.484.928	3.077.640.026
Valor líquido a 30 de junho 2023	41.125.597	56.227.204	890.738.445	55.825	11.918.174	1.750.516	1.658.694	23.682.655	149.237.446	1.953.761.869	3.130.156.425

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022 a rubrica Direito de uso tinha a seguinte composição:

	Edifícios e outras construções	Leasing de Aviões e Reatores	ACMI	Redelivery e Manutenção	Equipamento de transporte	Total
Ativo Bruto						
Saldo em 1 de janeiro de 2022	1.832.381	2.311.305.358	552.623.244	447.503.758	775.356	3.314.040.097
Adições	-	-	82.084.924	178.573.828	-	260.658.752
Regularizações, transferências e abates	-	24.033.397	65.676.722	(27.488.637)	-	62.221.482
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.832.381	2.335.338.755	700.384.890	598.588.949	775.356	3.636.920.331
Adições	-	2.213.917	9.838.412	103.082.928	-	115.135.257
Renegociações	-	27.430.111	60.898.620	-	-	88.328.731
Regularizações, transferências e abates	-	-	-	(12.722.403)	-	(12.722.403)
Saldo em 30 de junho de 2023	1.832.381	2.364.982.783	771.121.922	688.949.474	775.356	3.827.661.916
Depreciações Acumuladas						
Saldo em 1 de janeiro de 2022	1.832.381	618.457.568	361.480.649	269.593.422	729.811	1.252.093.831
Depreciações (Nota 30)	-	204.827.227	108.157.628	116.311.583	45.134	429.341.572
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.832.381	823.284.795	469.638.277	385.905.005	774.945	1.681.435.403
Depreciações (Nota 30)	-	98.380.991	64.832.456	29.250.786	411	192.464.644
Saldo em 30 de junho de 2023	1.832.381	921.665.786	534.470.733	415.155.791	775.356	1.873.900.047
Valor líquido a 31 de dezembro de 2022	-	1.512.053.960	230.746.613	212.683.944	411	1.955.484.928
Valor líquido a 30 de junho de 2023	-	1.443.316.997	236.651.189	273.793.683	-	1.953.761.869

Os terrenos e os edifícios e outras construções, da sede, foram transferidos para a propriedade do Grupo ao abrigo do Decreto-Lei nº 351/89 de 13 de outubro.

Para garantia do pagamento dos montantes devidos ao abrigo de um contrato de mútuo, com instituição nacional, no montante de 75 milhões de Euros, foi constituída uma hipoteca sobre um prédio urbano da TAP S.A., composto por vinte e nove edifícios para escritório, oficinas de material de construção e outros, sito no Aeroporto de Lisboa. Adicionalmente em fevereiro de 2020 foi efetuada uma segunda hipoteca relativa a um financiamento no montante de 25 milhões de Euros. Em 30 de junho de 2023, o montante relativo aos dois contratos mútuos ascendia a 78 milhões de Euros.

Os principais movimentos ocorridos durante o primeiro semestre de 2023 detalham-se conforme segue:

- As adições de equipamento básico no montante de 62.278 milhares de Euros respeitam, essencialmente, a: (i) aquisição de uma aeronave da frota A321 no montante de 50.753 milhares de Euros (ao qual foram adicionados *pre-delivery payments* transferidos da rubrica de adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis no montante de 19.055 milhares de Euros); (ii) capitalização de despesas de manutenção estrutural aeronaves no valor de 4.520 milhares de Euros; e (iii) aquisição de sobressalentes no montante de 4.369 milhares de Euros;
- As adições da rubrica Direito de uso incluem, essencialmente: (i) um novo contrato de ACMI no montante de 9.481 milhares de Euros; (ii) capitalização de gastos com grandes manutenções no montante de 75.040 milhares de Euros; e (iii) o aumento da provisão de *redelivery* e capitalização de gastos com reservas de manutenção não recuperáveis no montante de 28.043 milhares de Euros;

- Adicionalmente as regularizações, transferências e abates na rubrica Direito de uso incluem, essencialmente uma redução no montante de 12.722 milhares de Euros decorrente da revisão da provisão de *redelivery* e da capitalização de gastos com reservas de manutenção não recuperáveis;
- A renegociação de contratos de locação sem opção de compra resultou num incremento da rubrica no montante de 88.329 milhares de Euros;
- As adições de outros ativos em curso no montante de 7.396 milhares Euros respeitam, essencialmente, a: (i) projeto de capacitação do motor Leap no montante de 3.104 milhares de Euros; (ii) *Quick Engine Change* para integrar um motor Leap no montante de 1.489 milhares Euros; e (iii) gastos com grandes manutenções em curso no montante de 1.203 milhares de Euros;
- As adições de adiantamentos no montante de 17.326 milhares de Euros respeitam, essencialmente, a *pre-delivery payments*.

Os principais movimentos ocorridos durante o exercício findo a 31 de dezembro de 2022 detalham-se conforme segue:

- As adições de equipamento básico no montante de 247.142 milhares de Euros respeitam, maioritariamente, a: (i) aquisição de três aeronaves no montante de cerca de 202.483 milhares de Euros, (ii) aquisição de dois motores Leap no montante de cerca de 31.856 milhares de Euros, e (iii) capitalização de despesas de manutenção estrutural de aeronaves no valor de 8.278 milhares de Euros;
- As alienações de equipamento básico no valor líquido de 1.155 milhares de Euros, respeitam essencialmente à venda de sobressalentes;
- As adições da rubrica Direito de uso incluem, essencialmente: (i) sete novos contratos de locação sem opção de compra (6 contratos de aeronaves em regime de ACMI e 1 contrato de reator em regime de ACMI) no montante de 79.557 milhares de Euros; (ii) aumento de gastos com grandes manutenções capitalizados no montante de 97.766 milhares de Euros, (iii) aumento da provisão de *redelivery* e capitalização de gastos com reservas de manutenção não recuperáveis no montante de 80.808 milhares de Euros;
- Adicionalmente as regularizações, transferências e abates na rubrica Direito de uso incluem, essencialmente o aumento resultante de renegociações de contratos com *lessor* no montante de 89.710 milhares de Euros e da revisão da provisão de *redelivery* procedeu-se a uma redução no montante de 27.489 milhares de Euros;

→ As adições de outros ativos em curso no montante de 10.240 milhares de Euros respeitam essencialmente a gastos com grandes manutenções em curso, no montante de 9.631 milhares de Euros;

→ As adições de adiantamentos no montante de 40.953 milhares de Euros respeitam a *pre-delivery payments*.

As depreciações dos ativos fixos tangíveis estão reconhecidas na rubrica Depreciações, amortizações e perdas por imparidade da demonstração consolidada dos resultados pela sua totalidade (Nota 30).

Em 30 de junho de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 a rubrica Equipamento básico tinha a seguinte composição:

	Jun 23			Dez 22		
	Valor bruto	Depreciações e imparidades acumuladas	Valor líquido	Valor bruto	Depreciações e imparidades acumuladas	Valor líquido
Equipamento de voo						
Frota aérea	88.615.483	(56.740.261)	31.875.222	87.379.725	(53.447.730)	33.931.995
Reatores de reserva	4.504.286	(2.410.042)	2.094.244	2.969.113	(2.363.028)	606.085
Sobressalentes	95.139.089	(59.457.975)	35.681.114	93.726.371	(59.195.101)	34.531.270
	188.258.858	(118.608.278)	69.650.580	184.075.209	(115.005.859)	69.069.350
Equipamento de voo - em regime de						
Locação com opção de compra						
Frota aérea	1.080.380.311	(391.090.632)	689.289.679	997.291.599	(365.416.605)	631.874.994
Reatores de reserva	140.952.450	(26.429.194)	114.523.256	140.915.377	(23.094.884)	117.820.493
	1.221.332.761	(417.519.826)	803.812.935	1.138.206.976	(388.511.489)	749.695.487
Máquinas e aparelhagem diversa	91.078.906	(73.803.975)	17.274.931	90.505.024	(72.697.667)	17.807.357
	1.500.670.524	(609.932.079)	890.738.445	1.412.787.209	(576.215.015)	836.572.194

Em 30 de junho de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 a frota aérea do Grupo decompõe-se da seguinte forma:

	Jun 2023					Dez 2022				
	Propriedade TAP	Passivo com opção de compra	Locação sem opção de compra	ACMI	Total	Propriedade TAP	Passivo com opção de compra	Locação sem opção de compra	ACMI	Total
Airbus A330	-	-	3	-	3	-	-	3	-	3
Airbus A330 NEO	-	3	16	-	19	-	3	16	-	19
Airbus A319	-	3	2	-	5	-	3	2	-	5
Airbus A320	-	3	12	-	15	-	3	12	-	15
Airbus A320 NEO	-	-	11	-	11	-	-	11	-	11
Airbus A321	-	2	1	-	3	-	2	1	-	3
Airbus A321 NEO	-	-	10	-	10	-	-	10	-	10
Airbus A321 NEO LR	-	6	6	-	12	-	5	6	-	11
Embraer 190	-	-	-	11	11	-	-	-	10	10
Embraer 195	-	-	-	7	7	-	-	-	6	6
ATR 72	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-
	-	17	61	19	97	-	16	61	16	93

A TAP S.A. encerrou o primeiro semestre de 2023 com uma frota de 97 aviões, um aumento líquido de 4 aviões quando comparado com o final do ano de 2022, em que o Grupo apresentava uma frota 93 aviões.

No primeiro semestre de 2023 entraram em operação um avião de nova geração Airbus (A321neo LR), dois aviões da frota Embraer (um E190 e um E195 que se encontravam em processo de *phase-in* em 31 de dezembro de 2022) e um ATR-72 (que em 31 de dezembro de 2022 se encontrava em processo de transição do operador).

Deste modo, da frota de 97 aviões, 96 encontravam-se disponíveis para a operação comercial de passageiros, encontrando-se um avião em inspeção/trabalhos de modificação de carga para passageiros.

No final do primeiro semestre de 2023, 67% da frota operacional de médio e longo curso era composta por aviões da família NEO.

Em 30 de junho de 2023, encontravam-se em processo de *phase-in* uma aeronave E190 e uma aeronave ATR-72 (em processo de transição de operador).

4 Propriedades de investimento

Em 30 de junho de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 os movimentos registados nas propriedades de investimento detalham-se como segue:

	Jun 23	Dez 22
Saldo inicial	1.690.000	1.615.899
Transferências para ativos não correntes detidos para venda	-	(225.000)
Alienações	(255.000)	-
Variação de justo valor (Nota 23)	-	299.101
Saldo final	1.435.000	1.690.000

Durante o primeiro semestre de 2023 foi alienada uma fração do Edifício Concordia da Portela que se encontrava classificada como propriedade de investimento, cujo valor líquido contabilístico ascendia a 255 milhares de Euros. A alienação gerou um ganho no valor de 49 milhares de Euros (Nota 23).

5 Ativos intangíveis

Em 30 de junho de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, os movimentos ocorridos na rubrica “Ativos intangíveis” foram como segue:

	Propriedade industrial e outros direitos	Programas de computador	Ativos em curso	Total
Custo de aquisição				
Saldo em 1 de janeiro de 2022	11.951.704	61.235.484	4.105.753	77.292.941
Aquisições	-	6.787.303	4.525.905	11.313.208
Regularizações, transferências e abates	-	72.500	(72.500)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	11.951.704	68.095.287	8.559.158	88.606.149
Aquisições	-	3.884.651	1.466.333	5.350.984
Regularizações, transferências e abates	-	53.366	(16.950)	36.416
Saldo em 30 Junho 2023	11.951.704	72.033.304	10.008.541	93.993.549
Amort. acumuladas e perdas por imparidade				
Saldo em 1 de janeiro de 2022	11.951.704	41.865.448	-	53.817.152
Amortizações e perdas por imparidade (Nota 30)	-	11.498.823	-	11.498.823
Saldo em 31 de dezembro de 2022	11.951.704	53.364.271	-	65.315.975
Amortizações e perdas por imparidade (Nota 30)	-	5.417.304	-	5.417.304
Saldo em 30 Junho 2023	11.951.704	58.781.575	-	70.733.279
Valor líquido a 31 de dezembro de 2022	-	14.731.016	8.559.158	23.290.174
Valor líquido a 30 de junho de 2023	-	13.251.729	10.008.541	23.260.270

Os principais movimentos ocorridos durante o primeiro semestre de 2023 detalham-se conforme se segue:

- As adições na rubrica Programas de computador no montante de 3.885 milhares de Euros refere-se, essencialmente, a contratos de licenciamento de *software*;
- As adições na rubrica Ativos em curso no montante de 1.466 milhares de Euros refere-se, essencialmente, a aquisições no âmbito do projeto *Transform ME* no montante de 1.326 milhares de Euros.

6 Outros ativos financeiros

Em 30 de junho de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 a rubrica de outros ativos financeiros tinha a seguinte composição:

	Jun 23	Dez 22
Depósitos bancários na Guiné Bissau	1.780.679	1.671.909
SITA Group Foundation	455.915	455.915
Outros	47.364	47.363
	2.283.958	2.175.187
Imparidades de outros ativos financeiros	(1.795.238)	(1.686.467)
	488.720	488.720

O montante apresentado relativo a SITA Group Foundation refere-se a 519.778 certificados (títulos de capital não cotados) daquela empresa, entidade fundada pela Société International de Télécommunications Aéronautiques.

7 Ativos e passivos por impostos diferidos

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022 a taxa de imposto utilizada em Portugal, para o apuramento dos impostos diferidos ativos relativos a prejuízos fiscais reportáveis foi de 21%. Para as restantes diferenças temporárias as taxas utilizadas em 2023 e 2022 foram de 21% e 29,5%, dependendo do ano estimado da sua realização.

Os benefícios fiscais, por se tratarem de deduções à coleta, são considerados a 100%, sendo que em alguns casos, a sua integral aceitação encontra-se ainda dependente da aprovação das autoridades concedentes de tais benefícios fiscais. Os impostos diferidos decorrentes de benefícios fiscais são registados quando se encontram aprovados pelas autoridades concedentes de tais benefícios.

As principais diferenças temporárias entre os valores contabilísticos e tributáveis, em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, os correspondentes ativos e passivos por impostos diferidos e o respetivo efeito nos resultados do período de seis meses findo em 30 de junho de 2023 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, detalham-se como segue:

	Jun 23			
	Saldo inicial	Variações com efeitos em resultados (Nota 32)	Variações com efeitos no rendimento integral	Saldo final
Ativos por impostos diferidos				
Prejuízos fiscais reportáveis	160.171.263	(5.595.552)	-	154.575.711
Responsabilidades com benefícios pós-emprego	32.143.044	(2.728.901)	5.397.877	34.812.020
Perdas de imparidade em inventários	4.537.353	8.837	-	4.546.190
Perdas de imparidade em contas a receber	227.225.047	2.871.659	-	230.096.706
SIFIDE,CFEI e dupla tributação internacional	1.150.497	-	-	1.150.497
Outras provisões e ajustamentos não aceites fiscalmente	19.350.150	4.224.197	-	23.574.347
Perdas de imparidade em ativos fixos	1.326.190	(91.981)	-	1.234.209
Instrumentos financeiros derivados	1.526.307	-	5.961.154	7.487.461
	447.429.851	(1.311.741)	11.359.031	457.477.141
Passivos por impostos diferidos				
Reavaliações efetuadas	14.227.624	(1.497.340)	-	12.730.284
Ajustamentos decorrentes do IFRS 16 e IFRS 9	29.773.066	15.091.568	11.133.006	55.997.640
	44.000.690	13.594.228	11.133.006	68.727.924
	403.429.161	(14.905.969)	226.025	388.749.217

	Dez 22			
	Saldo inicial	Variações com efeitos em resultados em resultados (Nota 32)	Variações com efeitos no rendimento integral	Saldo final
Ativos por impostos diferidos				
Prejuízos fiscais reportáveis	134.137.162	26.034.101	-	160.171.263
Responsabilidades com benefícios pós-emprego	27.365.034	(3.666.543)	8.444.553	32.143.044
Perdas de imparidade em inventários	7.784.490	(3.247.137)	-	4.537.353
Perdas de imparidade em contas a receber	186.612.370	40.612.677	-	227.225.047
SIFIDE, CFEI e dupla tributação internacional	1.150.497	-	-	1.150.497
Outras provisões e ajustamentos não aceites fiscalmente	4.698.737	14.651.413	-	19.350.150
Perdas de imparidade em ativos fixos	1.774.848	(448.658)	-	1.326.190
Instrumentos financeiros derivados	-	-	1.526.307	1.526.307
	363.523.138	73.935.853	9.970.860	447.429.851
Passivos por impostos diferidos				
Reavaliações efetuadas	15.604.548	(1.376.924)	-	14.227.624
Instrumentos financeiros derivados	48.940	-	(48.940)	-
Ajustamentos decorrentes do IFRS 16 e IFRS 9	18.369.285	43.423.524	(32.019.743)	29.773.066
	34.022.773	42.046.600	(32.068.683)	44.000.690
	329.500.365	31.889.253	42.039.543	403.429.161

→ Prejuízos fiscais reportáveis

O Orçamento de Estado para 2023, aprovado em 2022, colocou fim à limitação temporal para reporte de prejuízos fiscais e reduziu o limite anual da dedução ao lucro tributável de 70% para 65%, aplicando-se estas alterações à dedução de prejuízos aos lucros tributáveis dos períodos de tributação que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023, bem como aos prejuízos fiscais apurados em períodos de tributação anteriores a 1 de janeiro de 2023, cujo período de dedução ainda se encontre em curso. O programa de estabilização económica e social publicado em 2020 estabeleceu um incremento da percentagem de dedução dos prejuízos fiscais gerados em 2020 e 2021 em dez pontos percentuais, mantendo-se este incremento com a aprovação do Orçamento do Estado de 2023. Assim, o limite de dedução dos prejuízos fiscais gerados em 2020 e 2021 é de 75% do lucro tributável.

Na sequência da referida alteração o Grupo considera que há uma maior probabilidade na realização dos impostos diferidos ativos.

O Grupo considera que são recuperáveis os prejuízos fiscais reportáveis gerados em 2015, 2021 e 2022, através da sua utilização na dedução ao lucro tributável futuro (calculado com base nas demonstrações financeiras individuais da TAP S.A., preparadas em conformidade com o SNC) considerando as projeções de resultados fiscais, conforme incluído no Plano de Reestruturação Aprovado e nas projeções aprovadas pelo Conselho de Administração do Grupo TAP na análise de sensibilidade apresentada à Comissão Europeia em novembro de 2021 para o período 2026 – 2027, tendo sido efetuada uma linearização dos resultados fiscais para os períodos remanescentes.

Considerando os pressupostos referidos, é exetável a recuperação dos ativos por impostos diferidos registados em 30 de junho de 2023 num período entre 11 a 13 anos, atendendo a diferentes cenários de sensibilidade.

Para efeitos de análise de recuperabilidade dos impostos diferidos, foi aplicado um *haircut*/fator de prémio de risco crescente decorrente do horizonte temporal (7,36%/ano).

De referir que, apesar do Grupo ter vindo a proceder ao exercício do seu legítimo direito de contestação, não foram registados impostos diferidos ativos relacionados com os prejuízos fiscais reportáveis que resultaram da operação de securitização nos anos de 2014 e 2015, no montante de 99 milhões de Euros, atualmente em discussão em tribunal tributário.

O detalhe dos prejuízos fiscais a 30 de junho de 2023 é detalhado como segue:

	Sem Securitização	Securitização	Total	Ano limite para dedução *
2014	-	31.071.827	31.071.827	Sem limite
2015	96.780.011	67.927.000	164.707.011	Sem limite
2021	549.225.430	-	549.225.430	Sem limite
2022	90.069.372	-	90.069.372	Sem limite
	736.074.813	98.998.827	835.073.640	

* De acordo com o programa de estabilização económica e social.

8 Outras contas a receber

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022 o detalhe da rubrica de outras contas a receber é como segue:

	Jun 23		Dez 22	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Clientes	464.098.756	-	435.338.029	-
Depósitos de garantia de contratos de locação	5.350.637	36.472.078	7.266.337	35.430.579
Reservas de manutenção recuperáveis	21.466.635	72.334.554	19.861.307	64.700.421
Adiantamentos a fornecedores	57.899.934	-	27.676.618	-
Acréscimos de rendimentos	36.761.657	-	37.886.855	-
Outros devedores	1.542.232.630	350.693.835	1.462.227.516	343.800.240
	2.127.810.249	459.500.467	1.990.256.662	443.931.240
Perdas por imparidade de contas a receber	(1.129.765.636)	(1.921.388)	(1.114.701.301)	(1.921.388)
	998.044.613	457.579.079	875.555.361	442.009.852

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

→ Clientes

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022 a rubrica de clientes detalha-se como segue:

	Jun 23	Dez 22
Entidades privadas	275.811.372	271.863.914
Clientes de cobrança duvidosa	61.206.379	60.845.174
Agências de viagem	57.075.227	42.401.776
Entidades relacionadas (Nota 36)	18.666.537	19.299.760
Companhias de aviação	27.553.734	17.478.206
Outros	23.785.507	23.449.199
	464.098.756	435.338.029
Imparidades	(89.884.280)	(90.018.096)
	374.214.476	345.319.933

Em 31 de dezembro de 2022, a rubrica Entidades privadas incluía um saldo referente a uma retenção efetuada por uma entidade intermediária de pagamentos com cartões de crédito, no montante de 42 milhões de USD (cerca de 30 milhões de Euros). No início de 2023 o montante desta retenção foi recebido.

Os saldos a receber de agências de viagens e de companhias de aviação são regularizados, essencialmente, através dos sistemas *IATA Billing and Settlement Plan* (“BSP”) e *IATA Clearing House*, que não cobre a totalidade dos riscos de falência das Agências de viagem e Companhias de Aviação.

→ Depósitos de garantia de contratos de locação

Os depósitos de garantia são constituídos no âmbito dos contratos de locação sem opção de compra para aviões e reatores que serão devolvidos, sem juros, à medida que esses aviões e reatores forem sendo restituídos aos locadores. Adicionalmente, a 30 de junho de 2023 a rubrica de gastos a reconhecer inclui um montante de 18,2 milhões de Euros referentes ao efeito financeiro destas contas a receber, a ser reconhecido no período dos contratos de arrendamento relacionados (Nota 11).

→ Reservas de manutenção recuperáveis

A rubrica Reservas de manutenção recuperáveis respeita a reservas de manutenção pagas em contratos de locação sem opção de compra, que serão realizadas durante o período dos contratos.

→ Adiantamentos a fornecedores

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022 a rubrica de adiantamentos a fornecedores detalha-se como segue:

	Jun 23	Dez 22
Entidades relacionadas (Nota 36)	610.644	575.390
Outros	57.289.290	27.101.228
	57.899.934	27.676.618

A rubrica “Outros” inclui adiantamentos a fornecedores de diversa natureza, nomeadamente entidades gestoras aeroportuárias e seguradoras.

→ Acréscimos de rendimentos

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022 a rubrica Acréscimos de rendimentos detalha-se como segue:

	Jun 23	Dez 22
Trabalhos para companhias de aviação	19.775.364	27.739.776
Entidades relacionadas (Nota 36)	1.239.701	1.046.291
Juros	5.399.691	1.392.953
Outros	10.346.901	7.707.835
	36.761.657	37.886.855

Em 30 de junho de 2023, o saldo da rubrica “Outros”, diz essencialmente respeito a notas de crédito a receber de fornecedores.

→ Outros devedores

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022 a rubrica de outros devedores detalha-se como segue:

	Jun 23		Dez 22	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Entidades relacionadas (Nota 36)	1.063.589.773	19.552.819	1.048.023.603	17.223.370
Capital subscrito e não realizado (Notas 13 e 36)	338.236.974	328.908.426	333.540.088	324.341.080
Cauções e garantias	91.450.310	-	30.350.635	-
Pessoal	17.105.941	-	18.238.492	-
Faturação interline e outras entidades	8.981.948	-	12.644.195	-
Devedores de cobrança duvidosa	5.301.231	-	7.608.261	-
IVA a receber das Representações	8.099.595	-	6.014.767	-
Outros	9.466.858	2.232.590	5.807.475	2.235.790
	1.542.232.630	350.693.835	1.462.227.516	343.800.240
Imparidades	(1.039.881.356)	(1.921.388)	(1.024.683.205)	(1.921.388)
	502.351.274	348.772.447	437.544.311	341.878.852

Conforme referido na Nota Introdutória, em 27 de dezembro de 2022 o acionista único subscreveu um aumento de capital de 980 milhões de Euros, tendo ficado por realizar 686 milhões de Euros, cuja realização está prevista em duas tranches de igual montante em dezembro de 2023 e dezembro de 2024.

Em 30 de junho de 2023, o saldo do aumento de capital por realizar, atualizado financeiramente, encontra-se registado na rubrica de capital subscrito e não realizado corrente e não corrente, nos montantes de 338 milhões de Euros e 329 milhões de Euros (334 milhões de Euros e 324 milhões de Euros em 31 de dezembro de 2022), respetivamente.

Em 30 de junho de 2023, a rubrica de outros devedores – entidades relacionadas – inclui um montante de 1.009,9 milhões de Euros a receber da TAP SGPS, para o qual existe uma imparidade acumulada de igual montante, o qual decorre da sua gestão de participações financeiras na TAP ME Brasil, SPdH e Portugalía e inclui também o montante de 40,8 milhões de Euros a receber da Portugalía (21,2 milhões de Euros nos ativos correntes e 19,6 milhões de Euros nos ativos não correntes), relacionado com a refaturação de reservas de manutenção pagas pela Portugalía.

O incremento no saldo da rubrica de cauções e garantias, decorre essencialmente do pagamento de colaterais no âmbito da contratação de derivados de *jet fuel*.

→ Perdas por imparidade de contas a receber corrente

O movimento ocorrido na rubrica de perdas por imparidade de contas a receber, no período de 6 meses findo em 30 de junho de 2023 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, detalha-se como segue:

	Jun 23		Dez 22	
	Clientes	Outros	Clientes	Outros
Saldo inicial	90.018.096	1.024.683.205	88.937.364	908.987.899
Aumentos (Notas 16, 26 e 29)	2.641.421	17.133.769	4.771.382	114.895.991
Reduções (Nota 26)	-	(85)	(440.362)	(8.876)
Utilizações	(2.508.095)	(2.779.814)	(4.160.888)	(79.954)
Câmbio (Nota 31)	(267.142)	844.281	910.600	888.145
Saldo final	89.884.280	1.039.881.356	90.018.096	1.024.683.205

Durante o primeiro semestre de 2023, as perdas por imparidade em contas a receber da TAP SGPS foram reforçadas em 16,9 milhões de Euros (Nota 29).

O detalhe das perdas por imparidade acumuladas referentes a partes relacionadas encontra-se divulgado na Nota 36.

9 Inventários

O detalhe dos inventários em 30 de junho de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 é como segue:

	Jun 23	Dez 22
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	87.073.895	81.765.085
Perdas por imparidade de inventários	(15.410.812)	(15.380.857)
	71.663.083	66.384.228

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo referem-se a material técnico para utilização na manutenção e reparação de aeronaves próprias e nas obras realizadas para outras companhias de aviação.

O movimento ocorrido na rubrica de perdas por imparidade de inventários, no período de seis meses findo em 30 de junho de 2023 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, detalha-se como segue:

	Jun 23	Dez 22
Saldo inicial	15.380.857	26.388.101
Aumentos (Nota 26)	2.030.403	91.378
Reduções (Nota 26)	(9.649)	(5.222.758)
Utilizações	(1.990.799)	(5.875.864)
Saldo final	15.410.812	15.380.857

10 Imposto sobre o rendimento a receber/pagar

Em 30 de junho de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 os saldos relacionados com imposto sobre o rendimento a receber ou a pagar detalham-se como segue:

	Jun 23		Dez 22	
	Ativo corrente	Passivo corrente	Ativo corrente	Passivo corrente
Estado e outros entes públicos				
Outros	293.640	(19.326)	-	(19.326)
Retenções na fonte	696.639	-	656.061	-
Estimativa de IRC (Nota 32)	(61.040)	-	(221.015)	-
	929.239	(19.326)	435.046	(19.326)
	929.239	(19.326)	435.046	(19.326)

11 Outros ativos correntes e não correntes

Os outros ativos correntes e não correntes em 30 de junho de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 detalham-se conforme segue:

	Jun 23		Dez 22	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Gastos a reconhecer	67.320.554	16.295.177	37.288.455	17.828.667
Estado e outros entes públicos	4.688.732	-	7.514.913	-
	72.009.286	16.295.177	44.803.368	17.828.667

→ **Gastos a reconhecer**

Em 30 de junho de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 a rubrica “Gastos a reconhecer” detalha-se como segue:

	Jun 23		Dez 22	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Depósitos de garantia (Nota 8)	1.909.687	16.295.177	1.909.687	17.828.667
Partes relacionadas (Nota 36)	112.967	-	272.178	-
Comissões	42.008.540	-	27.667.870	-
Trabalhos especializados	1.290.412	-	1.506.087	-
Rendas e alugueres	322.750	-	286.879	-
Outros	21.676.198	-	5.645.754	-
	67.320.554	16.295.177	37.288.455	17.828.667

As comissões respeitam a valores pagos a agentes por bilhetes vendidos, mas ainda não voados e não caducados. A sua variação deve-se à sazonalidade e ao incremento da atividade.

Em 30 de junho de 2023, a rubrica “Outros” inclui um saldo de 8,3 milhões de Euros respeitante à contratação de ACMI de curta duração e um saldo de 7,2 milhões de Euros respeitante a contratos de manutenção.

→ **Estado**

Em 30 de junho de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 os saldos desta rubrica detalham-se como segue:

	Jun 23	Dez 22
Imposto sobre o Valor Acrescentado - IVA	3.507.683	5.925.109
Restantes impostos	1.181.049	1.589.804
	4.688.732	7.514.913

Em 30 de junho de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 o saldo devedor do IVA refere-se aos pedidos de reembolsos, ainda não recebidos.

12 Caixa e seus equivalentes

Em 30 de junho de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 o detalhe de caixa e seus equivalentes apresenta os seguintes valores:

	Jun 23	Dez 22
Depósitos à ordem	422.211.897	82.248.411
Depósitos a prazo	477.037.565	833.698.030
Outros depósitos e títulos	415.982	65.000
Caixa	70.487	65.610
Caixa e seus equivalentes	899.735.931	916.077.051

13 Capital

Conforme referido na Nota Introdutória, em 24 de maio de 2021 o Estado Português, através da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, realizou um aumento de capital na TAP S.A. no montante de 462 milhões de Euros.

Neste contexto, a estrutura acionista da TAP S.A. passou a detalhar-se da seguinte forma:

- A República Portuguesa, através da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, passou a deter 91,8% das ações representativas do capital social e dos direitos de voto; e
- A TAP SGPS passou a deter 8,2% das ações representativas do capital social e dos direitos de voto da TAP S.A..

Na sequência das aprovações pela Comissão Europeia de auxílios de Estado para (i) a reestruturação do Grupo TAP e (ii) para a compensação de prejuízos sofridos pela TAP S.A. em resultado da pandemia COVID-19, no dia 30 de dezembro de 2021, foram aprovadas, em Assembleia Geral Extraordinária da TAP S.A. e submetidas a registo junto da Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, as seguintes operações societárias:

- O aumento do capital social da TAP S.A. de 503.500.000 Euros para 657.853.400 Euros, subscrito integralmente pela TAP SGPS, através da conversão de prestações suplementares, no valor total de 154.353.400 Euros;
- A redução do seu capital social para 0 Euros, para cobertura parcial de prejuízos;
- O aumento do seu capital social de 0 Euros para 1.794.544.230 Euros, subscrito integralmente pela República Portuguesa, através da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, sendo o montante de 1.258.544.230 Euros realizado exclusivamente por entradas em espécie, por conversão de créditos da República Portuguesa sobre a TAP S.A., e o montante de 536.000.000 Euros, realizado por entradas em dinheiro;
- A redução do seu capital social de 1.794.544.230 Euros para 904.327.865 Euros, para cobertura parcial de prejuízos.

Em virtude das operações acima descritas, a TAP S.A. passou a ter como acionista único e direto a República Portuguesa, através da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, não se alterando materialmente o controlo exercido sobre a TAP S.A., na medida em que a República Portuguesa já era o beneficiário efetivo da TAP S.A..

Ainda na sequência da decisão da Comissão Europeia datada de 21 de dezembro de 2021 que aprovou o Plano de Reestruturação do Grupo TAP e a concessão de auxílios à reestruturação, nos termos da qual se previa a concessão de uma tranche do referido auxílio até ao final do exercício de 2022, no dia 27 de dezembro de 2022 foram aprovadas, por meio de decisão por escrito da acionista única da TAP S.A., as seguintes operações societárias:

- a) A redução do capital social da TAP S.A. de 904.327.865 Euros para 0,00 Euros, para cobertura parcial de prejuízos;
- b) O aumento do seu capital social de 0,00 Euros para 980.000.000 Euros, subscrito integralmente pela República Portuguesa, através da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, a ser realizado por novas entradas em dinheiro.

Em resultado das operações acima descritas, o capital social da TAP S.A. passou a ser de 980.000.000 Euros, representado por 196.000.000 ações, com o valor nominal unitário de 5,00 Euros, dos quais se encontram realizados 294.000.000 Euros. A TAP S.A. mantém como acionista único direto e beneficiário efetivo a República Portuguesa, através da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças.

14 Reservas

→ **Reserva legal**

A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital.

Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação do Grupo, mas pode ser incorporada no capital ou utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas.

Com os aumentos de capital ocorridos em 2021 e 2022, a 30 de junho de 2023 a reserva legal não se encontra ainda totalmente constituída.

→ **Reservas de justo valor**

Em 30 de junho de 2023, o montante de 28.167.116 Euros, apresentado na rubrica “Reservas de justo valor”, corresponde ao justo valor dos instrumentos financeiros classificados como de cobertura no montante de 35.654.577 Euros, líquido do imposto no montante de 7.487.461 Euros (Notas 7 e 18).

→ **Outras reservas**

Em 30 de junho de 2023 a rubrica de “Outras reservas” inclui o montante de 49.915.760 Euros, líquido de imposto diferido no montante de 20.886.736 Euros (Notas 7 e 31), referente às perdas cambiais líquidas decorrentes da atualização cambial dos passivos de locação em USD, para as quais foi definida uma

relação de cobertura com as vendas previstas altamente prováveis cuja tarifa é determinada em USD, com referência a 1 de janeiro de 2022 (Nota 2.3).

Esta rubrica inclui também o saldo da reserva constituída em 2010 resultante da fusão por incorporação da Air Portugal Tours, S.A. no montante de 200.588 Euros.

Outras variações no capital próprio

O saldo registado na rubrica em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022 nos montantes de 18,9 milhões de Euros e 28,1 milhões de Euros, respetivamente, diz respeito ao efeito financeiro das contas a receber em dezembro de 2023 e dezembro de 2024 do acionista único (Nota 8), referentes ao aumento de capital subscrito em 27 de dezembro de 2022 e não realizado (Nota 13).

Resultados transitados

A rubrica “Resultados transitados” corresponde aos resultados líquidos dos exercícios anteriores, conforme deliberações efetuadas nas Assembleias Gerais. Encontram-se, ainda, registadas nesta rubrica as alterações decorrentes da aplicação, pela primeira vez, das Normas Internacionais de Relato Financeiro, bem como os ganhos ou perdas com remensurações dos benefícios pós-emprego, líquidos de imposto e os ajustamentos decorrentes da adoção da IFRS 16.

Nos dias 27 de dezembro de 2022 e 30 de dezembro de 2021, foram aprovadas, em Assembleia Geral Extraordinária da TAP S.A. reduções do capital social nos montantes de 904.327.865 Euros e 1.548.069.765 Euros, respetivamente, para cobertura parcial de prejuízos (Nota 13).

15 Pensões e outros benefícios pós-emprego

Pressupostos utilizados na avaliação das responsabilidades

As responsabilidades do Grupo foram determinadas por estudos atuariais, reportados a 30 de junho de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, elaborados por entidades independentes, utilizando o “Método da Unidade de Crédito Projetada” e utilizando, essencialmente, os seguintes pressupostos financeiros e demográficos:

	Jun 23		Dez 22	
	Portugal VIVA	Portugal Jubileu	Portugal VIVA	Portugal Jubileu
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	EKV1980	EKV1980	EKV1980	EKV1980
Taxa de desconto	3,50%	3,50%	3,50%	3,50%
Taxa de rendimento do fundo	3,50%	2,00%	3,50%	2,00%
Taxa de crescimento				
Salários	[0%(até 2024)- 1,5%(2024+)]	[0%(até 2024)- 1,5%(2024+)]	[0%(até 2024)- 1,5%(2024+)]	[0%(até 2024)- 1,5%(2024+)]
Pensões	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%
Salários (Segurança social)	3,70%	--	3,70%	--
Taxa de crescimento dos custos médicos	1,50%	--	1,50%	--
Idade estimada de reforma	65	65	65	65

O Grupo procede à revisão periódica dos pressupostos atuariais sempre que ocorram eventos relevantes, com base em informação dos mercados financeiros e informação do universo de beneficiários abrangidos pelos planos. A taxa de crescimento salarial decorre da melhor estimativa à data tendo em consideração o Plano de Reestruturação em curso no Grupo.

As responsabilidades em 30 de junho de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 detalham-se como segue:

	Jun 23							Total
	Fundo VIVA	Pensões VIVA	Atos médicos	Prémios Jubileu	Representação Brasil	Sub-Total saldos passivos	Representação Inglaterra	
Responsabilidades por serviços passados								
- Ativos	192.663	59.787.258	-	71.442.277	561.538	131.983.736	-	131.983.736
- Pré-reformados	125.617	4.035.969	199.572	-	-	4.361.158	-	4.361.158
- Aposentados	13.200.670	23.435.165	2.213.843	-	-	38.849.678	27.516.264	66.365.942
Valor de mercado dos fundos	(12.746.714)	-	-	(43.152.201)	(412.753)	(56.311.668)	(28.392.320)	(84.703.988)
Insuficiência/(excesso)	772.236	87.258.392	2.413.415	28.290.076	148.785	118.882.904	(876.056)	118.006.848

	Dez 22							Total
	Fundo VIVA	Pensões VIVA	Atos médicos	Prémios Jubileu	Representação Brasil	Sub-Total saldos passivos	Representação Inglaterra	
Responsabilidades por serviços passados								
- Ativos	192.663	59.384.309	-	59.779.842	525.706	119.882.520	-	119.882.520
- Pré-reformados	125.617	2.861.925	237.394	-	-	3.224.936	-	3.224.936
- Aposentados	13.200.670	22.762.018	2.283.971	-	-	38.246.659	27.516.264	65.762.923
Valor de mercado dos fundos	(12.216.494)	-	-	(40.667.788)	(386.415)	(53.270.697)	(28.392.320)	(81.663.017)
Insuficiência/(excesso)	1.302.456	85.008.252	2.521.365	19.112.054	139.291	108.083.418	(876.056)	107.207.362

A estimativa de contribuições para os planos de benefício definido de pensões, para o segundo semestre de 2023, é de aproximadamente de 3 milhões de Euros.

Em 30 de junho de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, os planos de benefícios definidos do Grupo em Portugal (excluindo as representações de Inglaterra e Brasil), abrangiam 1.268 e 1.286 beneficiários no

ativo, respetivamente. O número total de colaboradores reformados e pré-reformados com direito a um suplemento de pensão de reforma em 30 de junho de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 era de 497 e 510 beneficiários, respetivamente.

Em 30 de junho de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, a maturidade média das responsabilidades para os planos de benefício definido “Fundo VIVA” e “Prémios Jubileu” é de 10 anos e 14 anos, respetivamente.

Análises de sensibilidade

→ Taxa de desconto anual

O aumento (diminuição) de 0,25% na taxa de desconto anual dos planos de benefícios definidos “Plano VIVA” e “Prémios Jubileu” corresponderia a um impacto nas responsabilidades do Grupo, a 30 de junho de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, conforme segue:

Jun 23	Taxa	Plano VIVA*	Prémios Jubileu
Taxa de desconto anual das pensões	3,50%	100.777.342	71.442.277
Aumento de 0,25% na taxa de desconto	3,75%	98.887.855	69.317.803
Decréscimo de 0,25% na taxa de desconto	3,25%	102.854.058	73.713.787

* Inclui "Fundo VIVA" e "Pensões VIVA"

Dez 22	Taxa	Plano VIVA*	Prémios Jubileu
Taxa de desconto anual das pensões	3,50%	98.527.202	59.779.842
Aumento de 0,25% na taxa de desconto	3,75%	97.644.329	57.954.498
Decréscimo de 0,25% na taxa de desconto	3,25%	99.446.324	61.680.258

* Inclui "Fundo VIVA" e "Pensões VIVA"

→ Taxa de crescimento dos custos médicos

Caso a taxa de crescimento dos custos com cuidados médicos registre um aumento ou decréscimo de um ponto percentual, o respetivo impacto nas responsabilidades do Grupo, a 30 de junho de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, é o seguinte:

	Taxa	Jun 23	Dez 22
Taxa de crescimento anual dos custos médicos	1,50%	2.413.415	2.521.365
Aumento de 1% na taxa de crescimento dos custos médicos	2,50%	2.574.204	2.690.814
Decréscimo de 1% na taxa de crescimento dos custos médicos	0,50%	2.269.065	2.369.381

→ Taxa de crescimento das Pensões

Caso a taxa de crescimento das Pensões Plano VIVA registe um aumento ou decréscimo de 0,25 pontos percentuais, o respetivo impacto nas responsabilidades do Grupo, a 30 de junho de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, é o seguinte:

	Taxa	Jun 23	Dez 22
Taxa de crescimento das pensões do Plano VIVA*	1,00%	100.777.342	98.527.202
Aumento de 0,25% na taxa de crescimento pensões	1,25%	102.673.406	99.452.681
Decréscimo de 0,25% na taxa de crescimento pensões	0,75%	97.584.174	97.631.252

* Inclui "Fundo VIVA" e "Pensões VIVA"

Evolução das responsabilidades por serviços passados

A evolução das responsabilidades por serviços passados, refletidas na demonstração da posição financeira, durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2023 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, detalha-se conforme segue:

	Jun 23						Total
	Fundo VIVA	Pensões VIVA	Atos médicos	Prémios Jubileu	Representação Brasil	Representação Inglaterra	
Responsabilidades no início do exercício	13.518.950	85.008.252	2.521.365	59.779.842	525.706	27.516.264	188.870.379
Varição cambial	-	-	-	-	35.832	-	35.832
Valores registados nos resultados do exercício:							
Serviços correntes	5.802	-	-	298.255	-	-	304.057
Juro líquido	91.281	1.694.753	44.124	1.017.403	-	-	2.847.561
Ganhos e perdas atuariais	2.560.047	4.600.115	(152.074)	11.240.862	-	-	18.248.950
Benefícios pagos	(2.657.130)	(4.044.728)	-	(894.085)	-	-	(7.595.943)
Responsabilidades no fim do exercício	13.518.950	87.258.392	2.413.415	71.442.277	561.538	27.516.264	202.710.836

	Dez 22						Total
	Fundo VIVA	Pensões VIVA	Atos médicos	Prémios Jubileu	Representação Brasil	Representação Inglaterra	
Responsabilidades no início do exercício	12.170.632	38.394.956	3.062.212	89.212.919	-	33.246.064	176.086.783
Varição cambial	-	-	-	-	(348.547)	(1.748.649)	(2.097.196)
Transferências	-	-	-	-	956.587	-	956.587
Valores registados nos resultados do exercício:							
Serviços correntes	65.949	-	-	2.676.865	-	-	2.742.814
Juro líquido	91.281	501.730	11.483	623.438	(82.334)	(3.981.151)	(2.835.553)
Ganhos e perdas atuariais	2.560.047	56.144.713	(552.330)	(28.136.669)	-	-	30.015.761
Benefícios pagos	(1.368.959)	(10.033.147)	-	(4.596.711)	-	-	(15.998.817)
Responsabilidades no fim do exercício	13.518.950	85.008.252	2.521.365	59.779.842	525.706	27.516.264	188.870.379

Evolução dos fundos afetos aos planos de benefícios pós-emprego

Durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2023 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a evolução do património dos fundos foi conforme segue:

	Jun 23				Total
	Fundo	Prémios	Representação	Representação	
	VIVA	Jubileu	Brasil	Inglaterra	
Saldo inicial	12.216.494	40.667.788	386.415	28.392.320	81.663.017
Contribuição efetuada no exercício	-	3.000.000	-	-	3.000.000
Juro líquido	530.220	427.437	-	-	957.657
Benefícios pagos	-	(894.085)	-	-	(894.085)
Remensurações	-	(48.939)	-	-	(48.939)
Variação cambial	-	-	26.338	-	26.338
Saldo final	12.746.714	43.152.201	412.753	28.392.320	84.703.988

	Dez 22				Total
	Fundo	Prémios	Representação	Representação	
	VIVA	Jubileu	Brasil	Inglaterra	
Saldo inicial	15.032.652	38.525.937	-	33.297.234	86.855.823
Transferências	-	-	32.110	-	32.110
Contribuição efetuada no exercício	-	6.000.000	389.744	-	6.389.744
Juro líquido	(1.447.199)	848.786	-	(3.153.574)	(3.751.987)
Benefícios pagos	(1.368.959)	(4.596.710)	-	-	(5.965.669)
Remensurações	-	(110.225)	-	-	(110.225)
Variação cambial	-	-	(35.439)	(1.751.340)	(1.786.779)
Saldo final	12.216.494	40.667.788	386.415	28.392.320	81.663.017

A composição dos fundos e respetiva categoria das quantias incluídas, em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, detalha-se conforme segue:

	Jun 23			
	Fundo	Prémios	Representação	Total
	VIVA	Jubileu	Inglaterra	
Ações	4.699.713	-	3.667.388	8.367.101
Obrigações	3.133.142	40.261.004	1.557.676	44.951.822
Dívida Pública	3.929.812	-	-	3.929.812
Imobiliário	420.642	-	-	420.642
Liquidez	563.405	2.891.197	574.361	4.028.963
Outras aplicações correntes	-	-	22.592.895	22.592.895
	12.746.714	43.152.201	28.392.320	84.291.235

	Dez 22			
	Fundo	Prémios	Representação	Total
	VIVA	Jubileu	Inglaterra	
Ações	3.204.713	-	3.667.388	6.872.101
Obrigações	4.466.272	37.983.714	1.557.676	44.007.662
Dívida Pública	3.517.713	-	-	3.517.713
Imobiliário	461.668	-	-	461.668
Liquidez	566.128	2.684.074	574.361	3.824.563
Outras aplicações correntes	-	-	22.592.895	22.592.895
	12.216.494	40.667.788	28.392.320	81.276.602

Gastos com pensões e outros benefícios pós-emprego

Relativamente aos gastos suportados com pensões e outros benefícios pós-emprego o detalhe é conforme segue:

	Jun 23						Total
	Fundo VIVA	Pensões VIVA	Atos médicos	Prémios Jubileu	Representação Brasil	Representação Inglaterra	
Serviços correntes	5.802	-	-	298.255	-	-	304.057
Juro líquido	(438.939)	1.694.753	44.124	589.966	-	-	1.889.904
Total (Nota 25)	(433.137)	1.694.753	44.124	888.221	-	-	2.193.961

	Jun 22						Total
	Fundo VIVA	Pensões VIVA	Atos médicos	Prémios Jubileu	Representação Brasil	Representação Inglaterra	
Serviços correntes	32.975	-	-	2.167.276	-	-	2.200.251
Juro líquido	1.285.918	(226.348)	11.482	(147.263)	-	-	923.789
Total (Nota 25)	1.318.893	(226.348)	11.482	2.020.013	-	-	3.124.040

Conforme mencionado, os pilotos do Grupo, admitidos após 1 de junho de 2007, beneficiam de um plano de contribuição definida. Foi reconhecido, durante o período findo a 30 de junho de 2023, um gasto na rubrica de gastos com benefícios pós-emprego no montante de 1.406 milhares de Euros (30 de junho de 2022: 1.112 milhares de Euros), relativo às contribuições efetuadas no ano a favor dos seus empregados (Nota 25).

Os gastos com pensões e outros benefícios pós-emprego, durante os períodos de seis meses findos a 30 de junho de 2023 e 2022, encontram-se registados na rubrica de gastos com o pessoal (Nota 25).

Ganhos/perdas com remensurações

Os ganhos/perdas com remensurações, relacionados com planos de benefício pós-emprego, detalham-se como segue:

	Jun 23						Total
	Fundo VIVA	Pensões VIVA	Atos médicos	Prémios Jubileu	Representação Inglaterra		
(Ganhos)/Perdas actuariais							
Retorno dos ativos, excluindo montantes incluídos nos resultados	-	-	-	48.939	-	48.939	
	-	-	-	48.939	-	48.939	
(Ganhos)/perdas por alteração dos pressupostos financeiros	2.766.168	4.970.492	-	10.468.602	-	18.205.262	
(Ganhos)/perdas de experiência	(206.121)	(370.377)	(152.074)	772.260	-	43.688	
	2.560.047	4.600.115	(152.074)	11.240.862	-	18.248.950	
Total (Ganhos)/Perdas com actuariais	2.560.047	4.600.115	(152.074)	11.289.801	-	18.297.889	

	Dez 22						Total
	Fundo VIVA	Pensões VIVA	Atos médicos	Prémios Jubileu	Representação Inglaterra		
(Ganhos)/Perdas actuariais							
Retorno dos ativos, excluindo montantes incluídos nos resultados	-	-	-	110.225	-	110.225	
	-	-	-	110.225	-	110.225	
(Ganhos)/perdas por alteração dos pressupostos financeiros	(3.887.565)	(8.219.138)	(520.941)	(25.932.004)	-	(38.559.648)	
(Ganhos)/perdas de experiência	6.447.612	64.363.851	(31.389)	(2.204.665)	-	68.575.409	
	2.560.047	56.144.713	(552.330)	(28.136.669)	-	30.015.761	
Total (Ganhos)/Perdas com actuariais	2.560.047	56.144.713	(552.330)	(28.026.444)	-	30.125.986	

As perdas atuariais reconhecidas no primeiro semestre de 2023 referentes a alterações de pressupostos financeiros, no montante total de 18.205 milhares de Euros, decorrem essencialmente de acordos

celebrados com sindicatos de colaboradores, sobre as condições salariais dos pilotos durante o primeiro semestre de 2023.

Os ganhos atuariais reconhecidos em 2022 relativos a alterações de pressupostos financeiros, no montante total de 38.560 milhares de Euros, decorrem, essencialmente, da alteração da taxa de desconto de 0,75% para 3,50%.

As perdas de experiência reconhecidas em 2022, decorrem, essencialmente, da revisão de pressupostos do cálculo das pensões a suportar pela Segurança Social (taxa de crescimento salarial para cálculo da remuneração de referência da pensão da Segurança Social e taxa de correção monetária), tendo por base os desvios ocorridos em 2022 na transição de ativos para pensionistas.

Os ganhos/perdas com remensurações foram reconhecidos diretamente no rendimento integral do Grupo.

16 Provisões

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2023 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a rubrica “Provisões” apresentou o seguinte movimento:

	Processos judiciais em curso (Nota 26)	Outras (Notas 26 e 29)	Custos de redelivery (Nota 3)	Total Provisões	Provisão reestruturação (Nota 28)	Total
1 de janeiro de 2022	23.932.021	147.626.220	141.354.507	312.912.748	37.012.455	349.925.203
Aumentos	58.340.451	38.692.641	79.142.563	176.175.655	533.379	176.709.034
Reversões	-	(117.395.883)	(21.453.446)	(138.849.329)	(3.970.837)	(142.820.166)
Utilizações	(29.703.306)	(29.366.203)	(19.546.304)	(78.615.813)	(18.502.302)	(97.118.115)
Juros e câmbio	-	-	11.255.930	11.255.930	-	11.255.930
31 de dezembro de 2022	52.569.166	39.556.775	190.753.250	282.879.191	15.072.695	297.951.886
Aumentos	14.558.711	11.545.993	21.085.659	47.190.363	-	47.190.363
Reversões	-	(4.313.740)	(12.722.403)	(17.036.143)	(503.220)	(17.539.363)
Utilizações	(2.674.981)	(19.188.985)	(9.688.901)	(31.552.867)	(12.285.373)	(43.838.240)
Juros e câmbio	-	-	(1.044.375)	(1.044.375)	-	(1.044.375)
Transferências	164.027	-	-	164.027	(164.027)	-
30 de junho de 2023	64.616.923	27.600.043	188.383.230	280.600.196	2.120.075	282.720.271

→ Processos judiciais em curso

As provisões para processos judiciais em curso são constituídas de acordo com as avaliações de risco efetuadas pelo Grupo e pelos seus consultores legais, baseadas em taxas de sucesso históricas por natureza de processo e probabilidade de desfecho desfavorável para o Grupo. Em 30 de junho de 2023, a provisão existente, no montante de 64,6 milhões de Euros, destina-se a fazer face a diversos processos judiciais intentados contra o Grupo, em Portugal e no estrangeiro.

→ Outras

Em 31 de dezembro de 2022 encontrava-se constituída uma provisão no montante de 25,3 milhões de Euros relativa a indemnizações a passageiros, cujas reclamações se encontravam a ser processadas pelo Grupo. Em 30 de junho de 2023 o saldo desta provisão ascende a 11,5 milhões de Euros.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2021, foi constituída uma provisão no montante de 140,3 milhões de Euros referente à estimativa de encargos que a TAP S.A. previa suportar relacionados com a reorganização societária das subsidiárias do Grupo TAP SGPS, decorrente da aprovação do Plano de Reestruturação pela Comissão Europeia em 21 de dezembro de 2021 (Nota 29). Essa provisão referia-se à estimativa de encargos assumidos pela TAP S.A. no âmbito do financiamento do processo de liquidação da TAP ME Brasil (Nota 1.1.3). Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram efetuados pagamentos no montante de 26,7 milhões de Euros, deduzidos à provisão, tendo o valor remanescente sido desreconhecido nesse exercício, decorrente de alterações de estimativas ocorridas no exercício de 2022, no âmbito das operações de liquidação da TAP ME Brasil, e da revogação da assunção de responsabilidade por parte da TAP S.A. sobre a evolução das operações de liquidação da TAP ME Brasil, considerando a alteração substancial quanto à forma de reestruturação societária em curso do Grupo TAP, prevista à data, com impacto na posição financeira da TAP SGPS (Nota 29).

→ **Custos de *redelivery***

Os aumentos e reversões da provisão para *redelivery* são reconhecidos por contrapartida do direito de uso, sendo subsequentemente sujeitos a depreciação. A variação na provisão face a 31 de dezembro de 2022 refere-se (i) à atualização da estimativa de *redelivery* efetuada em 30 de junho de 2023, tendo em consideração a melhor informação disponível nessa data e (ii) às utilizações da provisão no montante de 9,7 milhões de Euros referentes a custos incorridos no processo de *phase-out* de aeronaves.

→ **Provisão para reestruturação**

No âmbito do Plano de Reestruturação em curso, foram definidas medidas de reestruturação organizacional e eficiência operacional, entre as quais uma redução do número de colaboradores, de forma a garantir a sustentabilidade financeira e económica do Grupo.

Em 30 de junho de 2023, e tendo em consideração os pagamentos já efetuados, o Grupo reviu a provisão relativa a gastos a suportar com a reestruturação, a ser concluída no segundo semestre de 2023, para o montante de 2,1 milhões de Euros, o qual se refere a pagamentos futuros já acordados.

17 Passivos remunerados e Passivos de locação com e sem opção de compra

Em 30 de junho de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 os passivos remunerados e os passivos de locação com e sem opção de compra detalham-se como segue:

	Jun 23		Dez 22	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Empréstimos bancários	44.960.141	156.572.069	47.069.960	179.131.596
Acréscimos de gastos com juros	1.887.061	-	1.949.117	-
Encargos iniciais	(441.591)	(650.681)	(792.265)	(608.280)
Dívida bancária remunerada	46.405.611	155.921.388	48.226.812	178.523.316
Empréstimos obrigacionistas	(895.265)	474.909.006	315.617.699	375.000.000
Acréscimos de gastos com juros	2.251.604	-	2.476.143	-
Encargos iniciais	(1.299.878)	(7.970.380)	(9.494.239)	(1.550.299)
Empréstimos obrigacionistas	56.461	466.938.626	308.599.603	373.449.701
Total de passivos remunerados	46.462.072	622.860.014	356.826.415	551.973.017
Locação com opção de compra	78.069.669	644.456.005	72.947.743	636.032.784
Acréscimos de gastos com juros	2.762.390	-	2.216.767	-
Encargos iniciais	(237.635)	(1.363.343)	(523.063)	(1.372.670)
Passivo locação com opção de compra	80.594.424	643.092.662	74.641.447	634.660.114
Passivo locação sem opção de compra	334.071.376	1.596.616.603	377.402.908	1.660.710.136
Total de passivos remunerados e passivos de locação	461.127.872	2.862.569.279	808.870.770	2.847.343.267

→ Dívida líquida remunerada

Em 30 de junho de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 a dívida líquida remunerada detalha-se como segue:

	Jun 23	Dez 22
Passivos remunerados excepto passivos de locação sem opção de compra		
Não corrente	1.265.952.676	1.186.633.131
Corrente	127.056.496	431.467.862
	1.393.009.172	1.618.100.993
Caixa e seus equivalentes (Nota 12)		
Numerário	70.487	65.610
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	422.211.897	82.248.411
Outras aplicações de tesouraria	477.453.547	833.763.030
	899.735.931	916.077.051
Dívida líquida remunerada	493.273.241	702.023.942

Em 30 de junho de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, a dívida remunerada e os passivos de locação com opção de compra, por maturidade e por tipo de taxa de juro, decompõe-se como segue:

	Jun 23	Dez 22
Taxa variável		
Até 1 ano	70.480.080	64.498.627
1 a 2 anos	68.372.463	63.177.352
2 a 3 anos	69.479.825	63.975.846
Mais de 3 anos	171.913.315	160.028.310
	380.245.683	351.680.135
Taxa fixa		
Até 1 ano	56.576.416	366.969.235
1 a 2 anos	459.284.792	430.320.549
2 a 3 anos	61.974.226	59.253.663
Mais de 3 anos	434.928.055	409.877.411
	1.012.763.489	1.266.420.858
	1.393.009.172	1.618.100.993

→ **Empréstimos bancários**

Esta rubrica inclui 119,1 milhões de Euros referente a um financiamento com um sindicato de bancos. De acordo com as condições estabelecidas no Contrato de Compra de Ações, complementado com o contrato de Reestruturação e Monitorização da dívida do Grupo TAP (celebrado entre diversas entidades bancárias, a TAP SGPS, a TAP S.A. e a Portugália como mutuárias, e a Parpública e a Atlantic Gateway, como acionistas), a 30 de junho de 2017, a dívida bancária foi reestruturada, sendo as principais alterações relacionadas com as maturidades e condições dos financiamentos, nomeadamente a taxa de juro e *spread* aplicável.

Adicionalmente, a rubrica de empréstimos bancários inclui dois financiamentos com uma instituição de crédito nacional, no montante de 78,2 milhões de Euros.

Esta rubrica inclui ainda um financiamento obtido junto de um banco americano no montante total de 4,8 milhões de Euros.

→ **Empréstimos obrigacionistas**

A TAP S.A. emitiu uma emissão obrigacionista por oferta particular, totalmente subscrita a 14 de janeiro de 2019, no valor de 137,2 milhões de Euros e com vencimento a 2034. O cumprimento do pagamento do valor subscrito e dos respetivos juros beneficia, de uma garantia do banco depositário constituída pelo emissor para um propósito específico (apresentado na Posição Financeira como uma dedução à dívida financeira bruta) e de garantias adicionais sobre os direitos contratuais que não afetam nenhum ativo reconhecido na posição financeira do Grupo. Em 31 de dezembro de 2022, este empréstimo encontrava-se totalmente classificado no passivo corrente dado que o *covenant* financeiro do rácio Dívida Líquida

Ajustada/EBITDAR em exercícios anteriores apresentou valores superiores ao limite contratual acordado, e à data de 31 de dezembro de 2022 o Grupo TAP não tinha obtido o respetivo *waiver*. Em virtude da obtenção do *waiver* em 2023, a dívida foi reclassificada em função dos prazos de pagamento acordados. Em 30 de junho de 2023 o valor nominal da dívida corrente era negativo, atendendo à devolução parcial de um colateral prospetivada para o segundo semestre de 2023.

A TAP S.A. fez uma oferta publica de obrigações de 4 anos com uma taxa de juros fixa de 4,375% anual, no valor de 200 milhões de Euros, denominada Obrigações “TAP 2019-2023”. A emissão, liquidação financeira e física da transação, bem como a admissão à negociação das obrigações, ocorreu a 24 de junho de 2019 na Euronext Lisboa. Este empréstimo foi totalmente amortizado em junho de 2023.

Em dezembro de 2019, a TAP S.A. também realizou uma oferta de obrigações a 5 anos, com a taxa de juro fixa de 5,625% anual, no montante de 375 milhões de Euros, denominada “TAP 2019-2024 Bonds”. A emissão, liquidação financeira e física da transação, bem como a admissão à negociação das obrigações, ocorreu em 2 de dezembro de 2019.

Em 30 de junho de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, todos os empréstimos obrigacionistas estão denominados em Euros.

→ Passivos de locação com opção de compra

Em 30 de junho de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, os passivos de locação com opção de compra (acrescidos de gastos com juros e deduzidos de encargos iniciais), respeitam essencialmente a aeronaves e reatores.

As locações com opção de compra estão denominadas nas seguintes moedas:

	Jun 23	Dez 22
Passivos de locação em EUR	231.500.088	183.777.055
Passivos de locação em USD	492.186.998	525.524.506
	723.687.086	709.301.561

Em 30 de junho de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, os passivos de locação com opção de compra, por maturidade, decompõem-se como segue:

	Jun 23	Dez 22
Até 1 ano	80.594.424	74.641.447
1 a 2 anos	80.760.181	75.346.370
2 a 3 anos	82.010.005	78.399.467
3 a 4 anos	77.971.003	84.557.879
4 a 5 anos	65.346.223	54.802.089
Superior a 5 anos	337.005.250	341.554.309
	723.687.086	709.301.561

→ **Passivos de locação sem opção de compra**

A rubrica de Passivos de locação sem opção de compra refere-se essencialmente a pagamentos não canceláveis de contratos de locação, que variam até 14 anos e podem ser estendidos por vontade expressa das partes contratantes, que são reconhecidos na demonstração consolidada da posição financeira a partir de 1 de janeiro de 2019 com a adoção do IFRS 16.

Em 30 de junho de 2023, existem 61 aeronaves, 7 motores em contratos de locação sem opção de compra e 19 aeronaves em ACMI (conforme Nota 3).

Em 30 de junho de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, os passivos de locação sem opção de compra, por maturidade, são detalhados da seguinte forma:

	Jun 23	Dez 22
Até 1 ano	334.071.376	377.402.908
1 a 2 anos	335.232.460	335.853.145
2 a 3 anos	281.981.772	266.398.937
3 a 4 anos	223.503.412	225.377.533
4 a 5 anos	191.844.305	190.728.886
Superior a 5 anos	564.054.654	642.351.635
	1.930.687.979	2.038.113.044

Os passivos com locações sem opção de compra estão determinados maioritariamente em USD.

→ **Financial covenants**

Os *financial covenants* constantes dos contratos de locação e financiamento são os usuais em operações desta natureza, incluindo disposições como obrigatoriedade de manutenção da atividade como operador aéreo, compromissos de fornecimento periódico de informação financeira disponível, bem como, no caso específico de leasings sem opção de compra, obrigações de caráter operacional relativas a registos nas entidades oficiais, informações relativas às aeronaves em leasing, estrito cumprimento de toda a regulamentação, procedimentos definidos pelas autoridades, entre outros.

Adicionalmente, foram assumidos compromissos de acompanhamento da performance financeira do Grupo TAP, através da análise e cumprimento de determinados rácios relacionados com as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo TAP, nomeadamente, com os capitais próprios, EBITDAR, *Net Debt*/EBITDAR e dívida financeira líquida não garantida e valor mínimo de caixa e seus equivalentes não restritos. Estes rácios pretendem acompanhar a situação financeira do Grupo TAP e aferir a sua capacidade para garantir o serviço da dívida.

Em virtude da reorganização do Grupo TAP no âmbito do Plano de Restruturação decorrente da pandemia COVID-19, o Grupo TAP incumpriu num determinado *covenant* financeiro relativamente à manutenção de capitais próprios de uma das empresas do Grupo TAP. Neste contexto, relativamente ao financiamento com um sindicato dos Bancos Portugueses no montante em dívida de 118,6 milhões de Euros (ao qual acrescem juros e outros encargos) em 30 de junho de 2023, existe um *covenant* financeiro de uma das empresas do Grupo TAP que não se encontra cumprido. No entanto, o seu incumprimento não gera a possibilidade de reembolso antecipado. Adicionalmente, à data de aprovação destas demonstrações financeiras está previsto obter o *waiver* relativamente a este incumprimento.

Relativamente aos restantes financiamentos não existe qualquer incumprimento de *covenants* com referência às demonstrações financeiras nesta data.

→ Reconciliação dos fluxos de caixa de financiamento

A evolução dos passivos remunerados e dos passivos de locação com opção de compra e a sua reconciliação com a demonstração consolidada dos fluxos de caixa é a seguinte:

	Dívida bancária remunerada	Locações com opção de compra	Locações sem opção de compra	Total
1 de janeiro de 2022	937.194.148	543.676.406	2.118.538.327	3.599.408.881
Pagamentos	(79.973.284)	(95.690.747)	(540.994.575)	(716.658.606)
Novos contratos de locação	-	197.911.472	173.878.741	371.790.213
Variação cambial	387.928	30.125.487	118.872.443	149.385.858
Custos com juros (Nota 31)	40.186.054	32.633.882	163.144.410	235.964.346
Outros	11.004.586	645.061	4.673.698	16.323.345
31 de dezembro de 2022	908.799.432	709.301.561	2.038.113.044	3.656.214.037
Pagamentos	(265.676.672)	(56.766.790)	(251.266.294)	(573.709.756)
Novos contratos de locação	-	60.098.343	98.084.929	158.183.272
Variação cambial	(101.000)	(9.649.527)	(33.935.410)	(43.685.937)
Custos com juros (Nota 31)	22.221.242	19.799.915	77.009.473	119.030.630
Outros	4.079.084	903.584	2.682.237	7.664.905
30 de junho de 2023	669.322.086	723.687.086	1.930.687.979	3.323.697.151

Os montantes considerados em Outros referem-se essencialmente ao impacto do reconhecimento da taxa de juro efetiva.

18 Outras contas a pagar

Em 30 de junho de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 o detalhe da rubrica de outras contas a pagar é como segue:

	Jun 23	Dez 22
Acréscimos de gastos	297.405.161	254.928.036
Fornecedores	187.849.565	175.832.888
<i>Swaps jet fuel</i> (Nota 21)	35.654.577	7.268.129
Adiantamentos de clientes	426.359	430.709
Outros	206.209.710	145.896.121
	727.545.372	584.355.883

→ Acréscimos de gastos

Em 30 de junho de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 a rubrica de acréscimos de gastos decompõe-se como segue:

	Jun 23	Dez 22
Remunerações a liquidar	126.272.927	104.552.030
Combustíveis de avião e licenças e emissão CO2	65.748.901	57.867.650
Encargos especiais da atividade de venda	11.450.965	13.270.706
Taxas de navegação	16.101.649	12.901.322
Seguros a liquidar	11.367.790	7.859.515
Comissões	5.068.102	6.573.531
Trabalhos especializados	15.959.482	5.769.493
Partes relacionadas (Nota 36)	8.924.895	4.655.586
Assistência por terceiros	1.393.594	1.914.147
Outros acréscimos de gastos	35.116.856	39.564.056
	297.405.161	254.928.036

O aumento na rubrica remunerações a liquidar face a 31 de dezembro de 2022 decorre, essencialmente, de acordos celebrados com sindicatos dos colaboradores e à especialização do subsídio de Natal em 30 de junho de 2023.

O aumento da rubrica combustíveis de aviação e licenças e emissão CO2 explica-se, essencialmente, pelo incremento da atividade no primeiro semestre de 2023.

→ Fornecedores

Em 30 de junho de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 a rubrica de fornecedores apresenta a seguinte composição:

	Jun 23	Dez 22
Fornecedores - faturas em receção e conferência	122.150.515	124.438.672
Fornecedores - conta corrente	60.703.552	39.604.411
Fornecedores - Entidades relacionadas (Nota 36)	4.995.498	11.789.805
	187.849.565	175.832.888

O aumento ocorrido nesta rubrica resulta, essencialmente, do aumento da contratação do fornecimento de serviços como consequência do aumento da atividade no primeiro semestre de 2023.

→ Outros

Em 30 de junho de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 a rubrica de outros decompõe-se como segue:

	Jun 23	Dez 22
Taxas e impostos a pagar	175.487.308	123.256.377
Fornecedores de imobilizado	3.612.839	2.045.037
Indemnizações de acidentes de trabalho	1.143.060	1.053.886
Pessoal	1.008.116	856.526
Partes relacionadas (Nota 36)	72.808	16.090
Outras contas a pagar	24.885.579	18.668.205
	206.209.710	145.896.121

A rubrica de Taxas e impostos a pagar refere-se, essencialmente, a valores a pagar a diversas entidades, relacionados com taxas cobradas aos clientes nos bilhetes emitidos. A variação face a 31 de dezembro de 2022 decorre, essencialmente, do aumento de taxas e impostos a pagar nos aeroportos e emissão de bilhetes na sequência do incremento da atividade no primeiro semestre de 2023 face ao segundo semestre de 2022.

19 Outros passivos correntes

Em 30 de junho de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 a rubrica de outros passivos correntes respeita a:

	Jun 23	Dez 22
Ganhos diferidos	23.808.157	37.488.272
Estado	20.355.673	30.339.596
	44.163.830	67.827.868

→ **Ganhos diferidos**

Em 30 de junho de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 a rubrica de ganhos diferidos decompõe-se como segue:

	Jun 23	Dez 22
Programa de fidelização de clientes	20.864.643	34.441.348
Partes relacionadas (Nota 36)	331.324	309.914
Outros ganhos diferidos	2.612.190	2.737.010
	23.808.157	37.488.272

No âmbito da aplicação da IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes, na atribuição de milhas aos clientes aderentes ao programa de fidelização denominado “TAP Miles&Go”, é reconhecida uma obrigação contratual com base no valor unitário da milha. A diminuição desta rubrica resulta, essencialmente, da maior utilização de milhas por parte de clientes face a 2022.

→ **Estado**

Em 30 de junho de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 os saldos desta rubrica detalham-se como segue:

	Jun 23	Dez 22
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares - IRS	10.849.576	10.655.797
Contribuição para a Segurança Social	9.032.272	19.185.755
Outros	473.825	498.044
	20.355.673	30.339.596

A variação do saldo a pagar à Segurança Social, deve-se essencialmente ao pagamento do subsídio de Natal em dezembro de 2022 e à regularização em 2023 de saldos relacionados com o regime de lay-off.

20 Documentos pendentes de voo

Em 30 de junho de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 a rubrica documentos pendentes de voo respeita ao montante da responsabilidade do Grupo, referente a bilhetes emitidos e não utilizados, e detalha-se como segue:

	Jun 23	Dez 22
Passageiros	1.067.676.899	675.156.645
Voucher	52.657.234	61.144.315
Carga	1.868.962	1.478.773
	1.122.203.095	737.779.733

O incremento do saldo da rubrica face a 31 de dezembro de 2022 decorre, essencialmente, do aumento da atividade operacional e da sazonalidade.

21 Instrumentos financeiros derivados

Em 30 de junho de 2023 e 2022 a Empresa tinha negociado instrumentos financeiros derivados.

A política de cobertura de risco da Empresa engloba uma ferramenta estatística de risco e análises fundamentalistas de mercado para suportar a delimitação do nível de cobertura do consumo previsto. Os fatores avaliados pela ferramenta estatística compreendem nomeadamente a volatilidade do mercado, a curva de *bookings*, o comportamento de preços futuros e o risco de *over-hedge*. A política de cobertura tem como objetivo cobrir níveis do consumo de *jet fuel* estimado para os 12 meses seguintes, podendo cobrir a sua posição para prazos até 24 meses. A guerra na Ucrânia, a envolvente económica, com a previsão por parte de alguns analistas de uma eventual recessão, quer na Europa quer nos Estados Unidos da América, o ajustamento de políticas económico-financeiras por parte dos países, a escassez de reservas e a falta de investimentos nos últimos anos, justificam a incerteza nas previsões de evolução dos mercados e a sua volatilidade e a necessidade de acompanhamento e ajustamento de estratégias de *hedging*.

Para os contratos em que é possível assegurar o cumprimento dos requisitos da contabilidade de cobertura, encontra-se registado em 30 de junho de 2023, na rubrica de reservas no Capital próprio, um montante negativo de 28,2 milhões de Euros (líquido de imposto diferido no montante de 7,5 milhões de Euros – Nota 7) referente ao justo valor dos derivados ainda em aberto a essa data (5,7 milhões de Euros negativo em 31 de dezembro de 2022).

Em 30 de junho de 2023, a Empresa tinha contratado derivados sobre 49% do consumo estimado de *jet fuel* do segundo semestre de 2023 cujo valor de mercado a essa data era negativo em 35,7 milhões de Euros (Nota 18) e com maturidades entre julho e dezembro de 2023.

22 Relato por Segmentos

Foram identificados os seguintes segmentos operacionais: transporte aéreo e manutenção. Os resultados de cada segmento correspondem àqueles que lhes são diretamente atribuíveis, bem como os que, numa base razoável, lhes podem ser atribuídos. As atividades agregadas em Outros não qualificam para relatar separadamente.

A informação financeira, por segmentos de negócio, em 30 de junho de 2023 e 2022, analisa-se como segue:

	Jun 23				Jun 22			
	Transp. Aéreo	Manutenção e engenharia	Outros	Total	Transp. Aéreo	Manutenção e engenharia	Outros	Total
Rendimentos e ganhos operacionais	1.814.588.722	87.392.161	4.277.161	1.906.258.044	1.288.211.944	28.757.130	4.222.930	1.321.192.004
Resultados operacionais	123.397.471	10.981.376	(26.415.405)	107.963.442	9.964.416	8.223.178	(13.794.456)	4.393.138
Resultados financeiros líquidos externos	(70.093.304)	54.595	-	(70.038.709)	(189.726.967)	2.085.201	-	(187.641.766)
Imposto sobre o rendimento	(14.936.871)	32.266	(75.464)	(14.980.069)	(18.908.169)	(65.775)	147.821	(18.826.123)
Resultado líquido do exercício	38.367.296	11.068.237	(26.490.869)	22.944.664	(198.670.720)	10.242.604	(13.646.635)	(202.074.751)

O Grupo não apresenta ativos e passivos segmentais tendo em consideração que esta informação não é apresentada ao principal responsável pela tomada de decisões operacionais.

A rubrica Rendimentos e ganhos operacionais, excluindo ganhos e perdas em associadas, nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2023 e 2022 é como segue:

	Jun 23				
	Passagens	Manutenção	Carga e Correio	Outros	Total
Rédito					
Vendas	-	604.411	-	366.058	970.469
Serviços prestados	1.715.745.576	84.896.349	92.311.153	4.271.872	1.897.224.950
Outros rendimentos	-	-	-	8.062.625	8.062.625
	1.715.745.576	85.500.760	92.311.153	12.700.555	1.906.258.044
	Jun 22				
	Passagens	Manutenção	Carga e Correio	Outros	Total
Rédito					
Vendas	-	687.242	-	314.721	1.001.963
Serviços prestados	1.152.692.733	26.497.390	131.984.379	4.044.202	1.315.218.704
Outros rendimentos	-	-	-	5.143.647	5.143.647
	1.152.692.733	27.184.632	131.984.379	9.502.570	1.321.364.314

As vendas e serviços prestados por área geográfica nos períodos findos em 30 de junho de 2023 e 2022 são como segue:

	Jun 23					Jun 22				
	Passagens	Manutenção	Carga e Correio	Outros	Total	Passagens	Manutenção	Carga e Correio	Outros	Total
Continente e ilhas	106.205.352	7.290.624	3.821.082	3.060.914	120.377.972	78.761.115	12.014.229	3.347.782	2.972.062	97.095.188
Europa	556.709.697	74.065.761	6.133.302	1.039.150	637.947.910	401.912.631	14.290.025	6.294.759	917.454	423.414.869
Atlântico Sul	509.605.109	167.577	49.765.659	223.057	559.761.402	310.731.861	258.622	71.853.590	181.546	383.025.619
Atlântico Norte	332.072.125	2.554	17.073.604	164.665	349.312.948	208.960.571	451.535	34.329.032	149.480	243.890.618
Atlântico Médio	13.794.288	143.344	1.974.453	6.722	15.918.807	11.462.381	-	4.476.647	11.335	15.970.363
África	183.206.601	3.750.747	13.000.605	132.703	200.090.656	133.742.808	145.998	10.942.528	120.042	144.951.376
Outros	14.152.404	80.153	542.448	10.719	14.785.724	7.101.366	24.223	740.041	7.004	7.872.634
	1.715.745.576	85.500.760	92.311.153	4.637.930	1.898.195.419	1.152.692.733	27.184.632	131.984.379	4.358.923	1.316.220.667

23 Outros rendimentos

Em 30 de junho de 2023 e 2022 a rubrica de outros rendimentos é detalhada como segue:

	Jun 23	Jun 22
Serviços prestados	4.271.871	4.044.202
Rendas e sublocações	1.335.659	1.338.067
Material de armazém recuperado	1.781.308	930.480
Subsídios à exploração	40.386	492.759
Publicidade	51.795	112.037
Justo valor (Nota 4)	-	84.607
Ganhos em ativos fixos tangíveis (Notas 3 e 4)	93.787	42.984
Outros rendimentos suplementares	5.125.749	2.457.434
	12.700.555	9.502.570

24 Gastos por natureza

Durante o primeiro semestre de 2023 e 2022, os gastos operacionais por natureza são como segue:

	Jun 23	Jun 22
Custos operacionais de tráfego	419.563.287	301.966.257
Combustível para aeronaves	542.802.338	409.135.217
Custos comerciais, marketing e comunicação	97.728.007	75.520.162
Custo dos materiais consumidos	68.678.639	17.170.479
Gastos com manutenção de aeronaves	27.771.432	13.630.247
	1.156.543.703	817.422.362

→ Custos operacionais de tráfego

Nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2023 e 2022 a rubrica Custos operacionais de tráfego tem o seguinte detalhe:

	Jun 23	Jun 22
Serviços de handling	104.271.774	83.378.844
Taxas de navegação aérea	79.530.738	62.800.665
Taxas de aterragem	51.359.311	42.948.283
Despesas a bordo	49.011.177	33.470.780
Irregularidades operacionais	36.978.162	16.428.678
Encargos com bagagem, carga e correio	9.332.172	13.522.211
Facilidades aeroportos	20.009.377	13.098.908
Taxas de controlo de tráfego aéreo	16.179.115	11.994.492
Alojamento e alimentação nas escalas	15.721.069	11.649.265
Fretamentos aviões	30.773.861	5.879.851
Despesas em terra com passageiros classe executiva	6.327.812	3.776.759
Outros custos operacionais de tráfego	68.719	3.017.521
	419.563.287	301.966.257

O aumento ocorrido na rubrica resulta, essencialmente, do aumento da atividade do Grupo no primeiro semestre de 2023 face ao primeiro semestre de 2022.

→ Combustível para aeronaves

Em 30 de junho de 2023 e 2022 a rubrica Combustível para aeronaves tem o seguinte detalhe:

	Jun 23	Jun 22
Combustíveis de avião		
Consumos	483.734.165	464.149.554
<i>Fees call hedge</i>	-	733.411
Derivado de <i>jet fuel</i>	28.333.220	(73.260.881)
Licenças emissão CO2	30.734.953	17.513.133
	542.802.338	409.135.217

O aumento nos gastos de combustível de aeronaves e nos gastos com licenças de emissão de CO2 deve-se, essencialmente, ao incremento dos consumos, decorrente da retoma da atividade. Adicionalmente, salienta-se que o preço do jet fuel reduziu face ao primeiro semestre de 2022 (Nota 1.1.4).

→ **Custos comerciais, *marketing* e comunicação**

A rubrica Custos comerciais, *marketing* e comunicação, nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2023 e 2022, apresenta a seguinte composição:

	Jun 23	Jun 22
Comissões	33.563.494	28.635.908
<i>Booking fees</i>	32.562.705	21.647.456
Encargos especiais de venda - transporte aéreo	15.811.598	10.756.117
Publicidade	11.431.309	10.213.709
Trabalhos especializados	4.231.885	4.180.725
Outros gastos comerciais, <i>marketing</i> e comunicação	127.016	86.247
	97.728.007	75.520.162

O aumento ocorrido nos custos comerciais, *marketing* e comunicação, resulta essencialmente do aumento da atividade do Grupo no primeiro semestre de 2023 face ao primeiro semestre de 2022.

→ **Custos dos materiais consumidos**

Em 30 de junho de 2023 e 2022 a rubrica Custos dos materiais consumidos tem o seguinte detalhe:

	Jun 23	Jun 22
Inventários consumidos e vendidos	61.641.434	13.403.976
Subcontratação de manutenção de equipamento de voo de terceiros	7.037.205	3.766.503
	68.678.639	17.170.479

O aumento verificado na rubrica resulta essencialmente do aumento da atividade de manutenção do Grupo no primeiro semestre de 2023 face ao primeiro semestre de 2022.

→ **Gastos com manutenção de aeronaves**

Nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2023 e 2022 a rubrica Gastos com manutenção de aeronaves tem o seguinte detalhe:

	Jun 23	Jun 22
Subcontratação de manutenção de equipamento de voo TAP	18.681.548	7.599.321
Inventários consumidos	9.089.884	6.030.926
	27.771.432	13.630.247

A rubrica de gastos com a manutenção de aeronaves respeita aos gastos de manutenção recorrente, incluindo de linha, da frota TAP S.A. A variação verificada é consequência do incremento da atividade do transporte aéreo e, por consequência, da manutenção de aeronaves.

25 Custos com o pessoal

A rubrica Custos com o pessoal, nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2023 e 2022, apresenta o seguinte detalhe:

	Jun 23	Jun 22
Remunerações fixas	153.355.413	104.036.593
Remunerações variáveis	61.798.276	31.892.381
Encargos sobre remunerações	44.028.100	32.843.828
Outros seguros de pessoal	8.831.887	5.456.741
Benefícios pós-emprego (Nota 15)	3.627.141	4.236.368
Custos de ação social	4.566.525	3.709.656
Comparticipação de refeições	2.710.122	2.167.923
Seguro de acidentes de trabalho	249.479	2.012.942
Uniformes e trajas de trabalho	865.316	687.898
Instrução e recrutamento de pessoal	637.174	246.198
Outros gastos com o pessoal	432.528	442.571
	281.101.961	187.733.099

O aumento verificado no primeiro semestre de 2023 face ao primeiro semestre de 2022 na rubrica Gastos com o pessoal decorre, essencialmente, do aumento da atividade face ao período homólogo e da revisão dos cortes salariais acordados no âmbito do Plano de Reestruturação.

26 Imparidades de contas a receber, inventários e provisões

Nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2023 e 2022 a rubrica Imparidades de contas a receber, inventários e provisões detalham-se conforme segue:

	Jun 23	Jun 22
Imparidade de inventários (Nota 9)	2.020.754	(1.839.731)
Imparidade de contas a receber (Nota 8)	2.923.859	2.529.025
Provisões (Nota 16)	21.790.964	18.631.605
	26.735.577	19.320.899

27 Outros gastos

A rubrica de outros gastos, nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2023 e 2022, apresenta o seguinte detalhe:

	Jun 23	Jun 22
Trabalhos especializados e subcontratos	46.264.817	40.692.959
Rendas e alugueres	9.775.705	7.505.418
Conservação e reparação de outros ativos	4.197.423	3.100.676
Comunicação	3.912.612	3.710.360
Seguros	3.838.902	3.012.021
Transporte de mercadorias	2.609.612	1.457.496
Vigilância e segurança	1.166.232	1.295.131
Limpeza, higiene e conforto	810.698	1.087.568
Livros e documentação técnica	842.039	771.332
Eletricidade	794.337	757.806
Impostos	1.109.657	709.960
Deslocações e estadas	638.602	601.737
Perdas em existências	313.457	385.219
Justo valor (Nota 4)	-	28.000
Outros gastos operacionais	3.912.033	1.084.518
	80.186.126	66.200.201

O aumento generalizado da rubrica decorre, essencialmente, do incremento da atividade operacional da TAP S.A.

A rubrica Rendas e alugueres inclui contratos de locação de curta duração relativos a motores, imóveis e *software* nos montantes de 3,4 milhões de Euros, 2,0 milhões de Euros e 3,1 milhões de Euros, respetivamente.

28 Reestruturação

A rubrica Reestruturação, nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2023 e 2022, apresenta o seguinte detalhe:

	Jun 23	Jun 22
Provisão reestruturação (Nota 16)	503.220	3.698.659
Indemnizações ao pessoal	(143.315)	(335)
	359.905	3.698.324

29 Outros itens não recorrentes

Nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2023 e 2022, a rubrica Outros itens não recorrentes, apresenta o seguinte detalhe:

	Jun 23	Jun 22
Reestruturação societária Grupo TAP (Nota 8)	16.851.245	699.788
Outras perdas não recorrentes	31.585	-
	16.882.830	699.788

Atendendo às projeções incluídas no Plano de Reestruturação Aprovado e consequente reorganização societária em curso do Grupo TAP decorrente dessa aprovação, em 2021 o Conselho de Administração procedeu ao registo de perdas por imparidade em contas a receber da TAP SGPS no montante de 884,7 milhões de Euros e ao registo de uma provisão no montante de 140,3 milhões de Euros referente à estimativa de encargos adicionais a suportar pela TAP S.A. relacionados com a referida reorganização societária, incluindo os decorrentes do processo de liquidação da TAP ME Brasil (Nota 1.1.3).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, decorrente das alterações quanto à perspetiva da forma de reestruturação societária do Grupo TAP (Notas 8 e 16), esta rubrica incluiu o ganho com a redução da provisão para encargos decorrentes do processo de liquidação da TAP ME Brasil no montante de 113,6 milhões de Euros (Nota 16) e o reforço das perdas por imparidade em contas a receber da TAP SGPS no montante de 84,9 milhões de Euros (Nota 8).

Durante o primeiro semestre de 2023, o Conselho de Administração reforçou o registo de perdas por imparidade em contas a receber da TAP SGPS no montante de 16,9 milhões de Euros (Nota 8).

Dado o seu enquadramento e natureza, as referidas situações foram consideradas pelo Conselho de Administração como não recorrentes no contexto das presentes demonstrações financeiras.

30 Depreciações, amortizações e perdas por imparidade

Nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2023 e 2022, a rubrica Depreciações, amortizações e perdas por imparidade decompõe-se como segue:

	Jun 23	Jun 22
Depreciações de ativos fixos tangíveis (Nota 3)		
Edifícios e outras construções	2.818.024	2.888.335
Equipamento básico	34.875.901	28.995.770
Equipamento de transporte	7.881	8.521
Ferramentas e utensílios	451.524	400.554
Equipamento administrativo	325.055	376.119
Outros ativos fixos tangíveis	126.658	117.040
	38.605.043	32.786.339
Direito de uso de ativos (Nota 3)		
Equipamento básico	192.464.233	190.580.198
Equipamento de transporte	411	26.025
	192.464.644	190.606.223
Amortizações de ativos intangíveis (Nota 5)		
Programas de computador	5.417.304	5.370.547
	5.417.304	5.370.547
Perdas por imparidade em ativos tangíveis (Nota 3)		
Equipamento básico	769.637	173.309
Ferramentas e utensílios	(52.318)	184.423
	717.319	357.732
Total	237.204.310	229.120.841

31 Resultados financeiros

A rubrica Resultados financeiros nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2023 e 2022 tem o seguinte detalhe:

	Jun 23	Jun 22
Juros suportados relacionados com empréstimos	(22.221.242)	(19.670.892)
Juros relacionados com contratos de locação com opção de compra	(19.799.915)	(14.827.653)
Juros relacionados com contratos de locação sem opção de compra	(83.770.486)	(93.291.218)
Outros custos e perdas financeiros	(3.844.644)	(4.778.250)
Juros e gastos similares suportados	(129.636.287)	(132.568.013)
Juros obtidos	32.006.085	17.862.158
Juros e rendimentos similares obtidos	32.006.085	17.862.158
Diferenças de câmbio líquidas	27.591.493	(72.935.911)
Diferenças de câmbio líquidas	27.591.493	(72.935.911)
Total	(70.038.709)	(187.641.766)

A variação do EUR face ao USD durante o primeiro semestre de 2023, gerou ganhos resultantes da atualização cambial dos passivos de locação com e sem opção de compra no montante de 43,7 milhões

de Euros (perdas no montante de 211,6 milhões de Euros no primeiro semestre de 2022). Contudo, os ganhos e perdas cambiais líquidos decorrentes da atualização cambial, verificados durante os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2023 e 2022, dos passivos de locação em USD para as quais foi definida uma relação de cobertura a partir de 1 de janeiro de 2022 com as vendas previstas altamente prováveis cuja tarifa é determinada em USD, foram registados na rubrica de outras reservas no outro rendimento integral nos montantes de 37,7 milhões de Euros (ganho) e 125,3 milhões de Euros (perda), respetivamente (Notas 2.3 e 14). Desta forma, os montantes registados na demonstração consolidada dos resultados, corresponde às parcelas não cobertas pelo *hedging* cambial.

O incremento na rubrica de juros e rendimentos similares obtidos, refere-se essencialmente a juros de depósitos a prazo.

32 Imposto sobre o rendimento

A rubrica Imposto sobre o rendimento em 30 de junho 2023 e 2022 apresenta o seguinte detalhe:

	Jun 23	Jun 22
Imposto diferido (Nota 7)	14.905.969	18.750.198
Imposto corrente (Nota 10)	61.040	75.925
Insuficiência/(excesso) de estimativa de imposto	13.060	-
	14.980.069	18.826.123

O apuramento de imposto é efetuado na esfera das contas individuais da TAP S.A. preparadas de acordo com as disposições do Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

A reconciliação da taxa de Imposto sobre o rendimento nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2023 e 2022 detalha-se como segue:

	Jun 23	Jun 22
Resultado antes de impostos	37.924.733	(183.248.628)
Taxa nominal de imposto	21,0%	21,0%
Imposto esperado	7.964.194	(38.482.212)
Diferenças permanentes	248.109	(2.058.599)
Diferenças temporárias sem imposto diferido associado	-	605.807
Diferença de taxas	(3.603.267)	7.201.813
Prejuízos fiscais sem imposto diferido associado	8.567.784	51.483.389
Tributação autónoma	61.040	75.925
Insuficiência/(excesso) de estimativa de imposto	13.060	-
Constituição de impostos diferidos referentes a anos anteriores	1.729.149	-
	14.980.069	18.826.123
Taxa efetiva de imposto	39%	(10%)

33 Resultados por ação

Não existem instrumentos financeiros convertíveis sobre as ações da TAP S.A., pelo que não existe diluição de resultados. O detalhe dos resultados por ação para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2023 e 2022 é conforme segue:

	Jun 23	Jun 22
Resultado atribuível ao acionista da TAP S.A.	22.944.664	(202.074.751)
Número médio ponderado de ações	196.000.000	180.865.573
Resultado básico e diluído por ação	0,1	(1,1)

34 Compromissos

→ Compromissos de compra

O contrato de aquisição de aeronaves com a Airbus S.A.S. (“Airbus”) para a aquisição de 53 aeronaves (39 A320 NEO *Family* e 14 A330 NEO), inicialmente previstas receber entre 2018 e 2025, foi objeto de renegociação com vista ao diferimento da entrega de algumas das aeronaves dado os impactos da pandemia COVID-19 no sector da aviação comercial. As 2 aeronaves A330NEO não entregues à data, foram objeto de replaneamento de 2022 para 2024, tendo sido recentemente alvo de renegociação novamente no intuito de diferir a entrega para o último trimestre de 2025 (A339 #11) e segundo trimestre de 2026 (A339 #12). No que se refere às aeronaves A320NEO *Family*, 13 aeronaves inicialmente previstas para entrega no período de 2021-2022 foram objeto de replaneamento para 2025-2027 durante o ano de 2020, na sequência de ações de mitigação do impacto da Pandemia. Já em 2022, outras 8 aeronaves A320NEO *Family* foram alvo de reajuste nas datas previstas de entrega. Destas 8 aeronaves, 2 (A320NEO #32 e #34) foram adiadas de 2024 para 2028, prolongando o compromisso da TAP S.A. para com a Airbus até 2028. Esta atualização de alteração das datas de entrega das 8 aeronaves foi formalizada através de um acordo entre a TAP S.A. e a AIB na forma do *Amendment* #11 ao contrato de aquisição do A320 NEO *Family*. Neste mesmo documento, ficou também acordada a conversão da aeronave ranking #30 para um A320N (inicialmente a aeronave estava prevista ser um A321LR). Em 2023, ao abrigo do *Amendment* #12 ao contrato de aquisição do A320 NEO *Family*, as datas de entrega de um total de 22 aeronaves foram objeto de replaneamento, estando previstas as datas de entrega de todas as aeronaves entre 2023 e 2028. Este contrato de aquisição decorre da novação à TAP S.A. do contrato de aquisição previamente negociado e assinado entre a Airbus e a DGN Corporation.

Decorrente dos compromissos assumidos no contrato com a Airbus, referente à entrada futura de aeronaves, em 2021 foi pago um total de 53,3 milhões de USD em *pre-delivery payments*. Já em 2022 foi pago um montante total de 58,2 milhões de USD de *pre-delivery payments* e durante o primeiro semestre de 2023 foi pago um total de 15,2 milhões de USD. Todos os montantes pagos em 2022 e 2023 já se encontram em linha com as alterações das datas de entrega das 8 aeronaves supramencionadas e

devidamente documentadas no *Amendment #11* ao contrato de aquisição do A320 NEO *Family*. Durante o segundo semestre de 2023 não se encontram previstos pagamentos de *pre-delivery payments*, referentes às aeronaves A320 NEO *Family*, na sequência do *Amendment#12*.

Adicionalmente, encontra-se em vigor um contrato com a Rolls-Royce que engloba o suporte de manutenção à totalidade dos reatores TRENT 7000 que equipam as aeronaves A330 NEO, tendo este sido alvo de reestruturação na primeira metade do ano de 2023. Desta reestruturação resultou o compromisso de aquisição de um motor T7000 durante o ano de 2025.

Está igualmente em vigor um contrato com a CFM International Inc., S.A. relativo à aquisição de 83 reatores LEAP-A1, incluindo 5 reatores de reserva, que equiparão e servirão a nova frota de aeronaves A320NEO *Family*. De referir que, estes reatores, serão adquiridos diretamente pela Airbus, com exceção dos reatores de reserva. Relativamente aos reatores de reserva, todos os 5 reatores previstos já forma entregues, tendo o último sido adquirido em outubro de 2022.

35 Contingências

Em 30 de junho de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 o Grupo não apresenta ativos contingentes passíveis de divulgação e os passivos contingentes detalham-se conforme segue:

	Jun 23	Dez 22
Contingências fiscais	611.055	42.876
Contingências civis	22.766.105	18.541.675
Contingências regulatórias	14.432.401	401.021
Total	37.809.561	18.985.572

As contingências incluem, essencialmente, processos instaurados pelos clientes relativamente às irregularidades da atividade. O Grupo, suportado pela opinião dos Advogados, considerou que um resultado não favorável destes processos não é provável.

Garantias prestadas

Em 30 de junho de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 as garantias prestadas pelo Grupo decompõem-se como segue:

	Jun 23	Dez 22
Garantias bancárias prestadas pela Sede		
Aeronaves	39.832.783	40.574.124
Combustíveis	1.504.694	1.532.908
Aeroportos	1.282.204	1.305.928
Tribunal do Trabalho	450.962	450.962
Outras	3.209.800	4.200.574
Garantias bancárias prestadas pelas Representações	2.861.970	2.358.311
	49.142.413	50.422.807

36 Partes relacionadas

Em 30 de junho de 2023, as partes relacionadas identificadas são as seguintes:

Aeropor	TAP ME Brasil
Cateringpor	TAP SGPS
Estado Português	TAPGER
Portugália	UCS
SPdH - Serviços Portugueses de Handling, S.A.	

Os saldos e transações, com entidades relacionadas em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, são como segue:

→ Saldos

	Jun 23 - Ativos										Total
	Cientes (Nota 8)	Adiantamentos a fornecedores (Nota 8)	Acréscimos de rendimentos (Nota 8)	Diferimento de gastos a reconhecer (Nota 11)	Direito de uso de ativos	Capital subscrito e não realizado não correntes (Nota 8)	Outros devedores não correntes (Nota 8)	Capital subscrito e não realizado correntes (Nota 8)	Outros devedores correntes (Nota 8)	Imparidade de contas a receber (Nota 8)	
Estado Português	-	-	-	-	-	328.908.426	-	338.236.974	-	-	667.145.400
TAP SGPS	555	-	885	-	-	-	-	-	1.010.275.375	(1.009.296.824)	979.991
TAPGER	788	-	-	-	-	-	-	-	-	-	788
PGA	467.907	-	979.762	-	246.772.235	-	19.552.819	-	22.040.454	-	289.813.177
SPdH	1.856.894	-	-	-	-	-	-	-	16.997.785	(10.773.100)	8.081.579
TAP ME Brasil	16.290.463	609.644	-	112.967	-	-	-	-	13.910.201	(30.791.364)	131.911
Cateringpor	49.930	-	259.054	-	-	-	-	-	190.044	-	499.028
UCS	-	1.000	-	-	-	-	-	-	175.914	-	176.914
	18.666.537	610.644	1.239.701	112.967	246.772.235	328.908.426	19.552.819	338.236.974	1.063.589.773	(1.050.861.288)	966.828.788

Dez 22 - Ativos

	Cientes (Nota 8)	Adiantamentos a fornecedores (Nota 8)	Acréscimos de rendimentos (Nota 8)	Diferimento de gastos a reconhecer (Nota 11)	Direito de uso de ativos	Capital subscrito e não realizado não correntes (Nota 8)	Outros devedores não correntes (Nota 8)	Capital subscrito e não realizado correntes (Nota 8)	Outros devedores correntes (Nota 8)	Imparidade de contas a receber (Nota 8)	Total
Estado Português	-	-	-	-	-	324.341.080	-	333.540.088	-	-	657.881.168
TAP SGPS	32.584	-	885	-	-	-	-	993.416.334	(993.045.579)	-	404.224
TAPGER	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PGA	451.304	-	1.045.406	-	240.025.053	-	17.223.370	25.035.617	-	-	283.780.750
SPdH	2.187.281	-	-	-	-	-	-	16.121.505	(10.773.100)	-	7.535.686
TAP ME Brasil	16.590.768	574.390	-	272.178	-	-	-	13.256.265	(30.398.318)	-	295.283
Cateringpor	37.823	-	-	-	-	-	-	146.737	-	-	184.560
UCS	-	1.000	-	-	-	-	-	47.145	-	-	48.145
	19.299.760	575.390	1.046.291	272.178	240.025.053	324.341.080	17.223.370	333.540.088	1.048.023.603	(1.034.216.997)	950.129.816

Jun 23 - Passivos

	Fornecedores (Nota 18)	Acréscimos de gastos (Nota 18)	Ganhos diferidos (Nota 19)	Passivos de locação sem opção de compra não correntes (Nota 17)	Passivos de locação sem opção de compra correntes (Nota 17)	Outras contas a pagar correntes (Nota 18)	Total
TAP SGPS	-	-	-	-	-	(3.360)	(3.360)
PGA	(1.853.560)	-	(20.144)	(142.442.828)	(46.544.694)	-	(190.861.226)
SPdH	(475.570)	(6.387.114)	(81.470)	-	-	(863)	(6.945.017)
TAP ME Brasil	-	(18.944)	-	-	-	-	(18.944)
Cateringpor	(2.666.368)	(2.377.988)	(229.710)	-	-	-	(5.274.066)
UCS	-	(140.849)	-	-	-	(68.585)	(209.434)
	(4.995.498)	(8.924.895)	(331.324)	(142.442.828)	(46.544.694)	(72.808)	(203.312.047)

Dez 22 - Passivos

	Fornecedores (Nota 18)	Acréscimos de gastos (Nota 18)	Ganhos diferidos (Nota 19)	Passivos de locação sem opção de compra não correntes (Nota 17)	Passivos de locação sem opção de compra correntes (Nota 17)	Outras contas a pagar correntes (Nota 18)	Total
TAP SGPS	(1.625.940)	-	-	-	-	-	(1.625.940)
PGA	(3.607.180)	-	(20.144)	(127.797.388)	(80.013.076)	344	(211.437.444)
SPdH	(4.359.001)	(2.020.004)	(82.203)	-	-	3.798	(6.457.410)
TAP ME Brasil	(1.821)	(21.282)	-	-	-	-	(23.103)
Cateringpor	(2.195.863)	(2.541.736)	(207.567)	-	-	-	(4.945.166)
UCS	-	(72.564)	-	-	-	(20.232)	(92.796)
	(11.789.805)	(4.655.586)	(309.914)	(127.797.388)	(80.013.076)	(16.090)	(224.581.859)

→ Transações

Jun 23

	Rendimentos operacionais	Gastos operacionais	Depreciações de direito de uso	Juros obtidos	Juros suportados e diferenças de câmbio	Total
TAP SGPS	-	-	(480)	18.680.876	-	18.680.396
PGA	2.167.483	(3.367.605)	(67.454.511)	-	(8.417.578)	(77.072.211)
SPdH	3.035.651	(51.511.549)	-	-	-	(48.475.898)
TAP ME Brasil	-	-	-	-	-	-
Cateringpor	908.849	(25.561.696)	-	-	-	(24.652.847)
UCS	309.260	(2.324.387)	-	-	-	(2.015.127)
	6.421.243	(82.765.237)	(67.454.991)	18.680.876	(8.417.578)	(133.535.687)

Jun 22						
	Rendimentos operacionais	Gastos operacionais	Depreciações de direito de uso	Juros obtidos	Juros suportados e diferenças de câmbio	Total
TAP SGPS	4.159	(300.000)	-	17.557.789	-	17.261.948
PGA	1.101.170	(3.315.304)	(45.819.125)	-	(10.303.471)	(58.336.730)
SPdH	2.905.943	(40.621.133)	-	-	-	(37.715.190)
TAP ME Brasil	-	(1.253.923)	-	-	-	(1.253.923)
Cateringpor	796.234	(17.541.589)	-	-	-	(16.745.355)
UCS	359.057	(1.757.865)	-	-	-	(1.398.808)
	5.166.563	(64.789.814)	(45.819.125)	17.557.789	(10.303.471)	(98.188.058)

Os gastos operacionais com a SPdH referem-se a serviços de *ground handling* prestados pela SPdH para suporte a aviões, passageiros, bagagem, carga e correio.

Estas transações são realizadas em termos e condições semelhantes aos praticados nos acordos comerciais habitualmente celebrados com outras companhias aéreas.

37 Eventos subsequentes

Alterações no Conselho de Administração e Comissão Executiva

Em 20 de julho de 2023, a TAP S.A. tomou conhecimento da deliberação unânime por escrito tomada no dia 19 de julho de 2023 pela sua acionista única, a República Portuguesa, representada pela Direção Geral de Tesouro e Finanças, nos termos da qual foi deliberada a eleição do Senhor Eng.^o José Mario Cruz Henriquez como membro do Conselho de Administração da TAP S.A., para o período remanescente do mandato em curso (quadriénio 2021/2024), com efeitos a contar do dia 18 de julho de 2023. Em 27 de julho de 2023, o Conselho de Administração da TAP S.A. deliberou eleger o Senhor Eng.^o José Mario Cruz Henriquez como membro da Comissão Executiva da TAP S.A., para o período remanescente do mandato em curso (quadriénio 2021/2024), com efeitos a contar da referida data.

CONTABILISTA CERTIFICADO

Carlos Manuel Baptista Branco

CONSELHO ADMINISTRAÇÃO

Luís Manuel da Silva Rodrigues
Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva

Ana Teresa C. P. Tavares Lehmann
Vogal

Gonçalo Neves Costa Monteiro Pires
Vogal

José Mario Cruz Henriquez
Vogal

João Pedro Conceição Duarte
Vogal

Maria João Santos Gomes Cardoso
Vogal

Mário Rogério Carvalho Chaves
Vogal

Patrício Ramos Castro
Vogal

Sofia Norton dos Reis Lufinha de Mello Franco
Vogal

Ramiro José Oliveira Sequeira
Vogal

A STAR ALLIANCE MEMBER 

Transportes Aéreos Portugueses, S.A.

TAP AIRPORTUGAL